

**ESTADO DO PARANÁ**
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS

AVENIDA DR. DAVID XAVIER DA SILVA, 266 - CENTRO - Congonhinhas
CEP: 86320-000 CNPJ: 75.825.828/0001-88 Telefone: (43) 3554-1212
E-mail: Site: <http://congonhinhas.pr.gov.br/>

Solicitação de Compra Nº 176/2023

Solicitante:	Heloisa de Fatima Silva Campos	Data da Solicitação:	09/11/2023
Organograma:	0900300000 - DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO		
Local de Entrega:	MUNICIPIO DE CONGONHINHAS		
Objeto:	A Presente Concorrência Pública tem por objeto a concessão de direito real gratuito de uso dos bens públicos para fins empresariais para pessoa jurídica de direito privado, que venha a se estabelecer no Município e/ou tenha projeto de ampliação de atividade, conforme Lei Municipal nº 1.264, de 25 de outubro de 2023 e conforme fixado neste Termo de Referência. O imóvel localiza-se no perímetro urbano desta cidade, identificado como "fração do imóvel da Matrícula 6.623 do Cartório de Registro Imobiliário desta Comarca, a realizar concessão real de uso de 1,00 (um) alqueire paulista (FUNDOS) ", localizados na Rodovia PR 160 Km 42, em Congonhinhas, Estado do Paraná.		
Justificativa:	O presente Termo de Referência tem como objetivo incentivar o Desenvolvimento econômico de Congonhinhas/PR, através da concessão de direito real de uso de terreno para pessoa jurídica de direito privado, que venha a se estabelecer no Município e/ou tenha projeto de ampliação de atividade no Município, gerando assim aumento de seu faturamento e/ou no número de vagas de emprego. Por este motivo, a Administração Pública, contando com perspectivas e propostas concretas de empresas interessadas na concessão, mediante apresentação dos planos de trabalho no momento do lançamento de Edital de Concorrência Pública, pretende conceder às empresas o direito real de uso de terreno próprio da Municipalidade, localizado na área supramencionada, pelo prazo de até 10 (dez) anos, podendo ser renovado uma vez por igual período.		
Observações:			
Desdobramento:			
Fundamento Legal:			
Justificativa Valores:			
Prazo Execução:			
Modalidade:			

Itens solicitados:

Item	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Preço Unit. Estimado	Preço Total Estimado
1	770104569-1	1,00	UND	Um terreno rural com área de 1,00 alqueire paulista, denominado Sítio Santa Terezinha, situado na Rodovia PR 160 Km 42, neste Município e Comarca, PROPRIETÁRIO: MUNICIPIO DE CONGONHINHAS devidamente registrado na Matrícula sob nº. 6.623, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.	1,0000	1,00

Preço Total: 1,00**Dotações Utilizadas:**

Dotação	Descrição	Recurso	Valor Previsto:
411 - 09.003.22.661.0028.2059.3.3.90.30.00	Manutenção do Setor de Indústria e Comércio	00000-	1,00

00000.01.07.00.00.1
.500.0000

Prefeitura Municipal de Congonhinhas
Estado do Paraná
PROTOCOLO
Nº 851/2023 Hora: 14:43
Data 09 / 11 / 2023
Mayara F. Dias
Assinatura

Congonhinhas, 09 de Novembro de 2023.

HELOISA DE FATIMA
SILVA:03666168973Assinado de forma digital por
HELOISA DE FATIMA
SILVA:03666168973
Dados: 2023.11.09 14:36:04 -03'00'**Assinatura do Responsável**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

Estudo Técnico Preliminar

1. Do Objeto

1.1. A Presente Concorrência Pública tem por objeto a concessão de direito real gratuito de uso dos bens públicos para fins empresariais para pessoa jurídica de direito privado, que venha a se estabelecer no Município e/ou tenha projeto de ampliação de atividade, conforme Lei Municipal nº 1.264, de 25 de outubro de 2023 e conforme fixado neste Termo de Referência.

O imóvel localiza-se no perímetro urbano desta cidade, identificado como "fração do imóvel da Matrícula 6.623 do Cartório de Registro Imobiliário desta Comarca, a realizar concessão real de uso de 1,00 (um) alqueire paulista (FUNDOS) ", localizados na Rodovia PR 160 Km 42, em Congonhinhas, Estado do Paraná, na seguinte descrição:

"Um terreno rural com área de 1,00 alqueire paulista, denominado Sítio Santa Terezinha, situado na Rodovia PR 160 Km 42, neste Município e Comarca, PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS devidamente registrado na Matrícula sob nº. 6.623, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca."

2. Descrição da necessidade

2.1. tem como objetivo incentivar o Desenvolvimento econômico de Congonhinhas/PR, através da concessão de direito real de uso de terreno para pessoa jurídica de direito privado, que venha a se estabelecer no Município e/ou tenha projeto de ampliação de atividade no Município, gerando assim aumento de seu faturamento e/ou no número de vagas de emprego.

Por este motivo, a Administração Pública, contando com perspectivas e propostas concretas de empresas interessadas na concessão, mediante apresentação dos planos de trabalho no momento do lançamento de Edital de Concorrência Pública, pretende conceder às empresas o direito real de uso de terreno próprio da Municipalidade, localizado na área supramencionada, pelo prazo de até 10 (dez) anos, podendo ser renovado uma vez por igual período.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente	Heloísa de Fátima Silva Campos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Dar ao imóvel, cuja concessão real de uso lhe é concedida, a destinação prevista no edital e no contrato sob pena de incorrer sanções e consequências previamente estabelecidas e nas penalidades contratualmente estipuladas e naquelas cominadas na Lei 8.666/93.

Cumprir, na forma e nos prazos estabelecidos no edital, em seus anexos e no contrato todas as obrigações assumidas, principalmente as relacionadas aos prazos constantes no edital. O eventual descumprimento – conforme o caso – implicará na aplicação de multas, rescisão do contrato, revogação da escritura pública de cessão e na perda de todos os direitos ora concedidos, ensejando a reintegração de posse do imóvel pelo Município, inclusive, das benfeitorias edificadas ou implantadas pela concessionária, sem direito a indenização.

Responder civil e criminalmente por si, seus empregados ou prepostos, por danos materiais e morais causados a terceiros, usuários e funcionários dentro do espaço de concessão, sem a responsabilidade solidária do Município.

Arcar, exclusivamente, com a responsabilidade pela contratação, subordinação, controle e fiscalização de sua mão de obra, que a ele, concessionário, exclusivamente se vinculará, pagando os correspondentes salários e encargos trabalhistas, sociais e fiscais. Caso o Município seja diretamente acionado por qualquer empregado do cessionário, a ele caberá indenizar a Fazenda Pública Municipal das verbas trabalhistas, sociais e indenizações que este venha, circunstancialmente, ser compelida a pagar.

Respeitar todas as determinações da legislação ambiental e, conseqüentemente, obter os licenciamentos dos órgãos competentes, inclusive junto ao IBAMA e IAT, se for o caso.

Não causar empecilho de qualquer espécie aos serviços no Distrito Industrial, atendendo às diretrizes da Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município, à legislação municipal, estadual e federal de regência e observando as determinações das Secretarias Municipais.

Efetuar o pagamento de todos os tributos federais, estaduais e municipais; encargos e outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre os imóveis que são objeto de cessão e sobre as atividades que neles venham a ser desenvolvidas.

Conservar a área permitida em boas condições de conservação, uso, higiene e limpeza.

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, as edificações, instalações ou a utilização do terreno quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, a critério da fiscalização do Município.

É vedado ao cessionário subconceder ou ceder o imóvel, no todo ou em parte, a terceiros, a qualquer título, gratuito ou oneroso, bem como as construções e edificações que nele serão erigidas, sob pena de rescisão do contrato, revogação da escritura e aplicação de outras sanções previstas na legislação de regência, salvo prévia autorização da Administração Municipal.

Fica vedada, também, a transferência da concessão de uso por atos intervivos, por sucessão legítima ou testamentária, sob pena de resolver-se a concessão antes de seu termo, com a revogação da escritura pública e o perdimento das benfeitorias para o Município, sem que assista, ao concessionário, direito ou indenização ou de retenção.

Não transferir o seu controle acionário sem prévia e expressa anuência do Município, sob pena de submeter-se às mesmas sanções cominadas no item "DAS PENALIDADES" do edital.

Adotar providências após a assinatura do contrato, para a emissão do Alvará de Projetos, Licença e Habite-se, junto a Prefeitura Municipal de Congonhinhas, arcando com todos os custos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

Comunicar o Fiscal do Município quanto ao início dos serviços de relevância do edital, de modo que o serviço não poderá ser iniciado/continuado sem a presença do Fiscal do Município, se este assim desejar.

O Município manterá a fiscalização do contrato, zelando pelo correto cumprimento do contrato.

O interessado terá prazo de 6 (seis) meses após a concessão para iniciar a efetivação do projeto, envolvendo construção e demais ações necessárias para o início ou expansão das atividades do empreendimento e prazo total máximo de 18 (dezoito) meses para conclusão, a partir da concessão.

Não terá direito aos benefícios deste termo, quem, em exercícios anteriores, fora beneficiado com qualquer Incentivo do Município e não tenha atendido aos propósitos apresentados no projeto.

A concessionária deverá atender a todos os requisitos elencados em edital durante a vigência da concessão.

Não poderão se beneficiar da Concessão de Direito Real de Uso de Terreno às empresas que estejam em débito com o erário.

O imóvel cedido é inalienável significa que não pode ser vendido, doado, trocado ou transferido de qualquer forma.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Este processo será processado por meio de Concorrência.

7. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

7.1. Para esta contratação não haverá parcelamento da solução.

8. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

8.1 na presente demanda não é necessária uma contratação correlata ou interdependente.

9. Benefícios a serem alcançados com a contratação

9.1. Objetiva-se a incentivo a geração de empregos é baseada na ideia de que o investimento em infraestrutura e capacitação de mão de obra para fomentar e desenvolver empresas.

10. Providências a serem adotadas

10.1. Não serão necessárias providências a serem adotadas.

11. Possíveis Impactos Ambientais

11.1. Não haverá impactos ambientais decorrentes da presente contratação.

12. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

12.1. Justificativa da Viabilidade

12.1.1. Com base nos elementos levantados neste Estudo Técnico Preliminar, considera-se viável a contratação, nos termos aqui presentes por meio de Concorrência.

13. Responsáveis



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

HELOISA DE FATIMA

SILVA:03666168973

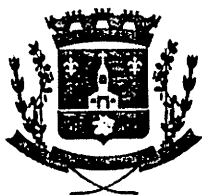
Assinado de forma digital por HELOISA DE

FATIMA SILVA:03666168973

Dados: 2023.11.09 14:41:24 -03'00'

Heloísa de Fátima Silva Campos

Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº. 1.264 DE 25 DE OUTUBRO DE 2023

Súmula: Dispõe sobre a concessão real de uso de fração do imóvel da Matrícula 6.623 do Cartório de Registro Imobiliário desta Comarca, nos termos do artigo 15 da lei Orgânica Municipal, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Congonhinhas, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica revogado o disposto no inciso IV do artigo 1º da Lei Municipal nº. 882 de 20 de agosto de 2014.

Art. 2º Fica integralmente revogada a Lei Municipal nº. 947 de 18 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do artigo 15 da Lei Orgânica Municipal, a realizar concessão real de uso de **1,00 (um) alqueire paulista** integrante do seguinte imóvel:

"Um terreno rural com área de 2,00 alqueires paulistas ou 4,84 hectares, denominado Sítio Santa Terezinha, situado na Fazenda Santa Bárbara e Congonhas – Rodovia PR 160 Km 42, neste Município e Comarca, devidamente cadastrado no INCRA sob nº. 712.060.013.943-7 e NIRF nº. 3.318.779-7, obedecendo o seguinte memorial descritivo: Inicia-se no marco MP2, daí segue com D: 164,13 M pela margem da faixa de domínio da PR-169 sentido Congonhinhas até marco M03, daí deflete a direita e segue com R.M.: 50°25'26" SW-D: 300,00 M, confrontando com Josué Urquiza e Outros até o marco M04, daí deflete a direita e segue com R.M.: 28°59'50" NW-D: 164,13 M, confrontando com área remanescente até o marco m07, daí deflete a direita e segue com R.M.: 50°25'26" NE-D: 300,00 M, confrontando com área remanescente até o marco M02, início e fim deste levantamento". (...) PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS (...)" devidamente registrado na Matrícula sob nº. 6.623, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Art. 4º O local e divisas do 1,00 (um) alqueire paulista constante do *caput*, objeto da concessão, será escolhido e indicado pelo Município de Congonhinhas.

Art. 5º A presente concessão destina-se à atividade industrial.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

GABINETE DO PREFEITO

§ 1º A Concessão de Direito Real de Uso terá prazo determinado de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a celebração de Termo Aditivo, a critério do Chefe do Poder Executivo e de comum acordo entre as partes.

§ 2º A cessionária fará no imóvel cedido, às suas expensas, as necessárias edificações para o funcionamento da atividade, sendo vedada qualquer edificação ou benfeitoria que destoe da atividade desenvolvida, sob pena de revogação e reversão do imóvel ao Município de Congonhinhas.

CAPÍTULO II DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

Art. 6º Por força da presente lei, constituem obrigações da cessionária:

I - realizar as atividades industriais;

II- tomar todas as providências previstas na legislação ambiental aplicável, em tempo hábil, junto às autoridades competentes;

III- dar preferência à contratação de fornecedores e prestadores de serviços sediados no município de Congonhinhas, atendidos os requisitos de igualdade de condições, em nível técnico e preços dos produtos e serviços;

IV- dar preferência à contratação de mão de obra local para o quadro de funcionários;

V- manter em funcionamento a Unidade Industrial, por um período mínimo de 10 anos (dez) anos, a contar da data do início da concessão;

VI- adimplir as despesas de telefone e de consumo de energia e água;

VII - manter as condições de regularidade fiscal;

VIII- zelar pela conservação da área cedida, sendo que, eventuais danos advindos do mau uso ou negligência na sua conservação serão suportados pela Cessionária, que arcará com todas as despesas para a devida recuperação do bem;

IX- não mudar a destinação dos bem cedido, sublocar, ceder total ou parcialmente a terceiro;

X - não proceder edificação ou benfeitoria no local, objeto da concessão, que destoe da atividade desenvolvida;

XI- durante a vigência do termo de cessão, acessionária responsabilizar-se-á perante terceiros por danos decorrentes de eventuais acidentes que envolva a atividade, edificações e outras benfeitorias agregadas ao bem imóvel;

XII- possibilitar ao Cedente a realização de vistorias periódicas dos bens cedidos, quando necessário;

(43) 3554-1212 • gabinete@congonhinhas.pr.gov.br

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266 • Centro, Congonhinhas, Paraná CEP 86.320-000
www.congonhinhas.pr.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

GABINETE DO PREFEITO

XIII- ao final da concessão real de uso, o imóvel deverá ser restituídos em obstrução ao Município de Congonhinhas, de modo que as edificações e as benfeitorias introduzidas ficarão fazendo parte integrante do imóvel, excetuadas apenas, as benfeitorias que sejam removíveis, que poderão ser retiradas por ocasião da entrega do bem imóvel objeto da concessão.

Parágrafo único. Os demais requisitos e obrigações constarão do competente certame licitatório e do termo de concessão.

Art. 7º O não cumprimento das obrigações constantes no artigo 6º desta lei implicará na revogação da concessão e reversão ao patrimônio do Município, da área e todas as benfeitorias que a cessionária tiver realizado, sem que caiba qualquer indenização ou ressarcimento ao beneficiado pela cessão da unidade de galpão, nos termos do artigo 555 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), independentemente de qualquer ação ou notificação judicial ou extrajudicial, aplicando-se, também, quando:

I- a cessionária permanecer por mais de 06 (seis) meses desativada ou com suas atividades paralisadas após a concessão, exceto em casos fortuitos ou de força maior, cuja justificativa estará sujeita à aprovação da Administração Municipal;

II- a cessionária diminuir em mais de 1/3 (um terço) pelo prazo de 02 (dois) meses ou mais o número de empregos diretos que prometeu gerar através da carta de intenções formalizada com o Município de Congonhinhas;

III- a cessionária que violar fraudulentamente as obrigações tributárias;

IV- a cessionária mudar a destinação do imóvel;

V -comprovado o descumprimento das obrigações estabelecidas no termo de concessão de uso.

CAPÍTULO III DA OBRIGAÇÃO DO MUNICÍPIO

Art. 8º Por força da presente lei o Município obriga-se a formalizar a concessão real de uso do imóvel, mediante prévio processo administrativo de chamamento público, obedecendo as diretrizes legais aplicáveis.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 9º A cessionária deverá manter na área externa frontal do objeto da concessão, uma placa indicando que o imóvel foi cedido pelo Município de Congonhinhas, constando o número da lei autorizativa e outras exigências necessárias e legais que o Poder público entender devidas.

[illegible]

100

1. The first part of the document is a list of names and titles, including "The Hon. Mr. Justice" and "The Hon. Mr. Justice".

1. The first step in the process is to identify the problem or issue that needs to be addressed. This involves gathering information and understanding the context of the problem.

1. The first step in the process is to identify the problem or issue that needs to be addressed. This involves gathering information and understanding the context of the problem.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
GABINETE DO PREFEITO

Art. 10. O Município, no exercício regular do poder de polícia, poderá fazer a qualquer tempo, supervisão no imóvel, quando achar necessário.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Congonhinhas, 25 de outubro de 2023.

Assinado de forma digital por JOSE OLEGARIO RIBEIRO
LOPES:04209982920
Data: 2023.10.25 14:48:35 -03'00'

JOSE OLEGARIO RIBEIRO
LOPES:04209982920

José Olegário Ribeiro Lopes
Prefeito Municipal

Assinado de forma digital por DOUGLAS DANILLO
BARRETO DA SILVA
Data: 2023.10.25 14:48:35 -03'00'

DOUGLAS DANILLO
BARRETO DA SILVA

Douglas Danillo Barreto da Silva
Assessor Jurídico - Matrícula nº. 1957
OAB/PR nº. 74.746



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

TERMO DE REFERÊNCIA

Concorrência Pública

1. OBJETO

A Presente Concorrência Pública tem por objeto a concessão de direito real gratuito de uso dos bens públicos para fins empresariais para pessoa jurídica de direito privado, que venha a se estabelecer no Município e/ou tenha projeto de ampliação de atividade, conforme Lei Municipal nº 1.264, de 25 de outubro de 2023 e conforme fixado neste Termo de Referência.

O imóvel localiza-se no perímetro urbano desta cidade, identificado como "fração do imóvel da Matrícula 6.623 do Cartório de Registro Imobiliário desta Comarca, a realizar concessão real de uso de **1,00 (um) alqueire paulista (FUNDOS)**", localizados na Rodovia PR 160 Km 42, em Congonhinhas, Estado do Paraná, na seguinte descrição:

Item	Quantidade	Descrição
1	1	Um terreno rural com área de 1,00 alqueire paulista, denominado Sítio Santa Terezinha, situado na Rodovia PR 160 Km 42, neste Município e Comarca, PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS devidamente registrado na Matrícula sob nº. 6.623, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

2. JUSTIFICATIVA

O presente Termo de Referência tem como objetivo incentivar o Desenvolvimento econômico de Congonhinhas/PR, através da concessão de direito real de uso de terreno para pessoa jurídica de direito privado, que venha a se estabelecer no Município e/ou tenha projeto de ampliação de atividade no Município, gerando assim aumento de seu faturamento e/ou no número de vagas de emprego.

Por este motivo, a Administração Pública, contando com perspectivas e propostas concretas de empresas interessadas na concessão, mediante apresentação dos planos de trabalho no momento do lançamento de Edital de Concorrência Pública, pretende conceder às empresas o direito real de uso de terreno próprio da Municipalidade, localizado na área supramencionada, pelo prazo de até 10 (dez) anos, podendo ser renovado uma vez por igual período.

3. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

A Contratação deverá se dar por licitação, na modalidade de Concorrência Pública.

4. DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Dar ao imóvel, cuja concessão real de uso lhe é concedida, a destinação prevista no edital e no contrato sob pena de incorrer sanções e consequências previamente estabelecidas e nas penalidades contratualmente estipuladas e naquelas cominadas na Lei 8.666/93.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

Cumprir, na forma e nos prazos estabelecidos no edital, em seus anexos e no contrato todas as obrigações assumidas, principalmente as relacionadas aos prazos constantes no edital. O eventual descumprimento – conforme o caso – implicará na aplicação de multas, rescisão do contrato, revogação da escritura pública de cessão e na perda de todos os direitos ora concedidos, ensejando a reintegração de posse do imóvel pelo Município, inclusive, das benfeitorias edificadas ou implantadas pela concessionária, sem direito a indenização.

Responder civil e criminalmente por si, seus empregados ou prepostos, por danos materiais e morais causados a terceiros, usuários e funcionários dentro do espaço de concessão, sem a responsabilidade solidária do Município.

Arcar, exclusivamente, com a responsabilidade pela contratação, subordinação, controle e fiscalização de sua mão de obra, que a ele, concessionário, exclusivamente se vinculará, pagando os correspondentes salários e encargos trabalhistas, sociais e fiscais. Caso o Município seja diretamente acionado por qualquer empregado do cessionário, a ele caberá indenizar a Fazenda Pública Municipal das verbas trabalhistas, sociais e indenizações que este venha, circunstancialmente, ser compelida a pagar.

Respeitar todas as determinações da legislação ambiental e, consequentemente, obter os licenciamentos dos órgãos competentes, inclusive junto ao IBAMA e IAT, se for o caso.

Não causar empecilho de qualquer espécie aos serviços no Distrito Industrial, atendendo às diretrizes da Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município, à legislação municipal, estadual e federal de regência e observando as determinações das Secretarias Municipais.

Efetuar o pagamento de todos os tributos federais, estaduais e municipais; encargos e outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre os imóveis que são objeto de cessão e sobre as atividades que neles venham a ser desenvolvidas.

Conservar a área permitida em boas condições de conversação, uso, higiene e limpeza.

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, as edificações, instalações ou a utilização do terreno quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, a critério da fiscalização do Município.

É vedado ao cessionário subconceder ou ceder o imóvel, no todo ou em parte, a terceiros, a qualquer título, gratuito ou oneroso, bem como as construções e edificações que nele serão erigidas, sob pena de rescisão do contrato, revogação da escritura e aplicação de outras sanções previstas na legislação de regência, salvo prévia autorização da Administração Municipal.

Fica vedada, também, a transferência da concessão de uso por atos intervivos, por sucessão legítima ou testamentária, sob pena de resolver-se a concessão antes de seu termo, com a revogação da escritura pública e o perdimento das benfeitorias para o Município, sem que assista, ao concessionário, direito ou indenização ou de retenção.

Não transferir o seu controle acionário sem prévia e expressa anuência do Município, sob pena de submeter-se às mesmas sanções cominadas no item "DAS PENALIDADES" do edital.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

Adotar providências após a assinatura do contrato, para a emissão do Alvará de Projetos, Licença e Habite-se, junto a Prefeitura Municipal de Congonhinhas, arcando com todos os custos.

Comunicar o Fiscal do Município quanto ao início dos serviços de relevância do edital, de modo que o serviço não poderá ser iniciado/continuado sem a presença do Fiscal do Município, se este assim desejar.

O Município manterá a fiscalização do contrato, zelando pelo correto cumprimento do contrato.

O interessado terá prazo de 6 (seis) meses após a concessão para iniciar a efetivação do projeto, envolvendo construção e demais ações necessárias para o início ou expansão das atividades do empreendimento e prazo total máximo de 18 (dezoito) meses para conclusão, a partir da concessão.

Não terá direito aos benefícios deste termo, quem, em exercícios anteriores, fora beneficiado com qualquer Incentivo do Município e não tenha atendido aos propósitos apresentados no projeto.

A concessionária deverá atender a todos os requisitos elencados em edital durante a vigência da concessão.

Não poderão se beneficiar da Concessão de Direito Real de Uso de Terreno às empresas que estejam em débito com o erário.

O imóvel cedido é inalienável significa que não pode ser vendido, doado, trocado ou transferido de qualquer forma.

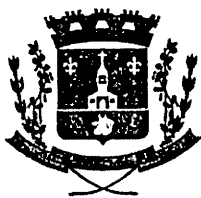
5. DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência será de até 10 (dez) anos, podendo ser renovado uma vez por igual período, desde que cumpridas as metas apresentadas.

6. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Para análise do pedido, serão levados em consideração os seguintes critérios:

- I – Consonância do projeto às diretrizes do Plano Diretor;
- II – Efeito multiplicador de atividade;
- III – Geração de emprego;
- IV – Impacto ambiental do projeto;
- V – Incentivos concedidos ao requerente em exercícios anteriores;
- VI – Previsão de faturamento e seu impacto fiscal, tributário e na renda;
- VII – Responsabilidade social do empreendimento;
- VIII – Viabilidade econômico-financeira do projeto;
- IX – Viabilidade técnica e adequabilidade do projeto;
- X – Nível de inovação aplicado ao projeto.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

O julgamento se dará através da soma simples dos pontos, conforme tabela em anexo.

A avaliação da proposta técnica da empresa bem como a somatória dos pontos será feita pela Comissão de Licitação nomeada pela Portaria Nº 002/2023 a qual emitirá parecer com a pontuação final.

Além da documentação solicitada para essa modalidade de licitação;

- I – Cópia do Contrato Social;
- II – Comprovante de Inscrição no CNPJ;
- III – Cópia do RG e do CPF do representante legal da empresa ou procurador;
- IV – Certidões negativas: municipal, estadual, federal, trabalhista, FGTS e INSS;
- V – Balanço patrimonial e DRE de 2022 (para empresas que forem implantar nova sede no município ou que ampliem as suas atividades no Município);
- VI – Relação de funcionários registrados na empresa, sendo o prazo máximo de emissão do documento o mês anterior a realização da licitação (para empresas que forem implantar nova sede no município ou que ampliem as suas atividades Município);
- VII – Memorial descritivo da obra e/ou planta da obra;
- VIII – Projeto de viabilidade técnica e econômica, conforme anexo, devidamente preenchido.

As empresas constituídas em 2023 deverão apresentar balancete do mês anterior à da realização da licitação e em caso de ainda não possuir 1 (um) mês de funcionamento, deverão apresentar balanço de abertura da empresa.

As empresas que possuem a intenção de implantar nova sede no município deverão apresentar as documentações referentes ao CNPJ da matriz.

7. DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do cumprimento das condições estabelecidas para a concessão dos incentivos será realizada pela Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente com parecer e análise.

A fiscalização de que trata o item anterior será realizada através de análise de relatórios e através de diligências e se dará da seguinte forma:

- I – O beneficiário deverá apresentar relatório até o terceiro mês do ano seguinte, demonstrando os resultados de sua atividade e como vem sendo utilizado o incentivo concedido, contendo como anexo, pelo menos: a relação de funcionários e o balanço do último exercício;
- II – A Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, poderá realizar, a qualquer tempo, diligências extraordinárias e/ou solicitar outros documentos a fim de verificar condições referentes ao benefício concedido.

Em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, deve-se analisar e emitir parecer de regularidade.

É dever da empresa beneficiada facilitar o acesso do Secretário Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente e outros servidores devidamente credenciados



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

pelo Poder Executivo às dependências do estabelecimento, objeto do benefício, além de fornecer as informações solicitadas.

É dever de terceiros que tenham vínculo com a empresa beneficiada, prestar as informações necessárias, bem como fornece fotocópia dos documentos solicitados pelo Secretário Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente outros servidores devidamente credenciados pelo Poder Executivo.

No caso de não cumprimento das obrigações por parte da empresa beneficiada, caberá a aplicação de uma ou mais das seguintes penalidades:

- I – Advertência escrita, concedendo-se prazo para regularização;
- II – Devolução dos valores recebidos, direta ou indiretamente, atualizados monetariamente pelo INPC;
- III – Reversão do benefício e multa pecuniária de 30% (trinta por cento) do benefício concedido.

Resolve-se a concessão antes de seu termo, desde que o concessionário dê à imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato ou termo, ou descumpra cláusula resolutória do ajuste, perdendo, neste caso, as benfeitorias de qualquer natureza.

São ainda causas de cancelamento ou anulação dos benefícios:

- I – Falência, extinção, encerramento ou liquidação da empresa;
- II – Fornecimento de informações ou documentação falsas;
- III – Quando os imóveis não forem utilizados para as finalidades apresentadas no projeto técnico;
- IV – Não cumprimento dos prazos estipulados;
- V – Paralisação das atividades por período superior a 06 (seis) meses ou dissolução das atividades;
- VI – Transferência do estabelecimento para outro Município;
- VII – Venda ou alienação de imóvel recebido;
- VIII – Descumprimento das cláusulas, projetos ou prazos previstos neste Termo de Referência.

8. VISITA TÉCNICA

O interessado em participar desta Concorrência Pública poderá realizar visita técnica ao local. A declaração de visita, conforme modelo em anexo, deve ser feita pelo interessado e anexada aos documentos no envelope da habilitação.

Caso o interessado já conheça o local, deverá anexar a declaração de conhecimento ao local, conforme modelo em anexo, aos documentos no envelope da habilitação.

Congonhinhas/PR, 07 de novembro de 2023.

HELOISA DE FATIMA
SILVA:03666168973

Assinado de forma digital por
HELOISA DE FATIMA
SILVA:03666168973
Dados: 2023.11.09 14:26:07 -03'00'

Heloisa de Fatima Silva Campos

Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

ANEXO II

PROJETO DE VIABILIDADE TÉCNICA/ECONÔMICA	
EMPRESAS EM INSTALAÇÃO OU EM EXPANSÃO DE SUAS ATIVIDADES	
ATIVIDADE PRINCIPAL E SECUNDÁRIAS	
Obs.: Indique as atividades principal e secundárias exercidas pela sua empresa. Levar em consideração o código CNAE.	
MONTANTE INICIAL À INVESTIR	R\$ _____,00
Obs.: Indique o valor que será investido para abertura da sua empresa. Levar em consideração: máquinas e equipamentos, construções civis, fretes e montagens, móveis e utensílios, veículos, treinamento e contratação de mão de obra, estudos e projetos, entre outros.	
EMPRESA BENEFICIADA COM INCENTIVOS ECONÔMICOS EM ANOS ANTERIORES	
☐	Não.
☐	Sim. Especifique:
Obs.: Indique se a sua empresa já foi beneficiada em anos anteriores com o programa permanente de concessão de incentivos econômicos e fomento.	
PREVISÃO DE GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS	
☐	Até 10 empregos.
☐	De 11 a 30 empregos.
☐	De 31 a 50 empregos.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE



()	De 51 a 100 empregos.
()	Acima de 100 empregos.
Obs.: Assinale a opção que corresponde a quantidade de empregos gerados por sua empresa no primeiro ano de operação.	
PREVISÃO DE AUMENTO ANUAL NA GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS	
()	Até 10%.
()	Até 30%.
()	Até 50%.
()	Até 80%.
()	Acima de 80%.
Obs.: Assinale a opção que corresponde ao percentual de aumento nos empregos gerados por sua empresa a partir do segundo ano de operação.	
PREVISÃO DE FATURAMENTO ANUAL (R\$)	
()	Até R\$ 500.000,00.
()	De R\$ 500.001,00 até R\$ 2.500.000,00.
()	De R\$ 2.500.001,00 até R\$ 5.500.000,00.
()	De R\$ 5.500.001,00 até R\$ 10.000.000,00.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

☐	Acima de R\$ 10.000.001,00.	
Obs.: Assinale a opção que corresponde ao faturamento da sua empresa no primeiro ano de operação.		
PREVISÃO DE AUMENTO ANUAL NO FATURAMENTO		
☐	Até 10%.	
☐	Até 30%.	
☐	Até 50%.	
☐	Até 80%	
☐	Acima de 80%.	
Obs.: Assinale a opção que corresponde ao percentual de aumento no faturamento da sua empresa a partir do segundo ano de operação.		
IMPACTO AMBIENTAL DO PROJETO		
☐	Nenhum.	
☐	Somente na instalação.	Especifique:
☐	Pequeno.	Especifique:
☐	Médio.	Especifique:
☐	Forte.	Especifique:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

Obs.: Assinale a opção que corresponde ao impacto ambiental causado pela sua empresa, conforme Licenciamento Ambiental.

TRATAMENTO E PRESERVAÇÃO

☐	Tratamento parcial do resíduo de produção ou sanitário.
☐	Tratamento total do resíduo de produção ou sanitário.
☐	Destinação de área para preservação ambiental.
☐	Apoio a projetos de preservação ambiental no Município.
☐	Projetos de economia de água e/ou energia.

Obs.: Assinale as opções que correspondem às ações de tratamento e preservação realizadas pela sua empresa.

APOIO ECONÔMICO-FINANCEIRO A PROJETOS SOCIAIS, ESPORTIVOS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

☐	Nenhum.
☐	Até 1 projeto.
☐	Até 3 projetos.
☐	Até 5 projetos.
☐	Até 7 projetos.
☐	Acima de 10 projetos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

Obs.: Assinale a opção que corresponde ao número de projetos municipais apoiados pela sua empresa, sendo esse apoio econômico ou financeiro.

NATUREZA DA MATÉRIA-PRIMA (LOCAL DE AQUISIÇÃO)

Percentual adquirido dentro do Município.

Percentual adquirido dentro do Estado.

Percentual adquirido fora do Estado.

Percentual de Importação.

Obs.: Escreva em cada linha a porcentagem de compras por localidade. O total das quatro linhas deverá ser 100%. Não havendo aquisições em alguma das localidades, colocar 0 (zero).

DESTINAÇÃO FINAL DO PRODUTO

Percentual de venda destinado a consumidor final.

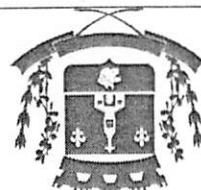
Percentual de venda para dentro do Município.

Percentual de venda para dentro do Estado.

Percentual de venda para fora do Estado.

Percentual de Exportação.

Obs.: Escreva em cada linha a porcentagem de vendas por localidade. O total das cinco linhas deverá ser 100%. Não havendo vendas em alguma das localidades, colocar 0 (zero).



PERCENTUAL DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DENTRO NO MUNICÍPIO (TERCEIROS)	
() Até 10%.	
() Até 30%.	
() Até 50%.	
() Até 80%.	
() Acima de 80%.	
Obs.: Assinale a opção que corresponde ao percentual de bens e serviços de terceiros contratados pela sua empresa dentro de Congonhinhas. Não considerar a mão de obra direta.	
PERCENTUAL DE CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DIRETA DO MUNICÍPIO	
() Até 10%.	
() Até 30%.	
() Até 50%.	
() Até 80%.	
() Acima de 80%.	
Obs.: Assinale a opção que corresponde ao percentual de mão de obra direta contratada de Congonhinhas.	
CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

PARÂMETROS PARA CONCESSÃO				
PREVISÃO DE GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS				
5 pontos	15 pontos	25 pontos	35 pontos	50 pontos.
Até 10 empregos.	De 11 a 30 empregos.	De 31 a 50 empregos.	De 51 a 100 empregos.	Acima de 100 empregos.
PREVISÃO DE AUMENTO ANUAL NA GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS				
3 pontos	9 pontos	15 pontos	21 pontos	30 pontos
Até 10%.	Até 30%.	Até 50%.	Até 80%.	Acima de 80%.
PREVISÃO DE FATURAMENTO ANUAL (R\$)				
5 pontos	15 pontos	25 pontos	35 pontos	50 pontos
Até R\$ 500.000,00.	De R\$ 500.001,00 até R\$ 2.500.000,00.	De R\$ 2.500.001,00 até R\$ 5.500.000,00.	De R\$ 5.500.001,00 até R\$ 10.000.000,00.	Acima de R\$ 10.000.001,00
PREVISÃO DE AUMENTO ANUAL NO FATURAMENTO				
3 pontos	9 pontos	15 pontos	21 pontos	50 pontos
Até 10%.	Até 30%.	Até 50%.	Até 80%.	Acima de 80%.
IMPACTO AMBIENTAL DO PROJETO				



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

1 ponto.	3 pontos.	5 pontos.	7 pontos.	10 pontos
Forte	Médio	Pequeno	Somente na instalação	Nenhum
TRATAMENTO E PRESERVAÇÃO				
1 ponto	3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos
Apoio a projetos de preservação ambiental no Município	Tratamento parcial do resíduo de produção e sanitário	Projetos de economia de água e/ou energia	Destinação de área para preservação ambiental	Tratamento total do resíduo de produção ou sanitário
APOIO ECONÔMICO-FINANCEIRO A PROJETOS SOCIAIS, ESPORTIVOS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS				
1 ponto	3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos
Até 1 projeto	Até 3 projetos	Até 5 projetos	Até 7 projetos	Acima de 10 projetos
NATUREZA DA MATÉRIA-PRIMA (LOCAL DE AQUISIÇÃO)				
3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos	
Importada	Adquirida fora do Estado	Adquirida dentro do Estado	Adquirida dentro do Município	
DESTINAÇÃO FINAL DO PRODUTO				
1 ponto	3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

Destinada a consumidor final	Para dentro do Município	Para dentro do Estado	Para fora do Estado	Exportação.
PERCENTUAL DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DENTRO NO MUNICÍPIO (TERCEIROS)				
1 ponto	3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos.
Até 10%	Até 30%	Até 50%	Até 80%	Acima de 80%.
PERCENTUAL DE CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DIRETA DO MUNICÍPIO				
1 ponto	3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos.
Até 10%	Até 30%	Até 50%	Até 80%	Acima de 80%.
PARECER DA COMISSÃO				
EMPRESA SOLICITANTE:				
DATA:				
PARÂMETROS		PONTUAÇÃO		
Previsão de geração de empregos diretos.				
Previsão de aumento anual na geração de empregos diretos.				
Previsão de faturamento anual (R\$).				
Previsão de aumento anual no faturamento.				



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

Impacto ambiental do projeto.	
Tratamento e preservação.	
Apoio econômico-financeiro a projetos sociais, esportivos e culturais do município de Congonhinhas.	
Natureza da matéria-prima (local de aquisição).	
Destinação final do produto.	
Percentual de contratação de bens e serviços dentro do Município (terceiros).	
Percentual de contratação de mão de obra do Município.	
TOTAL	
Comentários adicionais:	
Nome	Assinatura

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE****ANEXO III****CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 – PMC****PROCURAÇÃO**

_____**<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>**_____, por meio de
_____**<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA
EMPRESA>**_____, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. _____**<NOME
COMPLETO, RG, CPF>**_____, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida
empresa na Licitação _____**<MODALIDADE, NÚMERO/ANO>**_____, outorgando ainda
poderes específicos para interpor recursos e/ou desistir de sua interposição, prestar
declarações, assinar Contratos e praticar todos os atos necessários a este procedimento
licitatório.

< CIDADE/ESTADO> _____de_____de_____

<nome completo do representante legal>

<qualificação na empresa>

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE****ANEXO IV****CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 - PMC****MODELO DE DECLARAÇÃO (Decreto nº 4.358, de 05.09.2002)**

....., inscrito no CNPJ nº, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a),
portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF
nº, DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666,
de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega
menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
Representante legal

(* Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE****ANEXO V****CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 – PMC****MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO DA LICITANTE**

A (O) _____ (licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, ao final firmado, DECLARA, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das hipóteses de impedimento para sua habilitação na presente licitação, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses previstas neste Edital de Concorrência Pública do Município de Congonhinhas Nº 0001/2023, bem como de que está ciente da obrigatoriedade de declarar qualquer ocorrência posterior, caso sagre-se vencedora no presente certame.

Congonhinhas, ____ de _____ de
2023.

Assinatura do representante legal do licitante

Nome do representante legal do licitante

Cargo

Nome do licitante

ANEXO V

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE****CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 - PMC****MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS
INFORMAÇÕES E CONDIÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES**

A Empresa Licitante _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, ao final firmado, em conformidade com os termos do Edital de Concorrência nº 0001/2023, bem como por exigência da Lei nº 8666/93, art. 30, III, DECLARA estar ciente de todas as condições relativas ao objeto da referida Concorrência em curso, a qual destina-se a concessão de direito real gratuito de uso de bem público para fins industriais, eis que tomou conhecimento de todas as informações, bem como das condições para cumprimento das obrigações, objeto da licitação, através da aquisição do Edital e seus Anexos disponibilizados pelo Município.

Congonhinhas, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do representante legal da licitante

Nome do representante legal da licitante

Cargo

Nome da licitante

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE****ANEXO VI****CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 - PMC****DECLARAÇÃO QUADRO SOCIETÁRIO**

_____(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____,
sediada em _____(ENDEREÇO
COMERCIAL)_____, declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário
servidor público ou da ativa, parlamentar ou empregado de empresa pública ou de sociedade
de economia mista, bem como, de que não possui impedimentos previstos nos artigos 36 e 85
da Lei Orgânica do Município de Congonhinhas.

Congonhinhas (SC), ____< DATA> _____

Assinatura do representante legal da empresa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

ANEXO VII

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 - PMC
MODELO DE ATESTADO DE VISITA

Atesto, para os devidos fins da Licitação referente à Concorrência Pública – Edital Nº 0001/2023, _____ que _____ a _____ empresa _____, através de seu representante _____ tomou conhecimento das condições atuais dos imóveis localizados no perímetro urbano desta cidade, mediante verificação “in loco”.

_____, ____ de _____ de 2023.
(Local)

Assinatura do Responsável (Representante do Município)

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE****ANEXO VIII****CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° XXX/2023 - PMC****MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL**

A empresa licitante _____, declara que tem conhecimento dos imóveis localizados no perímetro urbano desta cidade, declarando assim estar ciente de todas as suas condições bem como às relativas ao objeto da referida licitação, não podendo alegar desconhecimento posterior.

Declaro ter ficado ciente de todas as condições do objeto licitado.

Congonhinhas – PR, _____ de _____ de 2023.

Empresa:

Nome do representante:

RG:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

ANEXO IX

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 - PMC

1. DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL:	
NOME FANTASIA:	
DATA DA CONSTITUIÇÃO:	CNPJ:
ENDEREÇO:	
INSCRIÇÃO ESTADUAL:	INSCRIÇÃO MUNICIPAL:
TELEFONE:	

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº:
CPF/MF Nº.:

3. DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO ELETRÔNICO DA EMPRESA E-MAIL:

Declaramos que o Domicílio Eletrônico da Empresa para o recebimento de informações do processo, alerta de avisos, notificações e decisões administrativas, é:
E-MAIL:

Obs.: Informar apenas 1 (um) e-mail como domicílio eletrônico da empresa. Havendo mais de um e-mail informado, será considerado somente o primeiro da lista.

4. DECLARAÇÃO DE ASSINATURA POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL:

Declaramos estar ciente que, o representante legal indicado neste documento, será o signatário do "Contrato", o qual deverá assinar o documento eletrônico em formato "PDF", por certificação digital, caso assim solicitado.

Local e Data

Nome e Assinatura do Representante da Empresa

GABINETE DO PREFEITO

JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES, Prefeito do Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe confere o Art. 51, § 3º da Lei nº 8.666/93 de 21/08/1993, Art. 3º, Inciso IV, § 1º, da Lei nº 10.520, de 21/07/2002, e Art. 16º, Inciso II do Decreto Municipal nº 1508 de 10/02/2009, Art. 5 LX da Lei 14.133/2021 de 01/04/2021 e Decreto 11.246 de 27/10/2022 resolve:

Presidente da CPL, Pregoeiro e Agente de Contratação
Franciele Aparecida da Cruz -RG nº 8.374.174-0-PR e CPF/MF nº 056.854.619-92

Membros da CPL e Equipe de Apoio
Jane Moreira Campos – RG nº 6.578.328-2 e CPF/MF nº 942.805.769-04
Leonardo Dias Cardoso - RG nº 10.475.457-0– SSP/PR e CPF/MF nº 075.850.009-28

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Edifício da Prefeitura do Município de Congonhinhas, em 18 de janeiro de 2023.

[illegible]

**DOUGLAS DANILLO
BARRETO DA SILVA**

Assessor da Farmácia Digital por DOUGLAS DANILLO
BARRETO DA SILVA
CPF nº 03462782/01, email OAB_0346278201@oabpr.org.br
Tribunal 03462782/01-15, email Provar151@oabpr.org.br
Tribunal 03462782/01-15, email Provar151@oabpr.org.br
Assessor da Farmácia Digital por DOUGLAS DANILLO
BARRETO DA SILVA
CPF nº 03462782/01, email OAB_0346278201@oabpr.org.br

Douglas Danilo Barreto da Silva
Assessor Jurídico – Matrícula nº. 1957
OAB/PR nº. 74.746

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE****PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****EDITAL:****CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº _____/2023****Processo Administrativo nº113/2023****MINUTA****PREÂMBULO:**

O Município de Congonhinhas, através da Secretaria Municipal de Administração, por meio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 002 de 18 de janeiro de 2023, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **Concorrência Pública** do tipo **Maior Oferta** regida pela Lei Federal n.º 8666/93 e alterações, Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei nº 147/14, Decreto Federal nº 8538/15, Lei Municipal nº 936 de 15 de dezembro de 2015, Lei Orgânica do Município de Congonhinhas e demais legislações pertinentes objetivando a **concessão de direito real gratuito de uso dos bens públicos para fins empresariais para pessoa jurídica de direito privado, que venha a se estabelecer no Município e/ou tenha projeto de ampliação de atividade.**

Para ser admitido à presente Concorrência Pública, na condição de Licitante, deverá o interessado protocolar e entregar na Divisão de Licitação, sito na Av. Davi Xavier da Silva, nº 266, centro, nesta cidade, até às XXhXXmin do dia XX de XXXXX de 2023, os envelopes a que se referem os itens 4, 5 e 6 deste Edital.

A sessão pública de abertura dos envelopes referentes à documentação de habilitação e proposta de preços será realizada às XXhXXmin do dia XX de junho de 2023, na sala de reunião da Secretaria Municipal da Administração, sito na Av. Dr. Davi Xavier da Silva, nº 266, centro, nesta cidade.

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 A presente licitação tem por objeto a concessão de direito real gratuito de uso dos bens públicos para fins empresariais para pessoa jurídica de direito privado, que venha a se estabelecer no Município e/ou tenha projeto de ampliação de atividade, conforme especificações no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital.

1.2 O imóvel encontra-se livre e desembaraçado de quaisquer ônus.

1.3 O licitante vencedor da concessão de uso do imóvel deverá, no primeiro ano de funcionamento da empresa, baseados nos critérios para avaliação contidos neste edital, atender o seguinte:

- a) Executar projeto de construção/edificação de barracão ou semelhante para implantação da empresa, com início das obras no prazo máximo de 06 (seis) meses contados da assinatura do contrato de concessão;
- b) Obedecerem rigorosamente às legislações vigentes, especialmente normas ambientais, Código de Obras, Lei de Diretrizes Urbanas e demais legislações pertinentes;
- c) Concluir as obras de construção no prazo máximo de 18 (dezoito) meses após seu início, inclusive dar início as atividades no local até o término deste período;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

d) Gerar novos empregos conforme comprometido e manter no mínimo este mesmo número para os demais períodos.

2. DA VISITAÇÃO AOS IMÓVEIS

2.1 A visitação dos imóveis poderá ser realizada durante o horário normal de expediente, devendo ser agendada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, diretamente na Secretaria Municipal de Administração, situada no endereço citado no Preâmbulo deste Edital ou pelos telefones (43) 3554-1212.

3. DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar da presente licitação as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte-EPP's e Microempreendedores Individuais-MEI's, com sede neste Município e período de constituição de no mínimo 06 (seis) meses contados da data da abertura desta licitação, estando em plena atividade e desde que atendam as condições impostas neste Edital.

3.2 Encontram-se impedidos de participar do presente certame os interessados que:

a) Tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão público federal, estadual ou municipal, em consonância com o disposto no art. 87, IV, da Lei Federal nº 8666/93;

b) Entre cujos dirigentes, gerentes, acionistas ou detentoras de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controladores, responsáveis técnicos ou subcontratados, haja dirigente, funcionário ou servidor público municipal, em consonância com o disposto no art. 9º, III, da Lei Federal nº 8666/93;

c) Possuam imóvel próprio ou em nome de seus dirigentes/proprietários, com exceção daquele imóvel destinado exclusivamente a moradia (no máximo um imóvel);

d) Não possuam o período mínimo de constituição previsto no item 3.1.

3.3 Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pelo proponente, sob pena de responsabilidade administrativa e penas cabíveis, conforme legislação vigente.

4. DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

4.1 Os interessados deverão entregar no local e até a data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, a documentação de habilitação e a proposta, em envelopes separados, fechados e inviolados ou lacrados, dirigidos à Divisão de Licitações, e identificados da seguinte forma:

ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS - PR
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXXX/2023
(firma ou denominação social e endereço do licitante)

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS/PR
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXXX/2023
(firma ou denominação social e endereço do licitante)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

5. ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

5.1 Deverá conter:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedade por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores e declaração de firma individual, quando for o caso;

b) Comprovante de inscrição no CNPJ;

c) Alvará de Licença em vigor na data da realização da licitação;

d) Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, conforme modelo constante no Anexo 03, conforme o caso;

e) prova de regularidade para com a Fazenda Federal e INSS, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, abrangendo inclusive, contribuições sociais, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

f) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

g) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Unidade competente, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

h) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, consistentes na apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

i) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

j) Declaração que está ciente da situação dos imóveis e de que recebeu todas as informações necessárias para a formulação da proposta, confirmando como verdadeiras as informações constantes na mesma, nada tendo a reclamar futuramente, conforme modelo constante no Anexo 04;

k) Declaração de que não possui imóvel próprio em nome da Empresa ou em nome de seus dirigentes/proprietários, salvo o imóvel destinado exclusivamente a moradia (no máximo um imóvel), conforme modelo constante no Anexo 05;

l) Declaração que não possui, em seu Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8666/93, conforme modelo constante no Anexo 06;

m) Declaração que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista conforme modelo constante no Anexo 07;

n) Balanço patrimonial com as demonstrações contábeis do último exercício financeiro, já exigíveis e apresentado na forma da Lei (a empresa qualificada como Microempreendedor Individual está dispensada da apresentação deste documento);



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

o) Certidão negativa dos cartórios de registros de falências e concordatas, expedida pelo cartório distribuidor do local da sede da proponente, há menos de 90 (noventa) dias da data marcada para o recebimento dos envelopes nº 01 e 02.

5.2 Os documentos relacionados no item 5.1, devem ter validade na data prevista para o recebimento da documentação e da proposta, poderão ser apresentados em forma de cópias xerografadas, as quais deverão estar autenticadas em Cartório ou pela Comissão Especial de Licitação, mediante apresentação das vias originais na sessão de abertura dos envelopes.

5.3 A não apresentação dos documentos relacionados no item 5.1 e alíneas, na forma e condições previstas no item 5.2, implicará na inabilitação do licitante.

5.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.4.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, às mesmas, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

5.4.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 5.4.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6. ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA

6.1 A proposta deverá ser apresentada em envelope lacrado e indevassável, rubricado no fecho, identificado conforme o item 4.1.

6.2 Deverá ainda, ser apresentada em uma via única, em impresso próprio, contendo o número da Concorrência Pública, o CNPJ, endereço, nome da empresa, datilografada ou computadorizada, sem rasuras, emendas, entrelinhas ou ressalvas, datada e assinada por pessoa com poderes para tanto, conforme modelo constante no Anexo 08.

6.3 Deverá conter ainda:

- a) A indicação do imóvel pretendido, com a descrição completa e detalhada do Lote conforme descrito no anexo 01;
- b) Relatório descrevendo o empreendimento que pretende realizar, indicando a área a ser construída e o tipo de edificação;
- c) Prazo para início e término da edificação, bem como, do início das atividades no local;
- d) Previsão de número de empregos formais a serem gerados com mão-de-obra local;
- e) Previsão de arrecadação de tributos (especialmente ISS), com indicação mensal e anual;
- f) Projeção do faturamento mínimo do empreendimento, com indicação mensal e anual;
- g) Estimativa do impacto ambiental em decorrência da implantação da atividade;
- h) Prazo de validade da proposta não inferior à 60 (sessenta) dias.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

7.1 Todas as despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção do bem imóvel concedido, bem como os tributos, taxas, contribuições e licenças incidentes sobre o referido imóvel ficam a cargo do CONCESSIONÁRIO.

7.2 Executar projeto de construção/edificação de barracão ou semelhante para implantação da empresa, com início das obras no prazo máximo de 06 (seis) meses contados da assinatura do contrato de concessão e concluir as obras de construção no prazo máximo de 12 (doze) meses após seu início, sob pena do lote cedido ser reincorporado ao patrimônio municipal, e as benfeitorias que forem construídas no imóvel revertidas ao patrimônio do Município, sem que caiba ao CONCESSIONÁRIO quaisquer direitos a indenizações.

7.3 O CONCESSIONÁRIO fica obrigado a manter permanentemente a destinação do imóvel no desenvolvimento da atividade inicialmente prevista, salvo na hipótese de alteração previamente autorizada pelo Poder Público Municipal.

7.4 O bem objeto do contrato não poderá, em hipótese alguma, ser objeto de arrendamento mercantil ou qualquer outra figura jurídica que importe sua transferência a terceiros.

8. DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1 Os envelopes nº 01 e nº 02, concernentes aos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** e **PROPOSTA**, respectivamente, deverão ser entregues à Comissão Especial de Licitação, que os receberá no local, até a data e hora e nas condições estabelecidos neste Edital.

8.2 O documento relativo ao **credenciamento**, deverá ser entregue à Comissão Especial de Licitação, **separadamente** dos envelopes, acompanhado de documento que identifique o credenciado, diretor ou sócio proponente, ou preposto, devendo, no caso de prepostos, mencionar os poderes a que está investido, sendo que para desistência de interposição de recursos, tal poder deverá ser expresso, podendo se utilizar do modelo constante no Anexo 02.

8.3 O documento de credenciamento será retido pela Comissão Especial de Licitação e juntado ao processo licitatório.

8.4 O documento relativo ao credenciamento deverá ser apresentado em via original com firma reconhecida em Cartório.

8.5 É dispensada a apresentação de credenciamento no caso de comparecimento pessoal do próprio proponente, se pessoa física e proprietário, sócio ou acionista, desde que devidamente comprovado.

9. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO

9.1 A presente Concorrência Pública será processada e julgada de acordo com procedimento estabelecido pelo artigo 43 da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações.

9.2 Após a data e horário constantes no preâmbulo deste edital para entrega dos envelopes não serão admitidos proponentes retardatários e nem serão permitidas quaisquer retificações ou inclusões de documentos, salvo os expressamente solicitados pela Comissão.

9.3 Os documentos contidos nos envelopes nº 01 "HABILITAÇÃO" serão examinados e rubricados pelos membros da Comissão, bem como pelos proponentes ou seus representantes Credenciados.

9.4 Qualquer manifestação feita durante a fase de abertura do envelope nº 01 (HABILITAÇÃO), o será através do proponente ou de pessoa devidamente credenciada pelo proponente, sendo inserida em ata, que será assinada pelos membros da Comissão, pelos proponentes ou seus credenciados.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

9.5 Os envelopes contendo a "PROPOSTA" dos proponentes inabilitados ficarão à disposição dos mesmos após o transcurso dos prazos de recurso e a publicação do resultado no Diário Oficial do Município.

9.6 A Comissão Especial de Licitação, ou autoridade superior, poderá em qualquer fase da licitação promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

9.7 A Comissão Especial de Licitação reserva-se o direito de revogar, anular, no todo ou em parte ou rejeitar todas as propostas, sem que caiba aos participantes direito a qualquer indenização, desde que justificadamente haja conveniência administrativa e por razões de interesse público.

9.8 Critérios para julgamento da documentação:

9.8.1 Serão inabilitados da presente licitação os participantes que:

- a) Apresentarem documentação incompleta ou com borrões, rasuras, entrelinhas, cancelamentos em partes essenciais, sem a devida ressalva;
- b) Não atenderem as condições exigidas neste edital.

9.9 Se todas as proponentes forem inabilitadas, a Administração poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, escoimada da causa que ensejou a inabilitação.

10. ABERTURA DO ENVELOPE PROPOSTA

10.1 Os envelopes PROPOSTA dos proponentes habilitados serão abertos pela Comissão Especial de Licitação no mesmo local mencionado no preâmbulo do edital, após o resultado da fase de habilitação, se houver desistência expressa de interposição de recursos, ou depois de decorrido o prazo para interposição de recursos ou julgados os interpostos, e com data e horário comunicado através da imprensa oficial do Município de Congonhinhas.

10.2 Uma vez apresentadas as propostas, imutáveis e acabadas, não serão admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões que as ofertas apresentarem em relação às exigências e formalidades previstas neste edital.

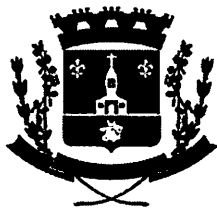
10.3 As propostas serão examinadas e rubricadas pelos membros da Comissão Especial de Licitação, bem como pelos proponentes ou seus representantes presentes e será procedida a sua leitura.

10.4 Qualquer manifestação feita durante a fase de abertura do envelope nº 02 "PROPOSTA", o será através do proponente ou de pessoas devidamente credenciadas pelo proponente, devendo toda e qualquer declaração pertinente constar da ata que será assinada pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos proponentes.

11. CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DA PROPOSTA

11.1 Para análise do pedido, serão levados em consideração os seguintes critérios:

- I – Consonância do projeto às diretrizes do Plano Diretor;
- II – Efeito multiplicador de atividade;
- III – Geração de emprego;
- IV – Impacto ambiental do projeto;
- V – Incentivos concedidos ao requerente em exercícios anteriores;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

- VI – Previsão de faturamento e seu impacto fiscal, tributário e na renda;
- VII – Responsabilidade social do empreendimento;
- VIII – Viabilidade econômico-financeira do projeto;
- IX – Viabilidade técnica e adequabilidade do projeto;
- X – Nível de inovação aplicado ao projeto.

11.1 O julgamento se dará através da soma simples de pontos, conforme tabela em anexo ao Termo de Referência.

11.2 A avaliação da proposta técnica da empresa bem como a somatória dos pontos será feita pela Comissão de Licitação nomeada pela Portaria Nº 002/2023 a qual emitirá parecer com a pontuação final.

11.3 Além da documentação solicitada para essa modalidade de licitação, deve apresentar:

- I – Cópia do Contrato Social;
- II – Comprovante de Inscrição no CNPJ;
- III – Cópia do RG e do CPF do representante legal da empresa ou procurador;
- IV – Certidões negativas: municipal, estadual, federal, trabalhista, FGTS e INSS;
- V – Balanço patrimonial e DRE de 2022 (para empresas que forem implantar nova sede no município ou que ampliem as suas atividades no Município);
- VI – Relação de funcionários registrados na empresa, sendo o prazo máximo de emissão do documento o mês anterior a realização da licitação (para empresas que forem implantar nova sede no município ou que ampliem as suas atividades Município);
- VII – Memorial descritivo da obra e/ou planta da obra;
- VIII – Projeto de viabilidade técnica e econômica, conforme anexo, devidamente preenchido.

11.4 As empresas constituídas em 2023 deverão apresentar balancete do mês anterior à da realização da licitação e em caso de ainda não possuir 1 (um) mês de funcionamento, deverão apresentar balanço de abertura da empresa.

11.5 As empresas que possuírem a intenção de implantar nova sede no município deverão apresentar as documentações referentes ao CNPJ da matriz.

12 DA ASSINATURA DO CONTRATO

12.1 Após esgotados todos os prazos para recursos, a Administração, no prazo de até 03 (três) dias, convocará o vencedor para celebrar o contrato.

12.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, desde que seja feito de forma motivada, e durante o transcurso do prazo constante do item anterior.

12.3 Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, nos termos apresentados na proposta ou então, revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas pelos art. 81 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

13 DAS PENALIDADES

13.1 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando as penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8666/93.

13.2 Pela inexecução parcial ou total do contrato, a Administração Pública Municipal poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

13.3 No caso de descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas neste edital e no contrato, poderá a administração rescindir a concessão de direito de uso, perdendo o CONCESSIONÁRIO, as benfeitorias de qualquer natureza, que tenha realizado no imóvel, conforme disposto na Lei Municipal nº 936/2015.

13.4 Resolver-se-á a concessão, além das causas previstas na presente Lei Municipal nº 936/2015 e no contrato, a extinção da empresa ou sociedade ou cessação definitiva das atividades instaladas, perdendo o CONCESSIONÁRIO, as benfeitorias de qualquer natureza que tiver realizado no imóvel.

14 DOS RECURSOS

14.1 Dos atos da Comissão, praticados na presente Concorrência Pública, cabem os recursos previstos no artigo 109 da Lei Federal nº 8666/93 os quais, se interpostos, deverão observar o disposto nos incisos e parágrafos do mesmo artigo.

14.2 Os recursos deverão ser protocolados na Divisão de Licitações aos cuidados da Comissão Especial de Licitação, em duas vias, sendo a segunda via devolvida no ato, como recibo.

14.3 Não serão considerados os recursos que se baseiam em aditamento ou modificações da proposta, bem como sobre matéria já decidida em grau de recurso.

14.4 Interposto o recurso, dele será dada ciência aos licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

14.5 É vedada a apresentação de mais de um recurso sobre a mesma matéria pelo mesmo proponente.

14.6 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento, por escrito, aos interessados.

15 DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A concessão do uso do imóvel será pelo prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por igual período, sendo que, ao término da concessão, as benfeitorias ficarão incorporadas ao imóvel de propriedade do Município, sem direito a retenção ou indenização.

15.2 A fiscalização das atividades desenvolvidas pela proponente vencedora será exercida pela Administração Municipal através da Secretaria Municipal de Administração.

15.3 A inabilitação dos licitantes em qualquer das fases do procedimento licitatório importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

15.4 Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições deste Edital.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

15.5 Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação de documentação e propostas exigidas no Edital e não apresentadas na reunião de recebimento, exceto a previsão de complementação contida na forma da Lei Federal nº 8666/93 e alterações posteriores e Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei nº 147/2014.

15.6 Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificação ou substituição das propostas ou qualquer outro documento.

15.7 Os documentos retirados dos envelopes, para o julgamento da habilitação, serão rubricados pela Comissão de Licitação e pelos representantes ou procuradores dos licitantes. O procedimento será repetido quando da abertura das propostas.

15.8 Só terão direito a usar da palavra, rubricar as propostas e documentos, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, os licitantes ou seus representantes credenciados (através de procuração pública e/ou particular devidamente com firma reconhecida, além de documento de identificação) e os membros da Comissão de Licitações;

15.9 Uma vez iniciada a sessão não serão admitidos concorrentes retardatários.

15.10 Ao Prefeito Municipal fica assegurado o direito de revogar ou anular este processo licitatório, conforme art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

15.11 Em caso de desistência da empresa vencedora da presente licitação, o Município, a critério do Prefeito Municipal, poderá aplicar qualquer das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

15.12 Do contrato a ser assinado com a licitante vencedora deverão constar, obrigatoriamente, as hipóteses de rescisão previstas no art. 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

15.13 A proposta vencedora não fará jus a qualquer indenização ou ressarcimento se por qualquer motivo o contrato não vier a ser assinado, ou se a presente licitação for anulada ou revogada.

15.14 Fica estabelecido que a simples apresentação da proposta pelo licitante implicará na aceitação incondicional de todos os itens do presente Edital e seus Anexos, não aceitando a Comissão Julgadora de Licitações qualquer justificativa para o não cumprimento do mesmo.

15.15 O licitante vencedor responsabilizar-se-á pelo cumprimento irrestrito das exigências especificadas em edital, sob as penalidades da Lei. Além disso, qualquer regularização que se faça necessária no imóvel adquirido ficará por conta do adquirente.

15.16 A Comissão Especial de Licitação ou autoridade superior, poderá em qualquer fase da Concorrência Pública promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

15.17 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Comissão Permanente de Licitações, sob pena de desclassificação/inabilitação.

15.18 Os casos não previstos neste Edital e seus Anexos serão decididos pela Comissão de Licitação, nos termos das normas pertinentes às Licitações e Contratos, Lei Federal nº 8.666/93 e ulteriores alterações.

15.19 Não serão levadas em consideração vantagens não previstas neste Edital. No caso de alteração em pontos essenciais deste Edital e seus Anexos, dentro do prazo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

estabelecido para o início da abertura das propostas, este será prorrogado e as modificações terão a mesma divulgação do texto anterior.

15.20 Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que a Comissão Especial de Licitação porventura julgar necessários.

15.21 As dúvidas e os casos omissos serão solucionados pela Comissão Julgadora de Licitações, com base nas disposições da legislação brasileira em vigor.

15.22 Fica eleito o Foro da Comarca de Congonhinhas, Estado do Paraná, renunciando a outros por mais privilegiados que sejam, para dirimir as questões oriundas deste Edital.

15.23 Os interessados poderão obter o presente Edital em seu inteiro teor com seus anexos e solicitar esclarecimentos sobre esta licitação junto a Divisão de Licitação, à Av. Dr. Davi Xavier da Silva, nº 266, Centro, Congonhinhas/PR, no site www.congonhinhas.pr.gov.br ou através dos telefones (43) 3554-1107/1212, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min horas de segunda à sexta-feira.

16 ANEXOS

16.1 São peças integrantes do presente edital:

ANEXO I	Termo de Referencia
ANEXO II	Projeto de Viabilidade Técnica/Econômica
ANEXO III	Procuração
ANEXO IV	Modelo de Declaração (Decreto nº4.358, de 05/09/2002)
ANEXO V	Modelo de Declaração de não Impedimento da Licitante
ANEXO VI	Modelo de declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações.
ANEXO VII	Declaração quadro societário
ANEXO VIII	Modelo de atestado de visita
ANEXO IX	Modelo de declaração de conhecimento do local
ANEXO X	Identificação da Empresa
ANEXO X	Minuta do Contrato

Congonhinhas, XXXX de XXXXXXXXXXXXXXXX de 2023

Franciele Aparecida da Cruz Silva
Pregoeira/Agente de Contratação
Portaria nº002/2023

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE****ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
Concorrência Pública****1. OBJETO**

A Presente Concorrência Pública tem por objeto a concessão de direito real gratuito de uso dos bens públicos para fins empresariais para pessoa jurídica de direito privado, que venha a se estabelecer no Município e/ou tenha projeto de ampliação de atividade, conforme Lei Municipal nº 1.264, de 25 de outubro de 2023 e conforme fixado neste Termo de Referência.

O imóvel localiza-se no perímetro urbano desta cidade, identificado como "fração do imóvel da Matrícula 6.623 do Cartório de Registro Imobiliário desta Comarca, a realizar concessão real de uso de **1,00 (um) alqueire paulista (FUNDOS)**", localizados na Rodovia PR 160 Km 42, em Congonhinhas, Estado do Paraná, na seguinte descrição:

Item	Quantidade	Descrição
1	1	Um terreno rural com área de 1,00 alqueire paulista, denominado Sítio Santa Terezinha, situado na Rodovia PR 160 Km 42, neste Município e Comarca, PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS devidamente registrado na Matrícula sob nº. 6.623, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

2. JUSTIFICATIVA

O presente Termo de Referência tem como objetivo incentivar o Desenvolvimento econômico de Congonhinhas/PR, através da concessão de direito real de uso de terreno para pessoa jurídica de direito privado, que venha a se estabelecer no Município e/ou tenha projeto de ampliação de atividade no Município, gerando assim aumento de seu faturamento e/ou no número de vagas de emprego.

Por este motivo, a Administração Pública, contando com perspectivas e propostas concretas de empresas interessadas na concessão, mediante apresentação dos planos de trabalho no momento do lançamento de Edital de Concorrência Pública, pretende conceder às empresas o direito real de uso de terreno próprio da Municipalidade, localizado na área supramencionada, pelo prazo de até 10 (dez) anos, podendo ser renovado uma vez por igual período.

3. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

A Contratação deverá se dar por licitação, na modalidade de Concorrência Pública.

4. DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Dar ao imóvel, cuja concessão real de uso lhe é concedida, a destinação prevista no edital e no contrato sob pena de incorrer sanções e consequências previamente estabelecidas e nas penalidades contratualmente estipuladas e naquelas cominadas na Lei 8.666/93.

Cumprir, na forma e nos prazos estabelecidos no edital, em seus anexos e no contrato todas as obrigações assumidas, principalmente as relacionadas aos prazos constantes no edital. O eventual descumprimento – conforme o caso – implicará na aplicação de multas, rescisão do contrato, revogação da escritura pública de cessão e na perda de todos os direitos ora



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

concedidos, ensejando a reintegração de posse do imóvel pelo Município, inclusive, das benfeitorias edificadas ou implantadas pela concessionária, sem direito a indenização.

Responder civil e criminalmente por si, seus empregados ou prepostos, por danos materiais e morais causados a terceiros, usuários e funcionários dentro do espaço de concessão, sem a responsabilidade solidária do Município.

Arcar, exclusivamente, com a responsabilidade pela contratação, subordinação, controle e fiscalização de sua mão de obra, que a ele, concessionário, exclusivamente se vinculará, pagando os correspondentes salários e encargos trabalhistas, sociais e fiscais. Caso o Município seja diretamente acionado por qualquer empregado do cessionário, a ele caberá indenizar a Fazenda Pública Municipal das verbas trabalhistas, sociais e indenizações que este venha, circunstancialmente, ser compelida a pagar.

Respeitar todas as determinações da legislação ambiental e, consequentemente, obter os licenciamentos dos órgãos competentes, inclusive junto ao IBAMA e IAT, se for o caso.

Não causar empecilho de qualquer espécie aos serviços no Distrito Industrial, atendendo às diretrizes da Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município, à legislação municipal, estadual e federal de regência e observando as determinações das Secretarias Municipais.

Efetuar o pagamento de todos os tributos federais, estaduais e municipais; encargos e outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre os imóveis que são objeto de cessão e sobre as atividades que neles venham a ser desenvolvidas.

Conservar a área permitida em boas condições de conversação, uso, higiene e limpeza.

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, as edificações, instalações ou a utilização do terreno quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, a critério da fiscalização do Município.

É vedado ao cessionário subconceder ou ceder o imóvel, no todo ou em parte, a terceiros, a qualquer título, gratuito ou oneroso, bem como as construções e edificações que nele serão erigidas, sob pena de rescisão do contrato, revogação da escritura e aplicação de outras sanções previstas na legislação de regência, salvo prévia autorização da Administração Municipal.

Fica vedada, também, a transferência da concessão de uso por atos intervivos, por sucessão legítima ou testamentária, sob pena de resolver-se a concessão antes de seu termo, com a revogação da escritura pública e o perdimento das benfeitorias para o Município, sem que assista, ao concessionário, direito ou indenização ou de retenção.

Não transferir o seu controle acionário sem prévia e expressa anuência do Município, sob pena de submeter-se às mesmas sanções cominadas no item "DAS PENALIDADES" do edital.

Adotar providências após a assinatura do contrato, para a emissão do Alvará de Projetos, Licença e Habite-se, junto a Prefeitura Municipal de Congonhinhas, arcando com todos os custos.

Comunicar o Fiscal do Município quanto ao início dos serviços de relevância do edital, de modo que o serviço não poderá ser iniciado/continuado sem a presença do Fiscal do Município, se este assim desejar.

O Município manterá a fiscalização do contrato, zelando pelo correto cumprimento do contrato.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

O interessado terá prazo de 6 (seis) meses após a concessão para iniciar a efetivação do projeto, envolvendo construção e demais ações necessárias para o início ou expansão das atividades do empreendimento e prazo total máximo de 18 (dezoito) meses para conclusão, a partir da concessão.

Não terá direito aos benefícios deste termo, quem, em exercícios anteriores, fora beneficiado com qualquer Incentivo do Município e não tenha atendido aos propósitos apresentados no projeto.

A concessionária deverá atender a todos os requisitos elencados em edital durante a vigência da concessão.

Não poderão se beneficiar da Concessão de Direito Real de Uso de Terreno às empresas que estejam em débito com o erário.

O imóvel cedido é inalienável significa que não pode ser vendido, doado, trocado ou transferido de qualquer forma.

5. DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência será de até 10 (dez) anos, podendo ser renovado uma vez por igual período, desde que cumpridas as metas apresentadas.

6. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Para análise do pedido, serão levados em consideração os seguintes critérios:

- IX – Consonância do projeto às diretrizes do Plano Diretor;
- X – Efeito multiplicador de atividade;
- XI – Geração de emprego;
- XII – Impacto ambiental do projeto;
- XIII – Incentivos concedidos ao requerente em exercícios anteriores;
- XIV – Previsão de faturamento e seu impacto fiscal, tributário e na renda;
- XV – Responsabilidade social do empreendimento;
- XVI – Viabilidade econômico-financeira do projeto;
- IX – Viabilidade técnica e adequabilidade do projeto;
- X – Nível de inovação aplicado ao projeto.

O julgamento se dará através da soma simples dos pontos, conforme tabela em anexo.

A avaliação da proposta técnica da empresa bem como a somatória dos pontos será feita pela Comissão de Licitação nomeada pela Portaria Nº 002/2023 a qual emitirá parecer com a pontuação final.

Além da documentação solicitada para essa modalidade de licitação;

- I – Cópia do Contrato Social;
- V – Comprovante de Inscrição no CNPJ;
- VI – Cópia do RG e do CPF do representante legal da empresa ou procurador;
- VII – Certidões negativas: municipal, estadual, federal, trabalhista, FGTS e INSS;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

- V – Balanço patrimonial e DRE de 2022 (para empresas que forem implantar nova sede no município ou que ampliem as suas atividades no Município);
- IX – Relação de funcionários registrados na empresa, sendo o prazo máximo de emissão do documento o mês anterior a realização da licitação (para empresas que forem implantar nova sede no município ou que ampliem as suas atividades Município);
- X – Memorial descritivo da obra e/ou planta da obra;
- XI – Projeto de viabilidade técnica e econômica, conforme anexo, devidamente preenchido.

As empresas constituídas em 2023 deverão apresentar balancete do mês anterior à da realização da licitação e em caso de ainda não possuir 1 (um) mês de funcionamento, deverão apresentar balanço de abertura da empresa.

As empresas que possuírem a intenção de implantar nova sede no município deverão apresentar as documentações referentes ao CNPJ da matriz.

7. DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do cumprimento das condições estabelecidas para a concessão dos incentivos será realizada pela Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente com parecer e análise.

A fiscalização de que trata o item anterior será realizada através de análise de relatórios e através de diligências e se dará da seguinte forma:

- I – O beneficiário deverá apresentar relatório até o terceiro mês do ano seguinte, demonstrando os resultados de sua atividade e como vem sendo utilizado o incentivo concedido, contendo como anexo, pelo menos: a relação de funcionários e o balanço do último exercício;
- II – A Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, poderá realizar, a qualquer tempo, diligências extraordinárias e/ou solicitar outros documentos a fim de verificar condições referentes ao benefício concedido.

Em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, deve-se analisar e emitir parecer de regularidade.

É dever da empresa beneficiada facilitar o acesso do Secretário Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente e outros servidores devidamente credenciados pelo Poder Executivo às dependências do estabelecimento, objeto do benefício, além de fornecer as informações solicitadas.

É dever de terceiros que tenham vínculo com a empresa beneficiada, prestar as informações necessárias, bem como fornece fotocópia dos documentos solicitados pelo Secretário Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente outros servidores devidamente credenciados pelo Poder Executivo.

No caso de não cumprimento das obrigações por parte da empresa beneficiada, caberá a aplicação de uma ou mais das seguintes penalidades:

- I – **Advertência escrita, concedendo-se prazo para regularização;**
- II – **Devolução dos valores recebidos, direta ou indiretamente, atualizados monetariamente pelo INPC;**
- III – **Reversão do benefício e multa pecuniária de 30% (trinta por cento) do benefício concedido.**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

Resolve-se a concessão antes de seu termo, desde que o concessionário dê à imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato ou termo, ou descumpra cláusula resolutória do ajuste, perdendo, neste caso, as benfeitorias de qualquer natureza.

São ainda causas de cancelamento ou anulação dos benefícios:

- I – Falência, extinção, encerramento ou liquidação da empresa;
- II – Fornecimento de informações ou documentação falsas;
- III – Quando os imóveis não forem utilizados para as finalidades apresentadas no projeto técnico;
- IV – Não cumprimento dos prazos estipulados;
- V – Paralisação das atividades por período superior a 06 (seis) meses ou dissolução das atividades;
- VI – Transferência do estabelecimento para outro Município;
- VII – Venda ou alienação de imóvel recebido;
- VIII – Descumprimento das cláusulas, projetos ou prazos previstos neste Termo de Referência.

8. VISITA TÉCNICA

O interessado em participar desta Concorrência Pública poderá realizar visita técnica ao local. A declaração de visita, conforme modelo em anexo, deve ser feita pelo interessado e anexada aos documentos no envelope da habilitação.

Caso o interessado já conheça o local, deverá anexar a declaração de conhecimento ao local, conforme modelo em anexo, aos documentos no envelope da habilitação.

ANEXO II

PROJETO DE VIABILIDADE TÉCNICA/ECONÔMICA EMPRESAS EM INSTALAÇÃO OU EM EXPANSÃO DE SUAS ATIVIDADES

ATIVIDADE PRINCIPAL E SECUNDÁRIAS	
Obs.: Indique as atividades principal e secundárias exercidas pela sua empresa. Levar em consideração o código CNAE.	
MONTANTE INICIAL À INVESTIR	R\$ _____,00
Obs.: Indique o valor que será investido para abertura da sua empresa. Levar em consideração: máquinas e equipamentos, construções civis, fretes e montagens, móveis e utensílios, veículos, treinamento e contratação de mão de obra, estudos e projetos, entre outros.	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

EMPRESA BENEFICIADA COM INCENTIVOS ECONÔMICOS EM ANOS ANTERIORES

☐ Não.

☐ Sim. Especifique:

Obs.: Indique se a sua empresa já foi beneficiada em anos anteriores com o programa permanente de concessão de incentivos econômicos e fomento.

PREVISÃO DE GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS

☐ Até 10 empregos.

☐ De 11 a 30 empregos.

☐ De 31 a 50 empregos.

☐ De 51 a 100 empregos.

☐ Acima de 100 empregos.

Obs.: Assinale a opção que corresponde a quantidade de empregos gerados por sua empresa no primeiro ano de operação.

PREVISÃO DE AUMENTO ANUAL NA GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS

☐ Até 10%.

☐ Até 30%.

☐ Até 50%.

☐ Até 80%

☐ Acima de 80%.

Obs.: Assinale a opção que corresponde ao percentual de aumento nos empregos gerados por sua empresa a partir do segundo ano de operação.

PREVISÃO DE FATURAMENTO ANUAL (R\$)

☐ Até R\$ 500.000,00.

☐ De R\$ 500.001,00 até R\$ 2.500.000,00.

☐ De R\$ 2.500.001,00 até R\$ 5.500.000,00.

☐ De R\$ 5.500.001,00 até R\$ 10.000.000,00.

☐ Acima de R\$ 10.000.001,00.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

Obs.: Assinale a opção que corresponde ao faturamento da sua empresa no primeiro ano de operação.

PREVISÃO DE AUMENTO ANUAL NO FATURAMENTO

☐	Até 10%.
☐	Até 30%.
☐	Até 50%.
☐	Até 80%
☐	Acima de 80%.

Obs.: Assinale a opção que corresponde ao percentual de aumento no faturamento da sua empresa a partir do segundo ano de operação.

IMPACTO AMBIENTAL DO PROJETO

☐	Nenhum.	
☐	Somente na instalação.	Especifique:
☐	Pequeno.	Especifique:
☐	Médio.	Especifique:
☐	Forte.	Especifique:

Obs.: Assinale a opção que corresponde ao impacto ambiental causado pela sua empresa, conforme Licenciamento Ambiental.

TRATAMENTO E PRESERVAÇÃO

☐	Tratamento parcial do resíduo de produção ou sanitário.
☐	Tratamento total do resíduo de produção ou sanitário.
☐	Destinação de área para preservação ambiental.
☐	Apoio a projetos de preservação ambiental no Município.
☐	Projetos de economia de água e/ou energia.

Obs.: Assinale as opções que correspondem às ações de tratamento e preservação realizadas pela sua empresa.

APOIO ECONÔMICO-FINANCEIRO A PROJETOS SOCIAIS, ESPORTIVOS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

☐	Nenhum.
☐	Até 1 projeto.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

☐	Até 3 projetos.
☐	Até 5 projetos.
☐	Até 7 projetos.
☐	Acima de 10 projetos.
Obs.: Assinale a opção que corresponde ao número de projetos municipais apoiados pela sua empresa, sendo esse apoio econômico ou financeiro.	
NATUREZA DA MATÉRIA-PRIMA (LOCAL DE AQUISIÇÃO)	
Percentual adquirido dentro do Município.	
Percentual adquirido dentro do Estado.	
Percentual adquirido fora do Estado.	
Percentual de Importação.	
Obs.: Escreva em cada linha a porcentagem de compras por localidade. O total das quatro linhas deverá ser 100%. Não havendo aquisições em alguma das localidades, colocar 0 (zero).	
DESTINAÇÃO FINAL DO PRODUTO	
Percentual de venda destinado a consumidor final.	
Percentual de venda para dentro do Município.	
Percentual de venda para dentro do Estado.	
Percentual de venda para fora do Estado.	
Percentual de Exportação.	
Obs.: Escreva em cada linha a porcentagem de vendas por localidade. O total das cinco linhas deverá ser 100%. Não havendo vendas em alguma das localidades, colocar 0 (zero).	
PERCENTUAL DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DENTRO NO MUNICÍPIO (TERCEIROS)	
☐	Até 10%.
☐	Até 30%.
☐	Até 50%.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

()	Até 80%					
()	Acima de 80%.					
Obs.: Assinale a opção que corresponde ao percentual de bens e serviços de terceiros contratados pela sua empresa dentro de Congonhinhas. Não considerar a mão de obra direta.						
PERCENTUAL DE CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DIRETA DO MUNICÍPIO						
()	Até 10%.					
()	Até 30%.					
()	Até 50%.					
()	Até 80%					
()	Acima de 80%.					
Obs.: Assinale a opção que corresponde ao percentual de mão de obra direta contratada de Congonhinhas.						
CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO						
Atividade	1° Trimestre	2° Trimestre	3° Trimestre	4° Trimestre	5° Trimestre	6° Trimestre
PARÂMETROS PARA CONCESSÃO						
PREVISÃO DE GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS						
5 pontos	15 pontos	25 pontos	35 pontos	50 pontos.		
Até 10 empregos.	De 11 a 30 empregos.	De 31 a 50 empregos.	De 51 a 100 empregos.	Acima de 100 empregos.		
PREVISÃO DE AUMENTO ANUAL NA GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS						



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

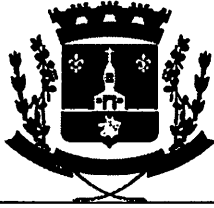
3 pontos	9 pontos	15 pontos	21 pontos	30 pontos
Até 10%.	Até 30%.	Até 50%.	Até 80%.	Acima de 80%.
PREVISÃO DE FATURAMENTO ANUAL (R\$)				
5 pontos	15 pontos	25 pontos	35 pontos	50 pontos
Até R\$ 500.000,00.	De R\$ 500.001,00 até R\$ 2.500.000,00.	De R\$ 2.500.001,00 até R\$ 5.500.000,00.	De R\$ 5.500.001,00 até R\$ 10.000.000,00.	Acima de R\$ 10.000.001,00 .
PREVISÃO DE AUMENTO ANUAL NO FATURAMENTO				
3 pontos	9 pontos	15 pontos	21 pontos	50 pontos
Até 10%.	Até 30%.	Até 50%.	Até 80%.	Acima de 80%.
IMPACTO AMBIENTAL DO PROJETO				
1 ponto.	3 pontos.	5 pontos.	7 pontos.	10 pontos
Forte	Médio	Pequeno	Somente na instalação	Nenhum
TRATAMENTO E PRESERVAÇÃO				
1 ponto	3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos
Apoio a projetos de preservação ambiental no Município	Tratamento parcial do resíduo de produção e sanitário	Projetos de economia de água e/ou energia	Destinação de área para preservação ambiental	Tratamento total do resíduo de produção ou sanitário
APOIO ECONÔMICO-FINANCEIRO A PROJETOS SOCIAIS, ESPORTIVOS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS				
1 ponto	3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos
Até 1 projeto	Até 3 projetos	Até 5 projetos	Até 7 projetos	Acima de 10 projetos
NATUREZA DA MATÉRIA-PRIMA (LOCAL DE AQUISIÇÃO)				
3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos	
Importada	Adquirida fora do Estado	Adquirida dentro do Estado	Adquirida dentro do Município	
DESTINAÇÃO FINAL DO PRODUTO				



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

1 ponto	3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos.
Destinada a consumidor final	Para dentro do Município	Para dentro do Estado	Para fora do Estado	Exportação.
PERCENTUAL DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DENTRO NO MUNICÍPIO (TERCEIROS)				
1 ponto	3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos.
Até 10%	Até 30%	Até 50%	Até 80%	Acima de 80%.
PERCENTUAL DE CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DIRETA DO MUNICÍPIO				
1 ponto	3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos.
Até 10%	Até 30%	Até 50%	Até 80%	Acima de 80%.
PARECER DA COMISSÃO				
EMPRESA SOLICITANTE:				
DATA:				
PARÂMETROS		PONTUAÇÃO		
Previsão de geração de empregos diretos.				
Previsão de aumento anual na geração de empregos diretos.				
Previsão de faturamento anual (R\$).				
Previsão de aumento anual no faturamento.				
Impacto ambiental do projeto.				
Tratamento e preservação.				
Apoio econômico-financeiro a projetos sociais, esportivos e culturais do município de Congonhinhas.				



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

Natureza da matéria-prima (local de aquisição).	
Destinação final do produto.	
Percentual de contratação de bens e serviços dentro do Município (terceiros).	
Percentual de contratação de mão de obra do Município.	
TOTAL	
Comentários adicionais:	
Nome	Assinatura

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE****ANEXO III****CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 – PMC****PROCURAÇÃO**

_____**<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>**_____, por meio de _____**<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>**_____, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. _____**<NOME COMPLETO, RG, CPF>**_____, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação _____**<MODALIDADE, NÚMERO/ANO>**_____, outorgando ainda poderes específicos para interpor recursos e/ou desistir de sua interposição, prestar declarações, assinar Contratos e praticar todos os atos necessários a este procedimento licitatório.

< CIDADE/ESTADO> _____ de _____ de _____

<nome completo do representante legal>

<qualificação na empresa>

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

ANEXO IV

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 - PMC

MODELO DE DECLARAÇÃO (Decreto nº 4.358, de 05.09.2002)

....., inscrito no CNPJ nº, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a),
portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF
nº, DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666,
de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega
menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....

(data)

.....

Representante legal

(* Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE****ANEXO V****CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 – PMC****MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO DA LICITANTE**

A (O) _____ (licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, ao final firmado, DECLARA, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das hipóteses de impedimento para sua habilitação na presente licitação, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses previstas neste Edital de Concorrência Pública do Município de Congonhinhas Nº 0001/2023, bem como de que está ciente da obrigatoriedade de declarar qualquer ocorrência posterior, caso sagre-se vencedora no presente certame.

Congonhinhas, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do representante legal do licitante

Nome do representante legal do licitante

Cargo

Nome do licitante



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

ANEXO VI

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 - PMC

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E CONDIÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

A Empresa Licitante _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, ao final firmado, em conformidade com os termos do Edital de Concorrência nº 0001/2023, bem como por exigência da Lei nº 8666/93, art. 30, III, DECLARA estar ciente de todas as condições relativas ao objeto da referida Concorrência em curso, a qual destina-se a concessão de direito real gratuito de uso de bem público para fins industriais, eis que tomou conhecimento de todas as informações, bem como das condições para cumprimento das obrigações, objeto da licitação, através da aquisição do Edital e seus Anexos disponibilizados pelo Município.

Congonhinhas, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do representante legal da licitante

Nome do representante legal da licitante

Cargo

Nome da licitante

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS**

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO VII

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 - PMC

DECLARAÇÃO QUADRO SOCIETÁRIO

_____(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____, sediada em
_____(ENDEREÇO
COMERCIAL)_____, declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário servidor
público ou da ativa, parlamentar ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista,
bem como, de que não possui impedimentos previstos nos artigos 36 e 85 da Lei Orgânica do Município
de Congonhinhas.

Congonhinhas (SC), ____ < DATA > _____

Assinatura do representante legal da empresa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO VIII

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 - PMC

MODELO DE ATESTADO DE VISITA

Atesto, para os devidos fins da Licitação referente à Concorrência Pública – Edital Nº 0001/2023, _____ que _____ a _____ empresa _____, através de seu representante _____ tomou conhecimento das condições atuais dos imóveis localizados no perímetro urbano desta cidade, mediante verificação “in loco”.

_____, ____ de _____ de 2023.
(Local)

Assinatura do Responsável (Representante do Município)

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO****ANEXO IX****CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 - PMC****MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL**

A empresa licitante _____, declara que tem conhecimento dos imóveis localizados no perímetro urbano desta cidade, declarando assim estar ciente de todas as suas condições bem como às relativas ao objeto da referida licitação, não podendo alegar desconhecimento posterior.

Declaro ter ficado ciente de todas as condições do objeto licitado.

Congonhinhas – PR, _____ de _____ de 2023.

Empresa:

Nome do representante:

RG:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO X

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 - PMC

1. DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL:	
NOME FANTASIA:	
DATA DA CONSTITUIÇÃO:	CNPJ:
ENDEREÇO:	
INSCRIÇÃO ESTADUAL:	INSCRIÇÃO MUNICIPAL:
TELEFONE:	

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº:
CPF/MF Nº.:

3. DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO ELETRÔNICO DA EMPRESA E-MAIL:

Declaramos que o Domicílio Eletrônico da Empresa para o recebimento de informações do processo, alerta de avisos, notificações e decisões administrativas, é:
E-MAIL:

Obs.: Informar apenas 1 (um) e-mail como domicílio eletrônico da empresa. Havendo mais de um e-mail informado, será considerado somente o primeiro da lista.

4. DECLARAÇÃO DE ASSINATURA POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL:

Declaramos estar ciente que, o representante legal indicado neste documento, será o signatário do "Contrato", o qual deverá assinar o documento eletrônico em formato "PDF", por certificação digital, caso assim solicitado.

Local e Data

Nome e Assinatura do Representante da Empresa

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO****Anexo XI - Minuta do Contrato**

CONTRATO Nº ____/____ (número/ano)

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE FORMA GRATUITA QUE ENTRE SI CELEBRAM:

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 75.825.828/0001-88, neste ato representado pelo Prefeito **José Olegário Ribeiro Lopes**, inscrito no CPF/MF sob nº _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/PR, residente e domiciliado à _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____.

CONCESSIONÁRIA: _____, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito(a) no CPF/MF sob nº _____, residente e domiciliado(a) à Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DA CONCESSÃO

Constitui objeto deste instrumento, a concessão de direito real de uso de forma gratuita do Lote ____ de propriedade do Município de Congonhinhas-PR, e que possui a seguinte descrição: _____.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DA CONCESSÃO

A presente concessão de uso se faz com base nos permissivos constitucionais e legais regedores da Administração Pública em geral, com fundamento na Lei Orgânica do Município de Congonhinhas-PR, Lei Municipal nº 936/2015, Edital de Concorrência Pública nº ____/2023 e Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - FINALIDADE DA CONCESSÃO

A finalidade principal desta concessão é justamente proporcionar o incentivo a geração de emprego, renda, e melhorando a atuação e competitividade dos beneficiados.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DA CONCESSÃO

O prazo desta concessão de uso será pelo período de 20 (vinte) anos, no caso de cumprimento das exigências dispostas na Lei Municipal nº 1.264, de 25 de outubro de 2023, podendo ser prorrogado por igual período, sendo que, ao término da concessão, as benfeitorias ficarão incorporadas ao imóvel de propriedade do Município, sem direito a retenção ou indenização.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO

O concessionário obriga-se as seguintes condições:

a) Iniciar a construção do prédio no prazo máximo de ____ (____) meses e dar início às atividades produtivas no prazo máximo de ____ (____) meses, a contar da data de assinatura deste contrato, conforme proposta técnica anexa ao processo. Sendo que este prazo poderá ser prorrogado pelo Poder Público Municipal na hipótese de força maior ou outro motivo relevante e plenamente justificado;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

- b) Manter permanentemente a destinação do imóvel no desenvolvimento da atividade inicialmente prevista, salvo na hipótese de alteração previamente autorizada pelo Poder Público Municipal;
- c) O bem objeto do contrato não poderá, em hipótese alguma, ser objeto de arrendamento mercantil ou qualquer outra figura jurídica que importe sua transferência a terceiros;
- d) O concessionário deverá promover o uso do imóvel, zelosamente, mantendo-o limpo, executando às suas expensas todos os serviços de conservação que se façam necessários;
- e) O concessionário torna-se responsável, a partir da data da assinatura do presente instrumento, pelo pagamento de quaisquer taxas ou impostos que incidam ou venham incidir sobre o imóvel, bem como pelas tarifas de água, telefone e energia elétrica;
- f) Compete ao concessionário o recolhimento de todos os tributos correspondentes à atividade a ser desenvolvida no objeto do presente instrumento, sejam diretos e indiretos, inclusive suas obrigações previdenciárias e trabalhistas;
- g) Compete ao concessionário a obtenção, junto aos órgãos competentes, das respectivas licenças ambientais, sem as quais não poderá instalar seu empreendimento, sendo que eventual demora na obtenção (por culpa exclusiva do poder público) pode ensejar prorrogação dos prazos de instalação previstos na Concorrência __/2023 e no presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

- a) A presente concessão sujeita-se à fiscalização do poder concedente, com a cooperação do concessionário;
- b) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais em caso de descumprimento das obrigações do concessionário;
- c) Extinguir a concessão caso houver descumprimento das exigências legais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO LICENCIAMENTO DO EMPREENDIMENTO

O licenciamento ambiental e sanitário do empreendimento é de responsabilidade do CONCESSIONÁRIO.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O descumprimento das cláusulas constantes neste contrato importa em rescisão contratual, nos termos do artigo 78 e 79 da Lei 8666/1993 e sua alteração, devendo o lote cedido ser reincorporado ao patrimônio municipal, e as benfeitorias que forem construídas no imóvel revertidas ao patrimônio do Município, sem que caiba ao CONCESSIONÁRIO quaisquer direitos a indenizações.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

Fica ressalvado, à concedente o direito de visitar o imóvel e solicitar informações sobre as atividades desenvolvidas, as quais deverão ser prestadas no prazo de 10 (dez) dias, pertinentes ao conteúdo de todas as obrigações contidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Congonhinhas/PR para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato. E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Congonhinhas-PR, em __ de ____ de 2023.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS**

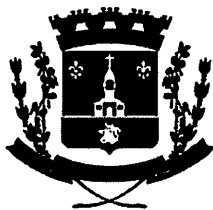
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****Prefeito Municipal
CONTRATANTE**

(Razão Social e Nome do Representante Legal)
CONTRATADA

(Nome e número da OAB)
Assessor Jurídico

Testemunhas:

Nome:
RG.
CPF.Nome:
RG.
CPF.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****PROCURADORIA JURÍDICA****PARECER JURÍDICO**

De: Procuradoria do Município**Para: Departamento de Compras/Licitação**

ASSUNTO: ANÁLISE JURÍDICA DO TEXTO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS. PROCESSO LICITATÓRIO PARA A CONCESSÃO DE DIRETO REAL DE USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS PARA EXPLO- RAÇÃO EMPRESARIAL, CONFORME ESPE- CIFICADO NO EDITAL DA CONCORRÊNCIA Nº 002/2023.

DO RELATÓRIO:

Trata-se de pedido realizado pelo Departamento de Licitação para emissão de parecer quanto à modalidade de licitação para a concessão de direito real gratuito de uso dos bens públicos para fins empresariais para pessoa jurídica de direito privado, que venha a se estabelecer no Município e/ou tenha projeto de ampliação de atividade, conforme Lei Municipal nº 1.264, de 25 de outubro de 2023.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

Os autos foram remetidos a este órgão de consultoria jurídica para análise e aprovação das minutas de Edital de Licitação e de Contrato, na forma prevista no Parágrafo único, do art. 38, da Lei nº 8.666/93.

DOS FUNDAMENTOS:

Entendo que a modalidade escolhida pelo gestor, concorrência, está correta isto porque de acordo com o §3º do art. 23 da Lei nº 8.666/93:

A concorrência é a modalidade de licitação cabível, qualquer que seja o valor de seu objeto, tanto na compra ou alienação de bens imóveis, ressalvado o disposto no art. 19, como nas **concessões de direito real de uso** e nas licitações internacionais, admitindo-se neste último caso, observados os limites deste artigo, a tomada de preços, quando o órgão ou entidade dispuser de cadastro internacional de fornecedores, ou o convite, quando não houver fornecedor do bem ou serviço no País" (grifo acrescentado)

Assim, por força textual da Lei de Licitações, as concessões de direito real de uso não de ser licitadas por concorrência.

Passamos a análise dos elementos abordados na minuta do edital e sua concordância com as imposições do art. 40 da Lei de Licitações.

Traz o referido mandamento a obrigatoriedade de abordagem dos seguintes elementos nos editais de licitação, podendo estes ser suprimidos ou acrescentados, conforme o caso:

Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;

III - sanções para o caso de inadimplemento;

IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico; V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;

VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;

IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;

XII - (VETADO) XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;

XIV - condições de pagamento, prevendo:

a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;

c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;

d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos; e) exigência de seguros, quando for o caso;

XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei;

XVI - condições de recebimento do objeto da licitação;

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****PROCURADORIA JURÍDICA**

XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

Da análise tão somente da minuta do edital e seus anexos conclui-se foram observados os requisitos legais para sua elaboração, em especial o artigo 40 da Lei nº 8.666/93, razão pela qual esta Procuradoria, analisando os aspectos estritamente jurídicos, sem apreciação do mérito administrativo, não opõe óbice ao prosseguimento do certame, devendo ser respeitados os limites legais.

Saliente-se, contudo, que os critérios e a análise de mérito (oportunidade e conveniência do pedido) constituem análise técnica da Secretaria solicitante, razão pela qual o presente opinativo cinge-se exclusivamente aos contornos jurídicos formais do caso em comento.

É o parecer opinativo e restringe-se aos aspectos formais do procedimento, sendo que a decisão cabe à autoridade competente.

Congonhinhas/PR, 14 de novembro de 2023.



Raoni Pereira do Val Oliveira

Advogado do Município – Decreto 3.246/2021

OAB/PR nº. 87.061

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****GABINETE DO PREFEITO**

Referência: Concorrência Pública 002/2023
Objeto: Concessão de direito real de uso de 1,00 (um) alqueire paulista (fundos), localizados na Rodovia PR 160, km 42, neste Município de Congonhinhas.
Solicitante: Divisão de Indústria e Comércio

DESPACHO**O MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS – ESTADO**

DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ/MF sob no 75.825.828/0001-88, com sede administrativa na Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, centro, Congonhinhas – Paraná, representado pelo seu Prefeito Municipal, José Olegário Ribeiro Lopes, no uso e gozo de suas prerrogativas, tendo em vista a existência de parecer jurídico pela viabilidade de prosseguimento do processo licitatório, **AUTORIZA** a abertura de procedimento licitatório, na modalidade “CONCORRÊNCIA”, destinado à concessão de direito real de uso de forma gratuita de 1,00 (um) alqueire paulista (fundos), localizados na Rodovia PR 160, km 42, neste Município de Congonhinhas.

Encaminhe-se o procedimento à Comissão de Licitação para as providências necessárias.

Congonhinhas, 16 de novembro de 2023.


José Olegário Ribeiro Lopes
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

EDITAL:

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº002/2023

Processo Administrativo nº113/2023

PREÂMBULO:

O Município de Congonhinhas, através da Secretaria Municipal de Administração, por meio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 002 de 18 de janeiro de 2023, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **Concorrência Pública** do tipo **Maior Oferta** regida pela Lei Federal n.º 8666/93 e alterações, Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei nº 147/14, Decreto Federal nº 8538/15, Lei Municipal nº 936 de 15 de dezembro de 2015, Lei Orgânica do Município de Congonhinhas e demais legislações pertinentes objetivando a **concessão de direito real gratuito de uso dos bens públicos para fins empresariais para pessoa jurídica de direito privado, que venha a se estabelecer no Município e/ou tenha projeto de ampliação de atividade.**

Para ser admitido à presente Concorrência Pública, na condição de Licitante, deverá o interessado protocolar e entregar na Divisão de Licitação, sito na Av. Davi Xavier da Silva, nº 266, centro, nesta cidade, até às 08h59min do dia 07 de dezembro de 2023, os envelopes a que se referem os itens 4, 5 e 6 deste Edital.

A sessão pública de abertura dos envelopes referentes à documentação de habilitação e proposta de preços será realizada às 09h00min do dia 07 de dezembro de 2023, na sala de reunião da Secretaria Municipal da Administração, sito na Av. Dr. Davi Xavier da Silva, nº 266, centro, nesta cidade.

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 A presente licitação tem por objeto a concessão de direito real gratuito de uso dos bens públicos para fins empresariais para pessoa jurídica de direito privado, que venha a se estabelecer no Município e/ou tenha projeto de ampliação de atividade, conforme especificações no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital.

1.2 O imóvel encontra-se livre e desembaraçado de quaisquer ônus.

1.3 O licitante vencedor da concessão de uso do imóvel deverá, no primeiro ano de funcionamento da empresa, baseados nos critérios para avaliação contidos neste edital, atender o seguinte:

- a) Executar projeto de construção/edificação de barracão ou semelhante para implantação da empresa, com início das obras no prazo máximo de 06 (seis) meses contados da assinatura do contrato de concessão;
- b) Obedecerem rigorosamente às legislações vigentes, especialmente normas ambientais, Código de Obras, Lei de Diretrizes Urbanas e demais legislações pertinentes;
- c) Concluir as obras de construção no prazo máximo de 18 (dezoito) meses após seu início, inclusive dar início as atividades no local até o término deste período;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

d) Gerar novos empregos conforme comprometido e manter no mínimo este mesmo número para os demais períodos.

2. DA VISITAÇÃO AOS IMÓVEIS

2.1 A visitação dos imóveis poderá ser realizada durante o horário normal de expediente, devendo ser agendada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, diretamente na Secretaria Municipal de Administração, situada no endereço citado no Preâmbulo deste Edital ou pelos telefones (43) 3554-1212.

3. DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar da presente licitação as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte-EPP's e Microempreendedores Individuais-MEI's, com sede neste Município e período de constituição de no mínimo 06 (seis) meses contados da data da abertura desta licitação, estando em plena atividade e desde que atendam as condições impostas neste Edital.

3.2 Encontram-se impedidos de participar do presente certame os interessados que:

- a) Tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão público federal, estadual ou municipal, em consonância com o disposto no art. 87, IV, da Lei Federal nº 8666/93;
- b) Entre cujos dirigentes, gerentes, acionistas ou detentoras de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controladores, responsáveis técnicos ou subcontratados, haja dirigente, funcionário ou servidor público municipal, em consonância com o disposto no art. 9º, III, da Lei Federal nº 8666/93;
- c) Possuam imóvel próprio ou em nome de seus dirigentes/proprietários, com exceção daquele imóvel destinado exclusivamente a moradia (no máximo um imóvel);
- d) Não possuam o período mínimo de constituição previsto no item 3.1.

3.3 Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pelo proponente, sob pena de responsabilidade administrativa e penas cabíveis, conforme legislação vigente.

4. DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

4.1 Os interessados deverão entregar no local e até a data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, a documentação de habilitação e a proposta, em envelopes separados, fechados e inviolados ou lacrados, dirigidos à Divisão de Licitações, e identificados da seguinte forma:

ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS - PR
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXXX/2023
(firma ou denominação social e endereço do licitante)

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS/PR
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXXX/2023
(firma ou denominação social e endereço do licitante)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

5. ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

5.1 Deverá conter:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedade por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores e declaração de firma individual, quando for o caso;
- b) Comprovante de inscrição no CNPJ;
- c) Alvará de Licença em vigor na data da realização da licitação;
- d) Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, conforme modelo constante no Anexo 03, conforme o caso;
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Federal e INSS, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, abrangendo inclusive, contribuições sociais, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- f) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- g) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Unidade competente, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- h) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, consistentes na apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.
- i) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- j) Declaração que está ciente da situação dos imóveis e de que recebeu todas as informações necessárias para a formulação da proposta, confirmando como verdadeiras as informações constantes na mesma, nada tendo a reclamar futuramente, conforme modelo constante no Anexo 04;
- k) Declaração de que não possui imóvel próprio em nome da Empresa ou em nome de seus dirigentes/proprietários, salvo o imóvel destinado exclusivamente a moradia (no máximo um imóvel), conforme modelo constante no Anexo 05;
- l) Declaração que não possui, em seu Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8666/93, conforme modelo constante no Anexo 06;
- m) Declaração que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista conforme modelo constante no Anexo 07;
- n) Balanço patrimonial com as demonstrações contábeis do último exercício financeiro, já exigíveis e apresentado na forma da Lei (a empresa qualificada como Microempreendedor Individual está dispensada da apresentação deste documento);



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

o) Certidão negativa dos cartórios de registros de falências e concordatas, expedida pelo cartório distribuidor do local da sede da proponente, há menos de 90 (noventa) dias da data marcada para o recebimento dos envelopes nº 01 e 02.

5.2 Os documentos relacionados no item 5.1, devem ter validade na data prevista para o recebimento da documentação e da proposta, poderão ser apresentados em forma de cópias xerografadas, as quais deverão estar autenticadas em Cartório ou pela Comissão Especial de Licitação, mediante apresentação das vias originais na sessão de abertura dos envelopes.

5.3 A não apresentação dos documentos relacionados no item 5.1 e alíneas, na forma e condições previstas no item 5.2, implicará na inabilitação do licitante.

5.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.4.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, às mesmas, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

5.4.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 5.4.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6. ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA

6.1 A proposta deverá ser apresentada em envelope lacrado e indevassável, rubricado no fecho, identificado conforme o item 4.1.

6.2 Deverá ainda, ser apresentada em uma via única, em impresso próprio, contendo o número da Concorrência Pública, o CNPJ, endereço, nome da empresa, datilografada ou computadorizada, sem rasuras, emendas, entrelinhas ou ressalvas, datada e assinada por pessoa com poderes para tanto, conforme modelo constante no Anexo 08.

6.3 Deverá conter ainda:

- a) A indicação do imóvel pretendido, com a descrição completa e detalhada do Lote conforme descrito no anexo 01;
- b) Relatório descrevendo o empreendimento que pretende realizar, indicando a área a ser construída e o tipo de edificação;
- c) Prazo para início e término da edificação, bem como, do início das atividades no local;
- d) Previsão de número de empregos formais a serem gerados com mão-de-obra local;
- e) Previsão de arrecadação de tributos (especialmente ISS), com indicação mensal e anual;
- f) Projeção do faturamento mínimo do empreendimento, com indicação mensal e anual;
- g) Estimativa do impacto ambiental em decorrência da implantação da atividade;
- h) Prazo de validade da proposta não inferior à 60 (sessenta) dias.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

7.1 Todas as despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção do bem imóvel concedido, bem como os tributos, taxas, contribuições e licenças incidentes sobre o referido imóvel ficam a cargo do CONCESSIONÁRIO.

7.2 Executar projeto de construção/edificação de barracão ou semelhante para implantação da empresa, com início das obras no prazo máximo de 06 (seis) meses contados da assinatura do contrato de concessão e concluir as obras de construção no prazo máximo de 12 (doze) meses após seu início, sob pena do lote cedido ser reincorporado ao patrimônio municipal, e as benfeitorias que forem construídas no imóvel revertidas ao patrimônio do Município, sem que caiba ao CONCESSIONÁRIO quaisquer direitos a indenizações.

7.3 O CONCESSIONÁRIO fica obrigado a manter permanentemente a destinação do imóvel no desenvolvimento da atividade inicialmente prevista, salvo na hipótese de alteração previamente autorizada pelo Poder Público Municipal.

7.4 O bem objeto do contrato não poderá, em hipótese alguma, ser objeto de arrendamento mercantil ou qualquer outra figura jurídica que importe sua transferência a terceiros.

8. DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1 Os envelopes nº 01 e nº 02, concernentes aos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** e **PROPOSTA**, respectivamente, deverão ser entregues à Comissão Especial de Licitação, que os receberá no local, até a data e hora e nas condições estabelecidos neste Edital.

8.2 O documento relativo ao **credenciamento**, deverá ser entregue à Comissão Especial de Licitação, **separadamente** dos envelopes, acompanhado de documento que identifique o credenciado, diretor ou sócio proponente, ou preposto, devendo, no caso de prepostos, mencionar os poderes a que está investido, sendo que para desistência de interposição de recursos, tal poder deverá ser expresso, podendo se utilizar do modelo constante no Anexo 02.

8.3 O documento de credenciamento será retido pela Comissão Especial de Licitação e juntado ao processo licitatório.

8.4 O documento relativo ao credenciamento deverá ser apresentado em via original com firma reconhecida em Cartório.

8.5 É dispensada a apresentação de credenciamento no caso de comparecimento pessoal do próprio proponente, se pessoa física e proprietário, sócio ou acionista, desde que devidamente comprovado.

9. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO

9.1 A presente Concorrência Pública será processada e julgada de acordo com procedimento estabelecido pelo artigo 43 da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações.

9.2 Após a data e horário constantes no preâmbulo deste edital para entrega dos envelopes não serão admitidos proponentes retardatários e nem serão permitidas quaisquer retificações ou inclusões de documentos, salvo os expressamente solicitados pela Comissão.

9.3 Os documentos contidos nos envelopes nº 01 "HABILITAÇÃO" serão examinados e rubricados pelos membros da Comissão, bem como pelos proponentes ou seus representantes Credenciados.

9.4 Qualquer manifestação feita durante a fase de abertura do envelope nº 01 (HABILITAÇÃO), o será através do proponente ou de pessoa devidamente credenciada pelo proponente, sendo inserida em ata, que será assinada pelos membros da Comissão, pelos proponentes ou seus credenciados.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

9.5 Os envelopes contendo a "PROPOSTA" dos proponentes inabilitados ficarão à disposição dos mesmos após o transcurso dos prazos de recurso e a publicação do resultado no Diário Oficial do Município.

9.6 A Comissão Especial de Licitação, ou autoridade superior, poderá em qualquer fase da licitação promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

9.7 A Comissão Especial de Licitação reserva-se o direito de revogar, anular, no todo ou em parte ou rejeitar todas as propostas, sem que caiba aos participantes direito a qualquer indenização, desde que justificadamente haja conveniência administrativa e por razões de interesse público.

9.8 Critérios para julgamento da documentação:

9.8.1 Serão inabilitados da presente licitação os participantes que:

- a) Apresentarem documentação incompleta ou com borrões, rasuras, entrelinhas, cancelamentos em partes essenciais, sem a devida ressalva;
- b) Não atenderem as condições exigidas neste edital.

9.9 Se todas as proponentes forem inabilitadas, a Administração poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, escoimada da causa que ensejou a inabilitação.

10. ABERTURA DO ENVELOPE PROPOSTA

10.1 Os envelopes PROPOSTA dos proponentes habilitados serão abertos pela Comissão Especial de Licitação no mesmo local mencionado no preâmbulo do edital, após o resultado da fase de habilitação, se houver desistência expressa de interposição de recursos, ou depois de decorrido o prazo para interposição de recursos ou julgados os interpostos, e com data e horário comunicado através da imprensa oficial do Município de Congonhinhas.

10.2 Uma vez apresentadas as propostas, imutáveis e acabadas, não serão admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões que as ofertas apresentarem em relação às exigências e formalidades previstas neste edital.

10.3 As propostas serão examinadas e rubricadas pelos membros da Comissão Especial de Licitação, bem como pelos proponentes ou seus representantes presentes e será procedida a sua leitura.

10.4 Qualquer manifestação feita durante a fase de abertura do envelope nº 02 "PROPOSTA", o será através do proponente ou de pessoas devidamente credenciadas pelo proponente, devendo toda e qualquer declaração pertinente constar da ata que será assinada pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos proponentes.

11. CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DA PROPOSTA

11.1 Para análise do pedido, serão levados em consideração os seguintes critérios:

- I – Consonância do projeto às diretrizes do Plano Diretor;
- II – Efeito multiplicador de atividade;
- III – Geração de emprego;
- IV – Impacto ambiental do projeto;
- V – Incentivos concedidos ao requerente em exercícios anteriores;
- VI – Previsão de faturamento e seu impacto fiscal, tributário e na renda;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

- VII – Responsabilidade social do empreendimento;
- VIII – Viabilidade econômico-financeira do projeto;
- IX – Viabilidade técnica e adequabilidade do projeto;
- X – Nível de inovação aplicado ao projeto.

11.1 O julgamento se dará através da soma simples de pontos, conforme tabela em anexo ao Termo de Referência.

11.2 A avaliação da proposta técnica da empresa bem como a somatória dos pontos será feita pela Comissão de Licitação nomeada pela Portaria N° 002/2023 a qual emitirá parecer com a pontuação final.

11.3 Além da documentação solicitada para essa modalidade de licitação, deve apresentar:

- I – Cópia do Contrato Social;
- II – Comprovante de Inscrição no CNPJ;
- III – Cópia do RG e do CPF do representante legal da empresa ou procurador;
- IV – Certidões negativas: municipal, estadual, federal, trabalhista, FGTS e INSS;
- V – Balanço patrimonial e DRE de 2022 (para empresas que forem implantar nova sede no município ou que ampliem as suas atividades no Município);
- VI – Relação de funcionários registrados na empresa, sendo o prazo máximo de emissão do documento o mês anterior a realização da licitação (para empresas que forem implantar nova sede no município ou que ampliem as suas atividades Município);
- VII – Memorial descritivo da obra e/ou planta da obra;
- VIII – Projeto de viabilidade técnica e econômica, conforme anexo, devidamente preenchido.

11.4 As empresas constituídas em 2023 deverão apresentar balancete do mês anterior à da realização da licitação e em caso de ainda não possuir 1 (um) mês de funcionamento, deverão apresentar balanço de abertura da empresa.

11.5 As empresas que possuem a intenção de implantar nova sede no município deverão apresentar as documentações referentes ao CNPJ da matriz.

12 DA ASSINATURA DO CONTRATO

12.1 Após esgotados todos os prazos para recursos, a Administração, no prazo de até 03 (três) dias, convocará o vencedor para celebrar o contrato.

12.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, desde que seja feito de forma motivada, e durante o transcurso do prazo constante do item anterior.

12.3 Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, nos termos apresentados na proposta ou então, revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas pelos art. 81 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

13 DAS PENALIDADES



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

13.1 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando as penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8666/93.

13.2 Pela inexecução parcial ou total do contrato, a Administração Pública Municipal poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

13.3 No caso de descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas neste edital e no contrato, poderá a administração rescindir a concessão de direito de uso, perdendo o CONCESSIONÁRIO, as benfeitorias de qualquer natureza, que tenha realizado no imóvel, conforme disposto na Lei Municipal nº 936/2015.

13.4 Resolver-se-á a concessão, além das causas previstas na presente Lei Municipal nº 936/2015 e no contrato, a extinção da empresa ou sociedade ou cessação definitiva das atividades instaladas, perdendo o CONCESSIONÁRIO, as benfeitorias de qualquer natureza que tiver realizado no imóvel.

14 DOS RECURSOS

14.1 Dos atos da Comissão, praticados na presente Concorrência Pública, cabem os recursos previstos no artigo 109 da Lei Federal nº 8666/93 os quais, se interpostos, deverão observar o disposto nos incisos e parágrafos do mesmo artigo.

14.2 Os recursos deverão ser protocolados na Divisão de Licitações aos cuidados da Comissão Especial de Licitação, em duas vias, sendo a segunda via devolvida no ato, como recibo.

14.3 Não serão considerados os recursos que se baseiam em aditamento ou modificações da proposta, bem como sobre matéria já decidida em grau de recurso.

14.4 Interposto o recurso, dele será dada ciência aos licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

14.5 É vedada a apresentação de mais de um recurso sobre a mesma matéria pelo mesmo proponente.

14.6 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento, por escrito, aos interessados.

15 DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A concessão do uso do imóvel será pelo prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por igual período, sendo que, ao término da concessão, as benfeitorias ficarão incorporadas ao imóvel de propriedade do Município, sem direito a retenção ou indenização.

15.2 A fiscalização das atividades desenvolvidas pela proponente vencedora será exercida pela Administração Municipal através da Secretaria Municipal de Administração.

15.3 A inabilitação dos licitantes em qualquer das fases do procedimento licitatório importa preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes.

15.4 Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições deste Edital.

15.5 Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação de documentação e propostas exigidas no Edital e não apresentadas na reunião de recebimento, exceto a previsão de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

complementação contida na forma da Lei Federal nº 8666/93 e alterações posteriores e Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei nº 147/2014.

15.6 Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificação ou substituição das propostas ou qualquer outro documento.

15.7 Os documentos retirados dos envelopes, para o julgamento da habilitação, serão rubricados pela Comissão de Licitação e pelos representantes ou procuradores dos licitantes. O procedimento será repetido quando da abertura das propostas.

15.8 Só terão direito a usar da palavra, rubricar as propostas e documentos, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, os licitantes ou seus representantes credenciados (através de procuração pública e/ou particular devidamente com firma reconhecida, além de documento de identificação) e os membros da Comissão de Licitações;

15.9 Uma vez iniciada a sessão não serão admitidos concorrentes retardatários.

15.10 Ao Prefeito Municipal fica assegurado o direito de revogar ou anular este processo licitatório, conforme art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

15.11 Em caso de desistência da empresa vencedora da presente licitação, o Município, a critério do Prefeito Municipal, poderá aplicar qualquer das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

15.12 Do contrato a ser assinado com a licitante vencedora deverão constar, obrigatoriamente, as hipóteses de rescisão previstas no art. 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

15.13 A proposta vencedora não fará jus a qualquer indenização ou ressarcimento se por qualquer motivo o contrato não vier a ser assinado, ou se a presente licitação for anulada ou revogada.

15.14 Fica estabelecido que a simples apresentação da proposta pelo licitante implicará na aceitação incondicional de todos os itens do presente Edital e seus Anexos, não aceitando a Comissão Julgadora de Licitações qualquer justificativa para o não cumprimento do mesmo.

15.15 O licitante vencedor responsabilizar-se-á pelo cumprimento irrestrito das exigências especificadas em edital, sob as penalidades da Lei. Além disso, qualquer regularização que se faça necessária no imóvel adquirido ficará por conta do adquirente.

15.16 A Comissão Especial de Licitação ou autoridade superior, poderá em qualquer fase da Concorrência Pública promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

15.17 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Comissão Permanente de Licitações, sob pena de desclassificação/inabilitação.

15.18 Os casos não previstos neste Edital e seus Anexos serão decididos pela Comissão de Licitação, nos termos das normas pertinentes às Licitações e Contratos, Lei Federal nº 8.666/93 e ulteriores alterações.

15.19 Não serão levadas em consideração vantagens não previstas neste Edital. No caso de alteração em pontos essenciais deste Edital e seus Anexos, dentro do prazo estabelecido para o início da abertura das propostas, este será prorrogado e as modificações terão a mesma divulgação do texto anterior.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

15.20 Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que a Comissão Especial de Licitação porventura julgar necessários.

15.21 As dúvidas e os casos omissos serão solucionados pela Comissão Julgadora de Licitações, com base nas disposições da legislação brasileira em vigor.

15.22 Fica eleito o Foro da Comarca de Congonhinhas, Estado do Paraná, renunciando a outros por mais privilegiados que sejam, para dirimir as questões oriundas deste Edital.

15.23 Os interessados poderão obter o presente Edital em seu inteiro teor com seus anexos e solicitar esclarecimentos sobre esta licitação junto a Divisão de Licitação, à Av. Dr. Davi Xavier da Silva, nº 266, Centro, Congonhinhas/PR, no site www.congonhinhas.pr.gov.br ou através dos telefones (43) 3554-1107/1212, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min horas de segunda à sexta-feira.

16 ANEXOS

16.1 São peças integrantes do presente edital:

ANEXO I	Termo de Referencia
ANEXO II	Projeto de Viabilidade Técnica/Econômica
ANEXO III	Procuração
ANEXO IV	Modelo de Declaração (Decreto nº4.358, de 05/09/2002)
ANEXO V	Modelo de Declaração de não Impedimento da Licitante
ANEXO VI	Modelo de declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações.
ANEXO VII	Declaração quadro societário
ANEXO VIII	Modelo de atestado de visita
ANEXO IX	Modelo de declaração de conhecimento do local
ANEXO X	Identificação da Empresa
ANEXO X	Minuta do Contrato

Congonhinhas, 20 de novembro de 2023

Franciele Aparecida da Cruz Silva
Pregoeira/Agente de Contratação
Portaria nº002/2023

FRANCIELE Assinado de forma
APARECID digital por
A DA CRUZ FRANCIELE
SILVA:0568 APARECIDA DA
5461992 CRUZ
SILVA:0568546199
2
Dados: 2023.11.20
16:54:41 -03'00'



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Concorrência Pública

1. OBJETO

A Presente Concorrência Pública tem por objeto a concessão de direito real gratuito de uso dos bens públicos para fins empresariais para pessoa jurídica de direito privado, que venha a se estabelecer no Município e/ou tenha projeto de ampliação de atividade, conforme Lei Municipal nº 1.264, de 25 de outubro de 2023 e conforme fixado neste Termo de Referência.

O imóvel localiza-se no perímetro urbano desta cidade, identificado como "fração do imóvel da Matrícula 6.623 do Cartório de Registro Imobiliário desta Comarca, a realizar concessão real de uso de 1,00 (um) alqueire paulista (FUNDOS) ", localizados na Rodovia PR 160 Km 42, em Congonhinhas, Estado do Paraná, na seguinte descrição:

Item	Quantidade	Descrição
1	1	Um terreno rural com área de 1,00 alqueire paulista, denominado Sítio Santa Terezinha, situado na Rodovia PR 160 Km 42, neste Município e Comarca, PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS devidamente registrado na Matrícula sob nº. 6.623, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

2. JUSTIFICATIVA

O presente Termo de Referência tem como objetivo incentivar o Desenvolvimento econômico de Congonhinhas/PR, através da concessão de direito real de uso de terreno para pessoa jurídica de direito privado, que venha a se estabelecer no Município e/ou tenha projeto de ampliação de atividade no Município, gerando assim aumento de seu faturamento e/ou no número de vagas de emprego.

Por este motivo, a Administração Pública, contando com perspectivas e propostas concretas de empresas interessadas na concessão, mediante apresentação dos planos de trabalho no momento do lançamento de Edital de Concorrência Pública, pretende conceder às empresas o direito real de uso de terreno próprio da Municipalidade, localizado na área supramencionada, pelo prazo de até 10 (dez) anos, podendo ser renovado uma vez por igual período.

3. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

A Contratação deverá se dar por licitação, na modalidade de Concorrência Pública.

4. DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Dar ao imóvel, cuja concessão real de uso lhe é concedida, a destinação prevista no edital e no contrato sob pena de incorrer sanções e consequências previamente estabelecidas e nas penalidades contratualmente estipuladas e naquelas cominadas na Lei 8.666/93.

Cumprir, na forma e nos prazos estabelecidos no edital, em seus anexos e no contrato todas as obrigações assumidas, principalmente as relacionadas aos prazos constantes no edital. O eventual descumprimento – conforme o caso – implicará na aplicação de multas, rescisão do contrato, revogação da escritura pública de cessão e na perda de todos os direitos ora concedidos,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

ensejando a reintegração de posse do imóvel pelo Município, inclusive, das benfeitorias edificadas ou implantadas pela concessionária, sem direito a indenização.

Responder civil e criminalmente por si, seus empregados ou prepostos, por danos materiais e morais causados a terceiros, usuários e funcionários dentro do espaço de concessão, sem a responsabilidade solidária do Município.

Arcar, exclusivamente, com a responsabilidade pela contratação, subordinação, controle e fiscalização de sua mão de obra, que a ele, concessionário, exclusivamente se vinculará, pagando os correspondentes salários e encargos trabalhistas, sociais e fiscais. Caso o Município seja diretamente acionado por qualquer empregado do cessionário, a ele caberá indenizar a Fazenda Pública Municipal das verbas trabalhistas, sociais e indenizações que este venha, circunstancialmente, ser compelida a pagar.

Respeitar todas as determinações da legislação ambiental e, conseqüentemente, obter os licenciamentos dos órgãos competentes, inclusive junto ao IBAMA e IAT, se for o caso.

Não causar empecilho de qualquer espécie aos serviços no Distrito Industrial, atendendo às diretrizes da Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município, à legislação municipal, estadual e federal de regência e observando as determinações das Secretarias Municipais.

Efetuar o pagamento de todos os tributos federais, estaduais e municipais; encargos e outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre os imóveis que são objeto de cessão e sobre as atividades que neles venham a ser desenvolvidas.

Conservar a área permitida em boas condições de conversação, uso, higiene e limpeza.

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, as edificações, instalações ou a utilização do terreno quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, a critério da fiscalização do Município.

É vedado ao cessionário subconceder ou ceder o imóvel, no todo ou em parte, a terceiros, a qualquer título, gratuito ou oneroso, bem como as construções e edificações que nele serão erigidas, sob pena de rescisão do contrato, revogação da escritura e aplicação de outras sanções previstas na legislação de regência, salvo prévia autorização da Administração Municipal.

Fica vedada, também, a transferência da concessão de uso por atos intervivos, por sucessão legítima ou testamentária, sob pena de resolver-se a concessão antes de seu termo, com a revogação da escritura pública e o perdimento das benfeitorias para o Município, sem que assista, ao concessionário, direito ou indenização ou de retenção.

Não transferir o seu controle acionário sem prévia e expressa anuência do Município, sob pena de submeter-se às mesmas sanções cominadas no item "DAS PENALIDADES" do edital.

Adotar providências após a assinatura do contrato, para a emissão do Alvará de Projetos, Licença e Habite-se, junto a Prefeitura Municipal de Congonhinhas, arcando com todos os custos.

Comunicar o Fiscal do Município quanto ao início dos serviços de relevância do edital, de modo que o serviço não poderá ser iniciado/continuado sem a presença do Fiscal do Município, se este assim desejar.

O Município manterá a fiscalização do contrato, zelando pelo correto cumprimento do contrato.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

O interessado terá prazo de 6 (seis) meses após a concessão para iniciar a efetivação do projeto, envolvendo construção e demais ações necessárias para o início ou expansão das atividades do empreendimento e prazo total máximo de 18 (dezoito) meses para conclusão, a partir da concessão.

Não terá direito aos benefícios deste termo, quem, em exercícios anteriores, fora beneficiado com qualquer Incentivo do Município e não tenha atendido aos propósitos apresentados no projeto.

A concessionária deverá atender a todos os requisitos elencados em edital durante a vigência da concessão.

Não poderão se beneficiar da Concessão de Direito Real de Uso de Terreno às empresas que estejam em débito com o erário.

O imóvel cedido é inalienável significa que não pode ser vendido, doado, trocado ou transferido de qualquer forma.

5. DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência será de até 10 (dez) anos, podendo ser renovado uma vez por igual período, desde que cumpridas as metas apresentadas.

6. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Para análise do pedido, serão levados em consideração os seguintes critérios:

- IX – Consonância do projeto às diretrizes do Plano Diretor;
- X – Efeito multiplicador de atividade;
- XI – Geração de emprego;
- XII – Impacto ambiental do projeto;
- XIII – Incentivos concedidos ao requerente em exercícios anteriores;
- XIV – Previsão de faturamento e seu impacto fiscal, tributário e na renda;
- XV – Responsabilidade social do empreendimento;
- XVI – Viabilidade econômico-financeira do projeto;
- IX – Viabilidade técnica e adequabilidade do projeto;
- X – Nível de inovação aplicado ao projeto.

O julgamento se dará através da soma simples dos pontos, conforme tabela em anexo.

A avaliação da proposta técnica da empresa bem como a somatória dos pontos será feita pela Comissão de Licitação nomeada pela Portaria N° 002/2023 a qual emitirá parecer com a pontuação final.

Além da documentação solicitada para essa modalidade de licitação;

- I – Cópia do Contrato Social;
- V – Comprovante de Inscrição no CNPJ;
- VI – Cópia do RG e do CPF do representante legal da empresa ou procurador;
- VII – Certidões negativas: municipal, estadual, federal, trabalhista, FGTS e INSS;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

- V – Balanço patrimonial e DRE de 2022 (para empresas que forem implantar nova sede no município ou que ampliem as suas atividades no Município);
- IX – Relação de funcionários registrados na empresa, sendo o prazo máximo de emissão do documento o mês anterior a realização da licitação (para empresas que forem implantar nova sede no município ou que ampliem as suas atividades Município);
- X – Memorial descritivo da obra e/ou planta da obra;
- XI – Projeto de viabilidade técnica e econômica, conforme anexo, devidamente preenchido.

As empresas constituídas em 2023 deverão apresentar balancete do mês anterior à da realização da licitação e em caso de ainda não possuir 1 (um) mês de funcionamento, deverão apresentar balanço de abertura da empresa.

As empresas que possuem a intenção de implantar nova sede no município deverão apresentar as documentações referentes ao CNPJ da matriz.

7. DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do cumprimento das condições estabelecidas para a concessão dos incentivos será realizada pela Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente com parecer e análise.

A fiscalização de que trata o item anterior será realizada através de análise de relatórios e através de diligências e se dará da seguinte forma:

- I – O beneficiário deverá apresentar relatório até o terceiro mês do ano seguinte, demonstrando os resultados de sua atividade e como vem sendo utilizado o incentivo concedido, contendo como anexo, pelo menos: a relação de funcionários e o balanço do último exercício;
- II – A Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, poderá realizar, a qualquer tempo, diligências extraordinárias e/ou solicitar outros documentos a fim de verificar condições referentes ao benefício concedido.

Em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, deve-se analisar e emitir parecer de regularidade.

É dever da empresa beneficiada facilitar o acesso do Secretário Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente e outros servidores devidamente credenciados pelo Poder Executivo às dependências do estabelecimento, objeto do benefício, além de fornecer as informações solicitadas.

É dever de terceiros que tenham vínculo com a empresa beneficiada, prestar as informações necessárias, bem como fornece fotocópia dos documentos solicitados pelo Secretário Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente outros servidores devidamente credenciados pelo Poder Executivo.

No caso de não cumprimento das obrigações por parte da empresa beneficiada, caberá a aplicação de uma ou mais das seguintes penalidades:

- I – Advertência escrita, concedendo-se prazo para regularização;
- II – Devolução dos valores recebidos, direta ou indiretamente, atualizados monetariamente pelo INPC;
- III – Reversão do benefício e multa pecuniária de 30% (trinta por cento) do benefício concedido.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

Resolve-se a concessão antes de seu termo, desde que o concessionário dê à imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato ou termo, ou descumpra cláusula resolutória do ajuste, perdendo, neste caso, as benfeitorias de qualquer natureza.

São ainda causas de cancelamento ou anulação dos benefícios:

- I – Falência, extinção, encerramento ou liquidação da empresa;
- II – Fornecimento de informações ou documentação falsas;
- III – Quando os imóveis não forem utilizados para as finalidades apresentadas no projeto técnico;
- IV – Não cumprimento dos prazos estipulados;
- V – Paralisação das atividades por período superior a 06 (seis) meses ou dissolução das atividades;
- VI – Transferência do estabelecimento para outro Município;
- VII – Venda ou alienação de imóvel recebido;
- VIII – Descumprimento das cláusulas, projetos ou prazos previstos neste Termo de Referência.

8. VISITA TÉCNICA

O interessado em participar desta Concorrência Pública poderá realizar visita técnica ao local. A declaração de visita, conforme modelo em anexo, deve ser feita pelo interessado e anexada aos documentos no envelope da habilitação.

Caso o interessado já conheça o local, deverá anexar a declaração de conhecimento ao local, conforme modelo em anexo, aos documentos no envelope da habilitação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE



ANEXO II

**PROJETO DE VIABILIDADE TÉCNICA/ECONÔMICA
 EMPRESAS EM INSTALAÇÃO OU EM EXPANSÃO DE SUAS ATIVIDADES**

ATIVIDADE PRINCIPAL E SECUNDÁRIAS	
Obs.: Indique as atividades principal e secundárias exercidas pela sua empresa. Levar em consideração o código CNAE.	
MONTANTE INICIAL À INVESTIR	R\$ _____,00
Obs.: Indique o valor que será investido para abertura da sua empresa. Levar em consideração: máquinas e equipamentos, construções civis, fretes e montagens, móveis e utensílios, veículos, treinamento e contratação de mão de obra, estudos e projetos, entre outros.	
EMPRESA BENEFICIADA COM INCENTIVOS ECONÔMICOS EM ANOS ANTERIORES	
() Não.	Sim. Especifique:
Obs.: Indique se a sua empresa já foi beneficiada em anos anteriores com o programa permanente de concessão de incentivos econômicos e fomento.	

PREVISÃO DE GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS	
() Até 10 empregos.	() De 11 a 30 empregos.
() De 31 a 50 empregos.	() De 51 a 100 empregos.
() Acima de 100 empregos.	
Obs.: Assinale a opção que corresponde a quantidade de empregos gerados por sua empresa no primeiro ano de operação.	
PREVISÃO DE AUMENTO ANUAL NA GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS	
() Até 10%.	() Até 30%.
() Até 50%.	() Até 80%.
() Acima de 80%.	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

Obs.: Assinale a opção que corresponde ao percentual de aumento nos empregos gerados por sua empresa a partir do segundo ano de operação.

PREVISÃO DE FATURAMENTO ANUAL (R\$)

☐	Até R\$ 500.000,00.
☐	De R\$ 500.001,00 até R\$ 2.500.000,00.
☐	De R\$ 2.500.001,00 até R\$ 5.500.000,00.
☐	De R\$ 5.500.001,00 até R\$ 10.000.000,00.
☐	Acima de R\$ 10.000.001,00.

Obs.: Assinale a opção que corresponde ao faturamento da sua empresa no primeiro ano de operação.

PREVISÃO DE AUMENTO ANUAL NO FATURAMENTO

☐	Até 10%.
☐	Até 30%.
☐	Até 50%.
☐	Até 80%.
☐	Acima de 80%.

Obs.: Assinale a opção que corresponde ao percentual de aumento no faturamento da sua empresa a partir do segundo ano de operação.

IMPACTO AMBIENTAL DO PROJETO

☐	Nenhum.	
☐	Somente na instalação.	Especifique:
☐	Pequeno.	Especifique:
☐	Médio.	Especifique:
☐	Forte.	Especifique:

Obs.: Assinale a opção que corresponde ao impacto ambiental causado pela sua empresa, conforme Licenciamento Ambiental.

TRATAMENTO E PRESERVAÇÃO

☐	Tratamento parcial do resíduo de produção ou sanitário.
☐	Tratamento total do resíduo de produção ou sanitário.
☐	Destinação de área para preservação ambiental.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

☐	Apoio a projetos de preservação ambiental no Município.
☐	Projetos de economia de água e/ou energia.
Obs.: Assinale as opções que correspondem às ações de tratamento e preservação realizadas pela sua empresa.	
APOIO ECONÔMICO-FINANCEIRO A PROJETOS SOCIAIS, ESPORTIVOS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS	
☐	Nenhum.
☐	Até 1 projeto.
☐	Até 3 projetos.
☐	Até 5 projetos.
☐	Até 7 projetos.
☐	Acima de 10 projetos.
Obs.: Assinale a opção que corresponde ao número de projetos municipais apoiados pela sua empresa, sendo esse apoio econômico ou financeiro.	
NATUREZA DA MATÉRIA-PRIMA (LOCAL DE AQUISIÇÃO)	
Percentual adquirido dentro do Município.	
Percentual adquirido dentro do Estado.	
Percentual adquirido fora do Estado.	
Percentual de Importação.	
Obs.: Escreva em cada linha a porcentagem de compras por localidade. O total das quatro linhas deverá ser 100%. Não havendo aquisições em alguma das localidades, colocar 0 (zero).	
DESTINAÇÃO FINAL DO PRODUTO	
Percentual de venda destinado a consumidor final.	
Percentual de venda para dentro do Município.	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

Percentual de venda para dentro do Estado.						
Percentual de venda para fora do Estado.						
Percentual de Exportação.						
Obs.: Escreva em cada linha a porcentagem de vendas por localidade. O total das cinco linhas deverá ser 100%. Não havendo vendas em alguma das localidades, colocar 0 (zero).						
PERCENTUAL DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DENTRO NO MUNICÍPIO (TERCEIROS)						
()	Até 10%.					
()	Até 30%.					
()	Até 50%.					
()	Até 80%					
()	Acima de 80%.					
Obs.: Assinale a opção que corresponde ao percentual de bens e serviços de terceiros contratados pela sua empresa dentro de Congonhinhas. Não considerar a mão de obra direta.						
PERCENTUAL DE CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DIRETA DO MUNICÍPIO						
()	Até 10%.					
()	Até 30%.					
()	Até 50%.					
()	Até 80%					
()	Acima de 80%.					
Obs.: Assinale a opção que corresponde ao percentual de mão de obra direta contratada de Congonhinhas.						
CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO						
Atividade	1° Trimestre	2° Trimestre	3° Trimestre	4° Trimestre	5° Trimestre	6° Trimestre



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

PARÂMETROS PARA CONCESSÃO					
PREVISÃO DE GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS					
5 pontos	15 pontos	25 pontos	35 pontos	50 pontos.	
Até 10 empregos.	De 11 a 30 empregos.	De 31 a 50 empregos.	De 51 a 100 empregos.	Acima de 100 empregos.	
PREVISÃO DE AUMENTO ANUAL NA GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS					
3 pontos	9 pontos	15 pontos	21 pontos	30 pontos	
Até 10%.	Até 30%.	Até 50%.	Até 80%.	Acima de 80%.	
PREVISÃO DE FATURAMENTO ANUAL (R\$)					
5 pontos	15 pontos	25 pontos	35 pontos	50 pontos	
Até R\$ 500.000,00.	De R\$ 500.001,00 até R\$ 2.500.000,00.	De R\$ 2.500.001,00 até R\$ 5.500.000,00.	De R\$ 5.500.001,00 até R\$ 10.000.000,00.	Acima de R\$ 10.000.001,00	
PREVISÃO DE AUMENTO ANUAL NO FATURAMENTO					
3 pontos	9 pontos	15 pontos	21 pontos	50 pontos	
Até 10%.	Até 30%.	Até 50%.	Até 80%.	Acima de 80%.	
IMPACTO AMBIENTAL DO PROJETO					
1 ponto.	3 pontos.	5 pontos.	7 pontos.	10 pontos	
Forte	Médio	Pequeno	Somente na instalação	Nenhum	
TRATAMENTO E PRESERVAÇÃO					
1 ponto	3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

Apoio a projetos de preservação ambiental no Município	Tratamento parcial do resíduo de produção e sanitário	Projetos de economia de água e/ou energia	Destinação de área para preservação ambiental	Tratamento total do resíduo de produção ou sanitário
APOIO ECONÔMICO-FINANCEIRO A PROJETOS SOCIAIS, ESPORTIVOS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS				
1 ponto	3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos
Até 1 projeto	Até 3 projetos	Até 5 projetos	Até 7 projetos	Acima de 10 projetos
NATUREZA DA MATÉRIA-PRIMA (LOCAL DE AQUISIÇÃO)				
3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos	
Importada	Adquirida fora do Estado	Adquirida dentro do Estado	Adquirida dentro do Município	
DESTINAÇÃO FINAL DO PRODUTO				
1 ponto	3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos.
Destinada a consumidor final	Para dentro do Município	Para dentro do Estado	Para fora do Estado	Exportação.
PERCENTUAL DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DENTRO NO MUNICÍPIO (TERCEIROS)				
1 ponto	3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos.
Até 10%	Até 30%	Até 50%	Até 80%	Acima de 80%.
PERCENTUAL DE CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DIRETA DO MUNICÍPIO				
1 ponto	3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos.
Até 10%	Até 30%	Até 50%	Até 80%	Acima de 80%.
PARECER DA COMISSÃO				
EMPRESA SOLICITANTE:				
DATA:				



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

PARÂMETROS	PONTUAÇÃO
Previsão de geração de empregos diretos.	
Previsão de aumento anual na geração de empregos diretos.	
Previsão de faturamento anual (R\$).	
Previsão de aumento anual no faturamento.	
Impacto ambiental do projeto.	
Tratamento e preservação.	
Apoio econômico-financeiro a projetos sociais, esportivos e culturais do município de Congonhinhas.	
Natureza da matéria-prima (local de aquisição).	
Destinação final do produto.	
Percentual de contratação de bens e serviços dentro do Município (terceiros).	
Percentual de contratação de mão de obra do Município.	
TOTAL	
Comentários adicionais:	
Nome	Assinatura

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE****ANEXO III****CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 – PMC****PROCURAÇÃO**

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>_____, por meio de _____<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>_____, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. _____<NOME COMPLETO, RG, CPF>_____, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação _____<MODALIDADE, NÚMERO/ANO>_____, outorgando ainda poderes específicos para interpor recursos e/ou desistir de sua interposição, prestar declarações, assinar Contratos e praticar todos os atos necessários a este procedimento licitatório.

< CIDADE/ESTADO> _____ de _____ de _____

<nome completo do representante legal>

<qualificação na empresa>

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE****ANEXO IV****CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 - PMC****MODELO DE DECLARAÇÃO (Decreto nº 4.358, de 05.09.2002)**

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....

(data)

.....

Representante legal

(* Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE****ANEXO V****CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 – PMC****MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO DA LICITANTE**

A (O) _____ (licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, ao final firmado, DECLARA, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das hipóteses de impedimento para sua habilitação na presente licitação, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses previstas neste Edital de Concorrência Pública do Município de Congonhinhas Nº 0001/2023, bem como de que está ciente da obrigatoriedade de declarar qualquer ocorrência posterior, caso sagre-se vencedora no presente certame.

Congonhinhas, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do representante legal do licitante

Nome do representante legal do licitante

Cargo

Nome do licitante

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE****ANEXO VI****CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 - PMC****MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS
INFORMAÇÕES E CONDIÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES**

A Empresa Licitante _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, ao final firmado, em conformidade com os termos do Edital de Concorrência nº 0001/2023, bem como por exigência da Lei nº 8666/93, art. 30, III, DECLARA estar ciente de todas as condições relativas ao objeto da referida Concorrência em curso, a qual destina-se a concessão de direito real gratuito de uso de bem público para fins industriais, eis que tomou conhecimento de todas as informações, bem como das condições para cumprimento das obrigações, objeto da licitação, através da aquisição do Edital e seus Anexos disponibilizados pelo Município.

Congonhinhas, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do representante legal da licitante

Nome do representante legal da licitante

Cargo

Nome da licitante

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS**

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO VII

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 - PMC

DECLARAÇÃO QUADRO SOCIETÁRIO

_____(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____, sediada em
_____(ENDEREÇO
COMERCIAL)_____, declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário servidor
público ou da ativa, parlamentar ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista,
bem como, de que não possui impedimentos previstos nos artigos 36 e 85 da Lei Orgânica do Município
de Congonhinhas.

Congonhinhas (SC), ____ < DATA > _____

Assinatura do representante legal da empresa

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO****ANEXO VIII****CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 - PMC****MODELO DE ATESTADO DE VISITA**

Atesto, para os devidos fins da Licitação referente à Concorrência Pública – Edital Nº 0001/2023, _____ que _____ a _____ empresa _____, através de seu representante _____ tomou conhecimento das condições atuais dos imóveis localizados no perímetro urbano desta cidade, mediante verificação “in loco”.

_____, ____ de _____ de 2023.
(Local)

Assinatura do Responsável (Representante do Município)

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO****ANEXO IX****CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 - PMC****MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL**

A empresa licitante _____, declara que tem conhecimento dos imóveis localizados no perímetro urbano desta cidade, declarando assim estar ciente de todas as suas condições bem como às relativas ao objeto da referida licitação, não podendo alegar desconhecimento posterior.

Declaro ter ficado ciente de todas as condições do objeto licitado.

Congonhinhas – PR, _____ de _____ de 2023.

Empresa:

Nome do representante:

RG:

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO****ANEXO X**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 - PMC

1. DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL:	
NOME FANTASIA:	
DATA DA CONSTITUIÇÃO:	CNPJ:
ENDEREÇO:	
INSCRIÇÃO ESTADUAL:	INSCRIÇÃO MUNICIPAL:
TELEFONE:	

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº:
CPF/MF Nº:

3. DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO ELETRÔNICO DA EMPRESA E-MAIL:

Declaramos que o Domicílio Eletrônico da Empresa para o recebimento de informações do processo, alerta de avisos, notificações e decisões administrativas, é:
E-MAIL:

Obs.: Informar apenas 1 (um) e-mail como domicílio eletrônico da empresa. Havendo mais de um e-mail informado, será considerado somente o primeiro da lista.

4. DECLARAÇÃO DE ASSINATURA POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL:

Declaramos estar ciente que, o representante legal indicado neste documento, será o signatário do "Contrato", o qual deverá assinar o documento eletrônico em formato "PDF", por certificação digital, caso assim solicitado.

Local e Data

Nome e Assinatura do Representante da Empresa

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO****ANEXO XI - Minuta do Contrato**

CONTRATO Nº ____/____ (número/ano)

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE FORMA GRATUITA QUE ENTRE SI CELEBRAM:

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 75.825.828/0001-88, neste ato representado pelo Prefeito **José Olegário Ribeiro Lopes**, inscrito no CPF/MF sob nº _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/PR, residente e domiciliado à _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____.

CONCESSIONÁRIA: _____, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito(a) no CPF/MF sob nº _____, residente e domiciliado(a) à Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DA CONCESSÃO

Constitui objeto deste instrumento, a concessão de direito real de uso de forma gratuita do Lote ____ de propriedade do Município de Congonhinhas-PR, e que possui a seguinte descrição: _____.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DA CONCESSÃO

A presente concessão de uso se faz com base nos permissivos constitucionais e legais regedores da Administração Pública em geral, com fundamento na Lei Orgânica do Município de Congonhinhas-PR, Lei Municipal nº 936/2015, Edital de Concorrência Pública nº ____/2023 e Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - FINALIDADE DA CONCESSÃO

A finalidade principal desta concessão é justamente proporcionar o incentivo a geração de emprego, renda, e melhorando a atuação e competitividade dos beneficiados.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DA CONCESSÃO

O prazo desta concessão de uso será pelo período de 20 (vinte) anos, no caso de cumprimento das exigências dispostas na Lei Municipal nº 1.264, de 25 de outubro de 2023, podendo ser prorrogado por igual período, sendo que, ao término da concessão, as benfeitorias ficarão incorporadas ao imóvel de propriedade do Município, sem direito a retenção ou indenização.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO

O concessionário obriga-se as seguintes condições:

a) Iniciar a construção do prédio no prazo máximo de ____ (____) meses e dar início às atividades produtivas no prazo máximo de ____ (____) meses, a contar da data de assinatura deste contrato, conforme proposta técnica



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

anexa ao processo. Sendo que este prazo poderá ser prorrogado pelo Poder Público Municipal na hipótese de força maior ou outro motivo relevante e plenamente justificado;

b) Manter permanentemente a destinação do imóvel no desenvolvimento da atividade inicialmente prevista, salvo na hipótese de alteração previamente autorizada pelo Poder Público Municipal;

c) O bem objeto do contrato não poderá, em hipótese alguma, ser objeto de arrendamento mercantil ou qualquer outra figura jurídica que importe sua transferência a terceiros;

d) O concessionário deverá promover o uso do imóvel, zelosamente, mantendo-o limpo, executando às suas expensas todos os serviços de conservação que se façam necessários;

e) O concessionário torna-se responsável, a partir da data da assinatura do presente instrumento, pelo pagamento de quaisquer taxas ou impostos que incidam ou venham incidir sobre o imóvel, bem como pelas tarifas de água, telefone e energia elétrica;

f) Compete ao concessionário o recolhimento de todos os tributos correspondentes à atividade a ser desenvolvida no objeto do presente instrumento, sejam diretos e indiretos, inclusive suas obrigações previdenciárias e trabalhistas;

g) Compete ao concessionário a obtenção, junto aos órgãos competentes, das respectivas licenças ambientais, sem as quais não poderá instalar seu empreendimento, sendo que eventual demora na obtenção (por culpa exclusiva do poder público) pode ensejar prorrogação dos prazos de instalação previstos na Concorrência ___/2023 e no presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

a) A presente concessão sujeita-se à fiscalização do poder concedente, com a cooperação do concessionário;

b) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais em caso de descumprimento das obrigações do concessionário;

c) Extinguir a concessão caso houver descumprimento das exigências legais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO LICENCIAMENTO DO EMPREENDIMENTO

O licenciamento ambiental e sanitário do empreendimento é de responsabilidade do CONCESSIONÁRIO.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O descumprimento das cláusulas constantes neste contrato importa em rescisão contratual, nos termos do artigo 78 e 79 da Lei 8666/1993 e sua alteração, devendo o lote cedido ser reincorporado ao patrimônio municipal, e as benfeitorias que forem construídas no imóvel revertidas ao patrimônio do Município, sem que caiba ao CONCESSIONÁRIO quaisquer direitos a indenizações.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

Fica ressalvado, à concedente o direito de visitar o imóvel e solicitar informações sobre as atividades desenvolvidas, as quais deverão ser prestadas no prazo de 10 (dez) dias, pertinentes ao conteúdo de todas as obrigações contidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Congonhinhas/PR para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato. E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Congonhinhas-PR, em ___ de ____ de 2023.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS**

DIVISÃO DE LICITAÇÃO**MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****Prefeito Municipal
CONTRATANTE**

**(Razão Social e Nome do Representante Legal)
CONTRATADA**

**(Nome e número da OAB)
Assessor Jurídico****Testemunhas:****Nome:
RG.
CPF.****Nome:
RG.
CPF.**

AVISO DE LICITAÇÃO**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº002/2023 - PROCESSO Nº113/2023**

Forma: Concorrência Pública do tipo Maior Oferta.

Objeto: Concessão de direito real gratuito de uso dos bens públicos para fins empresariais para pessoa jurídica de direito privado, que venha a se estabelecer no Município e/ou tenha projeto de ampliação de atividade.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h59min do dia 22/12/2023, com ABERTURA DA SESSÃO às 09h00min do mesmo dia, no endereço acima. Para todas as referências de tempo mencionadas neste edital será observado o horário de BRASÍLIA.

Disponibilidade do Edital e Anexos: Exemplares deste Edital e seus anexos poderão ser obtidos pessoalmente na Divisão de Licitação da Prefeitura, situada a Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhas/PR, no horário normal de expediente, ou nos sites www.congonhinhas.pr.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br.

Informações: Demais informações através de telefone (43) 3554-1212, no horário normal de expediente.

Congonhinhas, 20 de novembro de 2023.

Franciele Aparecida da Cruz Silva

Agente de Contratação

Portaria nº002/2023

##ATO O Município de Congonhinhas torna público, para conhecimento dos interessados que realizará alicitação, a seguir:

MODALIDADE DA LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº002/2023

Objeto: Concessão de direito real gratuito de uso dos bens públicos para fins empresariais para pessoa jurídica de direito privado, que venha a se estabelecer no Município e/ou tenha projeto de ampliação de atividade.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h59min do dia 22/12/2023, com **ABERTURA DA SESSÃO** às 09h00min do mesmo dia, no endereço acima. Para todas as referências de tempo mencionadas neste edital será observado o horário de **BRASÍLIA**.

Disponibilidade do Edital e Anexos: Exemplares deste Edital e seus anexos poderão ser obtidos pessoalmente na Divisão de Licitação da Prefeitura, situada a Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhas/PR, no horário normal de expediente, ou nos sites www.congonhinhas.pr.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br.

Informações: Demais informações através de telefone (43) 3554-1212, no horário normal de expediente.

##DAT 20 de novembro de 2023

##ASS FRANCIELE APARECIDA DA CRUZ

##CAR Pregoeira/Agente de Contratação

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº002/2023 - PROCESSO Nº113/2023 – Lei nº 8.666/93

Forma: Concorrência Pública do tipo Maior Oferta.

Objeto: Concessão de direito real gratuito de uso dos bens públicos para fins empresariais para pessoa jurídica de direito privado, que venha a se estabelecer no Município e/ou tenha projeto de ampliação de atividade.

Credenciamento e Recebimentos dos Envelopes: até 22/12/2023 às 08h59min.

Abertura dos Envelopes: Fica marcada a abertura dos envelopes para às 09h00min do dia 22 de dezembro de 2023.

Local: Prefeitura Municipal de Congonhinhas, sita à Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro.

Disponibilidade do Edital e Anexos: Exemplares deste Edital e seus anexos poderão ser obtidos pessoalmente na Divisão de Licitação da Prefeitura, situada a Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhas/PR, no horário normal de expediente, ou no site www.congonhinhas.pr.gov.br.

Informações: Demais informações através de telefone (43) 3554-1212, no horário normal de expediente.

Congonhinhas, 20 de novembro de 2023.

FRANCIELE

APARECIDA DA CRUZ

SILVA:05685461992

Assinado de forma digital por

FRANCIELE APARECIDA DA

CRUZ SILVA:05685461992

Dados: 2023.11.21 09:01:42

-03'00'

Franciele Aparecida da Cruz Silva
Pregoeira/Agente de Contratação
Portaria nº002/2023



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

EDITAL:

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº002/2023

Processo Administrativo nº113/2023

PREÂMBULO:

O Município de Congonhinhas, através da Secretaria Municipal de Administração, por meio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 002 de 18 de janeiro de 2023, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **Concorrência Pública** do tipo **Maior Oferta** regida pela Lei Federal nº 8666/93 e alterações, Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei nº 147/14, Decreto Federal nº 8538/15, Lei Municipal nº 936 de 15 de dezembro de 2015, Lei Orgânica do Município de Congonhinhas e demais legislações pertinentes objetivando a **concessão de direito real gratuito de uso dos bens públicos para fins empresariais para pessoa jurídica de direito privado, que venha a se estabelecer no Município e/ou tenha projeto de ampliação de atividade.**

Para ser admitido à presente Concorrência Pública, na condição de Licitante, deverá o interessado protocolar e entregar na Divisão de Licitação, sito na Av. Davi Xavier da Silva, nº 266, centro, nesta cidade, até às 08h59min do dia 07 de dezembro de 2023, os envelopes a que se referem os itens 4, 5 e 6 deste Edital.

ONDE SE LÊ: até às 08h59min do dia 07 de dezembro de 2023

LEIA-SE: até às 08h59min do dia 22 de dezembro de 2023

A sessão pública de abertura dos envelopes referentes à documentação de habilitação e proposta de preços será realizada às 09h00min do dia 07 de dezembro de 2023, na sala de reunião da Secretaria Municipal da Administração, sito na Av. Dr. Davi Xavier da Silva, nº 266, centro, nesta cidade.

ONDE SE LÊ: às 09h00min do dia 07 de dezembro de 2023

LEIA-SE: às 09h00min do dia 22 de dezembro de 2023

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 A presente licitação tem por objeto a concessão de direito real gratuito de uso dos bens públicos para fins empresariais para pessoa jurídica de direito privado, que venha a se estabelecer no Município e/ou tenha projeto de ampliação de atividade, conforme especificações no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital.

1.2 O imóvel encontra-se livre e desembaraçado de quaisquer ônus.

1.3 O licitante vencedor da concessão de uso do imóvel deverá, no primeiro ano de funcionamento da empresa, baseados nos critérios para avaliação contidos neste edital, atender o seguinte:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

- a) Executar projeto de construção/edificação de barracão ou semelhante para implantação da empresa, com início das obras no prazo máximo de 06 (seis) meses contados da assinatura do contrato de concessão;
- b) Obedecerem rigorosamente às legislações vigentes, especialmente normas ambientais, Código de Obras, Lei de Diretrizes Urbanas e demais legislações pertinentes;
- c) Concluir as obras de construção no prazo máximo de 18 (dezoito) meses após seu início, inclusive dar início as atividades no local até o término deste período;
- d) Gerar novos empregos conforme comprometido e manter no mínimo este mesmo número para os demais períodos.

2. DA VISITAÇÃO AOS IMÓVEIS

2.1 A visitação dos imóveis poderá ser realizada durante o horário normal de expediente, devendo ser agendada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, diretamente na Secretaria Municipal de Administração, situada no endereço citado no Preâmbulo deste Edital ou pelos telefones (43) 3554-1212.

3. DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar da presente licitação as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte-EPP's e Microempreendedores Individuais-MEI's, com sede neste Município e período de constituição de no mínimo 06 (seis) meses contados da data da abertura desta licitação, estando em plena atividade e desde que atendam as condições impostas neste Edital.

3.2 Encontram-se impedidos de participar do presente certame os interessados que:

- a) Tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão público federal, estadual ou municipal, em consonância com o disposto no art. 87, IV, da Lei Federal nº 8666/93;
- b) Entre cujos dirigentes, gerentes, acionistas ou detentoras de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controladores, responsáveis técnicos ou subcontratados, haja dirigente, funcionário ou servidor público municipal, em consonância com o disposto no art. 9º, III, da Lei Federal nº 8666/93;
- c) Possuam imóvel próprio ou em nome de seus dirigentes/proprietários, com exceção daquele imóvel destinado exclusivamente a moradia (no máximo um imóvel);
- d) Não possuam o período mínimo de constituição previsto no item 3.1.

3.3 Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pelo proponente, sob pena de responsabilidade administrativa e penas cabíveis, conforme legislação vigente.

4. DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

4.1 Os interessados deverão entregar no local e até a data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, a documentação de habilitação e a proposta, em envelopes separados, fechados e inviolados ou lacrados, dirigidos à Divisão de Licitações, e identificados da seguinte forma:

ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS - PR
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXXX/2023
(firma ou denominação social e endereço do licitante)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS/PR

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXXX/2023

(firma ou denominação social e endereço do licitante)

5. ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

5.1 Deverá conter:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedade por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores e declaração de firma individual, quando for o caso;
- b) Comprovante de inscrição no CNPJ;
- c) Alvará de Licença em vigor na data da realização da licitação;
- d) Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, conforme modelo constante no Anexo 03, conforme o caso;
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Federal e INSS, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, abrangendo inclusive, contribuições sociais, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- f) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- g) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Unidade competente, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- h) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, consistentes na apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.
- i) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- j) Declaração que está ciente da situação dos imóveis e de que recebeu todas as informações necessárias para a formulação da proposta, confirmando como verdadeiras as informações constantes na mesma, nada tendo a reclamar futuramente, conforme modelo constante no Anexo 04;
- k) Declaração de que não possui imóvel próprio em nome da Empresa ou em nome de seus dirigentes/proprietários, salvo o imóvel destinado exclusivamente a moradia (no máximo um imóvel), conforme modelo constante no Anexo 05;
- l) Declaração que não possui, em seu Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8666/93, conforme modelo constante no Anexo 06;
- m) Declaração que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista conforme modelo constante no Anexo 07;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

n) Balanço patrimonial com as demonstrações contábeis do último exercício financeiro, já exigíveis e apresentado na forma da Lei (a empresa qualificada como Microempreendedor Individual está dispensada da apresentação deste documento);

o) Certidão negativa dos cartórios de registros de falências e concordatas, expedida pelo cartório distribuidor do local da sede da proponente, há menos de 90 (noventa) dias da data marcada para o recebimento dos envelopes nº 01 e 02.

5.2 Os documentos relacionados no item 5.1, devem ter validade na data prevista para o recebimento da documentação e da proposta, poderão ser apresentados em forma de cópias xerografadas, as quais deverão estar autenticadas em Cartório ou pela Comissão Especial de Licitação, mediante apresentação das vias originais na sessão de abertura dos envelopes.

5.3 A não apresentação dos documentos relacionados no item 5.1 e alíneas, na forma e condições previstas no item 5.2, implicará na inabilitação do licitante.

5.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.4.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, às mesmas, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

5.4.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 5.4.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6. ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA

6.1 A proposta deverá ser apresentada em envelope lacrado e indevassável, rubricado no fecho, identificado conforme o item 4.1.

6.2 Deverá ainda, ser apresentada em uma via única, em impresso próprio, contendo o número da Concorrência Pública, o CNPJ, endereço, nome da empresa, datilografada ou computadorizada, sem rasuras, emendas, entrelinhas ou ressalvas, datada e assinada por pessoa com poderes para tanto, conforme modelo constante no Anexo 08.

6.3 Deverá conter ainda:

- a) A indicação do imóvel pretendido, com a descrição completa e detalhada do Lote conforme descrito no anexo 01;
- b) Relatório descrevendo o empreendimento que pretende realizar, indicando a área a ser construída e o tipo de edificação;
- c) Prazo para início e término da edificação, bem como, do início das atividades no local;
- d) Previsão de número de empregos formais a serem gerados com mão-de-obra local;
- e) Previsão de arrecadação de tributos (especialmente ISS), com indicação mensal e anual;
- f) Projeção do faturamento mínimo do empreendimento, com indicação mensal e anual;
- g) Estimativa do impacto ambiental em decorrência da implantação da atividade;
- h) Prazo de validade da proposta não inferior à 60 (sessenta) dias.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO

7.1 Todas as despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção do bem imóvel concedido, bem como os tributos, taxas, contribuições e licenças incidentes sobre o referido imóvel ficam a cargo do CONCESSIONÁRIO.

7.2 Executar projeto de construção/edificação de barracão ou semelhante para implantação da empresa, com início das obras no prazo máximo de 06 (seis) meses contados da assinatura do contrato de concessão e concluir as obras de construção no prazo máximo de 12 (doze) meses após seu início, sob pena do lote cedido ser reincorporado ao patrimônio municipal, e as benfeitorias que forem construídas no imóvel revertidas ao patrimônio do Município, sem que caiba ao CONCESSIONÁRIO quaisquer direitos a indenizações.

7.3 O CONCESSIONÁRIO fica obrigado a manter permanentemente a destinação do imóvel no desenvolvimento da atividade inicialmente prevista, salvo na hipótese de alteração previamente autorizada pelo Poder Público Municipal.

7.4 O bem objeto do contrato não poderá, em hipótese alguma, ser objeto de arrendamento mercantil ou qualquer outra figura jurídica que importe sua transferência a terceiros.

8. DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1 Os envelopes nº 01 e nº 02, concernentes aos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** e **PROPOSTA**, respectivamente, deverão ser entregues à Comissão Especial de Licitação, que os receberá no local, até a data e hora e nas condições estabelecidos neste Edital.

8.2 O documento relativo ao **credenciamento**, deverá ser entregue à Comissão Especial de Licitação, **separadamente** dos envelopes, acompanhado de documento que identifique o credenciado, diretor ou sócio proponente, ou preposto, devendo, no caso de prepostos, mencionar os poderes a que está investido, sendo que para desistência de interposição de recursos, tal poder deverá ser expresso, podendo se utilizar do modelo constante no Anexo 02.

8.3 O documento de credenciamento será retido pela Comissão Especial de Licitação e juntado ao processo licitatório.

8.4 O documento relativo ao credenciamento deverá ser apresentado em via original com firma reconhecida em Cartório.

8.5 É dispensada a apresentação de credenciamento no caso de comparecimento pessoal do próprio proponente, se pessoa física e proprietário, sócio ou acionista, desde que devidamente comprovado.

9. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO

9.1 A presente Concorrência Pública será processada e julgada de acordo com procedimento estabelecido pelo artigo 43 da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações.

9.2 Após a data e horário constantes no preâmbulo deste edital para entrega dos envelopes não serão admitidos proponentes retardatários e nem serão permitidas quaisquer retificações ou inclusões de documentos, salvo os expressamente solicitados pela Comissão.

9.3 Os documentos contidos nos envelopes nº 01 "HABILITAÇÃO" serão examinados e rubricados pelos membros da Comissão, bem como pelos proponentes ou seus representantes Credenciados.

9.4 Qualquer manifestação feita durante a fase de abertura do envelope nº 01 (HABILITAÇÃO), o será através do proponente ou de pessoa devidamente credenciada pelo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

proponente, sendo inserida em ata, que será assinada pelos membros da Comissão, pelos proponentes ou seus credenciados.

9.5 Os envelopes contendo a "PROPOSTA" dos proponentes inabilitados ficarão à disposição dos mesmos após o transcurso dos prazos de recurso e a publicação do resultado no Diário Oficial do Município.

9.6 A Comissão Especial de Licitação, ou autoridade superior, poderá em qualquer fase da licitação promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

9.7 A Comissão Especial de Licitação reserva-se o direito de revogar, anular, no todo ou em parte ou rejeitar todas as propostas, sem que caiba aos participantes direito a qualquer indenização, desde que justificadamente haja conveniência administrativa e por razões de interesse público.

9.8 Critérios para julgamento da documentação:

9.8.1 Serão inabilitados da presente licitação os participantes que:

- a) Apresentarem documentação incompleta ou com borrões, rasuras, entrelinhas, cancelamentos em partes essenciais, sem a devida ressalva;
- b) Não atenderem as condições exigidas neste edital.

9.9 Se todas as proponentes forem inabilitadas, a Administração poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, escoimada da causa que ensejou a inabilitação.

10. ABERTURA DO ENVELOPE PROPOSTA

10.1 Os envelopes PROPOSTA dos proponentes habilitados serão abertos pela Comissão Especial de Licitação no mesmo local mencionado no preâmbulo do edital, após o resultado da fase de habilitação, se houver desistência expressa de interposição de recursos, ou depois de decorrido o prazo para interposição de recursos ou julgados os interpostos, e com data e horário comunicado através da imprensa oficial do Município de Congonhinhas.

10.2 Uma vez apresentadas as propostas, imutáveis e acabadas, não serão admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões que as ofertas apresentarem em relação às exigências e formalidades previstas neste edital.

10.3 As propostas serão examinadas e rubricadas pelos membros da Comissão Especial de Licitação, bem como pelos proponentes ou seus representantes presentes e será procedida a sua leitura.

10.4 Qualquer manifestação feita durante a fase de abertura do envelope nº 02 "PROPOSTA", o será através do proponente ou de pessoas devidamente credenciadas pelo proponente, devendo toda e qualquer declaração pertinente constar da ata que será assinada pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos proponentes.

11. CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DA PROPOSTA

11.1 Para análise do pedido, serão levados em consideração os seguintes critérios:

- I – Consonância do projeto às diretrizes do Plano Diretor;
- II – Efeito multiplicador de atividade;
- III – Geração de emprego;
- IV – Impacto ambiental do projeto;
- V – Incentivos concedidos ao requerente em exercícios anteriores;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

- VI – Previsão de faturamento e seu impacto fiscal, tributário e na renda;
- VII – Responsabilidade social do empreendimento;
- VIII – Viabilidade econômico-financeira do projeto;
- IX – Viabilidade técnica e adequabilidade do projeto;
- X – Nível de inovação aplicado ao projeto.

11.1 O julgamento se dará através da soma simples de pontos, conforme tabela em anexo ao Termo de Referência.

11.2 A avaliação da proposta técnica da empresa bem como a somatória dos pontos será feita pela Comissão de Licitação nomeada pela Portaria Nº 002/2023 a qual emitirá parecer com a pontuação final.

11.3 Além da documentação solicitada para essa modalidade de licitação, deve apresentar:

- I – Cópia do Contrato Social;
- II – Comprovante de Inscrição no CNPJ;
- III – Cópia do RG e do CPF do representante legal da empresa ou procurador;
- IV – Certidões negativas: municipal, estadual, federal, trabalhista, FGTS e INSS;
- V – Balanço patrimonial e DRE de 2022 (para empresas que forem implantar nova sede no município ou que ampliem as suas atividades no Município);
- VI – Relação de funcionários registrados na empresa, sendo o prazo máximo de emissão do documento o mês anterior a realização da licitação (para empresas que forem implantar nova sede no município ou que ampliem as suas atividades Município);
- VII – Memorial descritivo da obra e/ou planta da obra;
- VIII – Projeto de viabilidade técnica e econômica, conforme anexo, devidamente preenchido.

11.4 As empresas constituídas em 2023 deverão apresentar balancete do mês anterior à da realização da licitação e em caso de ainda não possuir 1 (um) mês de funcionamento, deverão apresentar balanço de abertura da empresa.

11.5 As empresas que possuírem a intenção de implantar nova sede no município deverão apresentar as documentações referentes ao CNPJ da matriz.

12 DA ASSINATURA DO CONTRATO

12.1 Após esgotados todos os prazos para recursos, a Administração, no prazo de até 03 (três) dias, convocará o vencedor para celebrar o contrato.

12.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, desde que seja feito de forma motivada, e durante o transcurso do prazo constante do item anterior.

12.3 Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, nos termos apresentados na proposta ou então, revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas pelos art. 81 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

13 DAS PENALIDADES

13.1 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando as penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8666/93.

13.2 Pela inexecução parcial ou total do contrato, a Administração Pública Municipal poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

13.3 No caso de descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas neste edital e no contrato, poderá a administração rescindir a concessão de direito de uso, perdendo o CONCESSIONÁRIO, as benfeitorias de qualquer natureza, que tenha realizado no imóvel, conforme disposto na Lei Municipal nº 936/2015.

13.4 Resolver-se-á a concessão, além das causas previstas na presente Lei Municipal nº 936/2015 e no contrato, a extinção da empresa ou sociedade ou cessação definitiva das atividades instaladas, perdendo o CONCESSIONÁRIO, as benfeitorias de qualquer natureza que tiver realizado no imóvel.

14 DOS RECURSOS

14.1 Dos atos da Comissão, praticados na presente Concorrência Pública, cabem os recursos previstos no artigo 109 da Lei Federal nº 8666/93 os quais, se interpostos, deverão observar o disposto nos incisos e parágrafos do mesmo artigo.

14.2 Os recursos deverão ser protocolados na Divisão de Licitações aos cuidados da Comissão Especial de Licitação, em duas vias, sendo a segunda via devolvida no ato, como recibo.

14.3 Não serão considerados os recursos que se baseiam em aditamento ou modificações da proposta, bem como sobre matéria já decidida em grau de recurso.

14.4 Interposto o recurso, dele será dada ciência aos licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

14.5 É vedada a apresentação de mais de um recurso sobre a mesma matéria pelo mesmo proponente.

14.6 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento, por escrito, aos interessados.

15 DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A concessão do uso do imóvel será pelo prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por igual período, sendo que, ao término da concessão, as benfeitorias ficarão incorporadas ao imóvel de propriedade do Município, sem direito a retenção ou indenização.

15.2 A fiscalização das atividades desenvolvidas pela proponente vencedora será exercida pela Administração Municipal através da Secretaria Municipal de Administração.

15.3 A inabilitação dos licitantes em qualquer das fases do procedimento licitatório importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

15.4 Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições deste Edital.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

15.5 Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação de documentação e propostas exigidas no Edital e não apresentadas na reunião de recebimento, exceto a previsão de complementação contida na forma da Lei Federal nº 8666/93 e alterações posteriores e Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei nº 147/2014.

15.6 Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificação ou substituição das propostas ou qualquer outro documento.

15.7 Os documentos retirados dos envelopes, para o julgamento da habilitação, serão rubricados pela Comissão de Licitação e pelos representantes ou procuradores dos licitantes. O procedimento será repetido quando da abertura das propostas.

15.8 Só terão direito a usar da palavra, rubricar as propostas e documentos, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, os licitantes ou seus representantes credenciados (através de procuração pública e/ou particular devidamente com firma reconhecida, além de documento de identificação) e os membros da Comissão de Licitações;

15.9 Uma vez iniciada a sessão não serão admitidos concorrentes retardatários.

15.10 Ao Prefeito Municipal fica assegurado o direito de revogar ou anular este processo licitatório, conforme art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

15.11 Em caso de desistência da empresa vencedora da presente licitação, o Município, a critério do Prefeito Municipal, poderá aplicar qualquer das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

15.12 Do contrato a ser assinado com a licitante vencedora deverão constar, obrigatoriamente, as hipóteses de rescisão previstas no art. 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

15.13 A proposta vencedora não fará jus a qualquer indenização ou ressarcimento se por qualquer motivo o contrato não vier a ser assinado, ou se a presente licitação for anulada ou revogada.

15.14 Fica estabelecido que a simples apresentação da proposta pelo licitante implicará na aceitação incondicional de todos os itens do presente Edital e seus Anexos, não aceitando a Comissão Julgadora de Licitações qualquer justificativa para o não cumprimento do mesmo.

15.15 O licitante vencedor responsabilizar-se-á pelo cumprimento irrestrito das exigências especificadas em edital, sob as penalidades da Lei. Além disso, qualquer regularização que se faça necessária no imóvel adquirido ficará por conta do adquirente.

15.16 A Comissão Especial de Licitação ou autoridade superior, poderá em qualquer fase da Concorrência Pública promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

15.17 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Comissão Permanente de Licitações, sob pena de desclassificação/inabilitação.

15.18 Os casos não previstos neste Edital e seus Anexos serão decididos pela Comissão de Licitação, nos termos das normas pertinentes às Licitações e Contratos, Lei Federal nº 8.666/93 e ulteriores alterações.

15.19 Não serão levadas em consideração vantagens não previstas neste Edital. No caso de alteração em pontos essenciais deste Edital e seus Anexos, dentro do prazo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

estabelecido para o início da abertura das propostas, este será prorrogado e as modificações terão a mesma divulgação do texto anterior.

15.20 Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que a Comissão Especial de Licitação porventura julgar necessários.

15.21 As dúvidas e os casos omissos serão solucionados pela Comissão Julgadora de Licitações, com base nas disposições da legislação brasileira em vigor.

15.22 Fica eleito o Foro da Comarca de Congonhinhas, Estado do Paraná, renunciando a outros por mais privilegiados que sejam, para dirimir as questões oriundas deste Edital.

15.23 Os interessados poderão obter o presente Edital em seu inteiro teor com seus anexos e solicitar esclarecimentos sobre esta licitação junto a Divisão de Licitação, à Av. Dr. Davi Xavier da Silva, nº 266, Centro, Congonhinhas/PR, no site www.congonhinhas.pr.gov.br ou através dos telefones (43) 3554-1107/1212, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min horas de segunda à sexta-feira.

16 ANEXOS

16.1 São peças integrantes do presente edital:

ANEXO I	Termo de Referencia
ANEXO II	Projeto de Viabilidade Técnica/Econômica
ANEXO III	Procuração
ANEXO IV	Modelo de Declaração (Decreto nº4.358, de 05/09/2002)
ANEXO V	Modelo de Declaração de não Impedimento da Licitante
ANEXO VI	Modelo de declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações.
ANEXO VII	Declaração quadro societário
ANEXO VIII	Modelo de atestado de visita
ANEXO IX	Modelo de declaração de conhecimento do local
ANEXO X	Identificação da Empresa
ANEXO X	Minuta do Contrato

Congonhinhas, 05 de dezembro de 2023

Franciele Aparecida da Cruz Silva
Pregoeira/Agente de Contratação
Portaria nº002/2023

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE****ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**
Concorrência Pública**1. OBJETO**

A Presente Concorrência Pública tem por objeto a concessão de direito real gratuito de uso dos bens públicos para fins empresariais para pessoa jurídica de direito privado, que venha a se estabelecer no Município e/ou tenha projeto de ampliação de atividade, conforme Lei Municipal nº 1.264, de 25 de outubro de 2023 e conforme fixado neste Termo de Referência.

O imóvel localiza-se no perímetro urbano desta cidade, identificado como "fração do imóvel da Matrícula 6.623 do Cartório de Registro Imobiliário desta Comarca, a realizar concessão real de uso de **1,00 (um) alqueire paulista (FUNDOS)**", localizados na Rodovia PR 160 Km 42, em Congonhinhas, Estado do Paraná, na seguinte descrição:

Item	Quantidade	Descrição
1	1	Um terreno rural com área de 1,00 alqueire paulista, denominado Sítio Santa Terezinha, situado na Rodovia PR 160 Km 42, neste Município e Comarca, PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS devidamente registrado na Matrícula sob nº. 6.623, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

2. JUSTIFICATIVA

O presente Termo de Referência tem como objetivo incentivar o Desenvolvimento econômico de Congonhinhas/PR, através da concessão de direito real de uso de terreno para pessoa jurídica de direito privado, que venha a se estabelecer no Município e/ou tenha projeto de ampliação de atividade no Município, gerando assim aumento de seu faturamento e/ou no número de vagas de emprego.

Por este motivo, a Administração Pública, contando com perspectivas e propostas concretas de empresas interessadas na concessão, mediante apresentação dos planos de trabalho no momento do lançamento de Edital de Concorrência Pública, pretende conceder às empresas o direito real de uso de terreno próprio da Municipalidade, localizado na área supramencionada, pelo prazo de até 10 (dez) anos, podendo ser renovado uma vez por igual período.

3. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

A Contratação deverá se dar por licitação, na modalidade de Concorrência Pública.

4. DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Dar ao imóvel, cuja concessão real de uso lhe é concedida, a destinação prevista no edital e no contrato sob pena de incorrer sanções e consequências previamente estabelecidas e nas penalidades contratualmente estipuladas e naquelas cominadas na Lei 8.666/93.

Cumprir, na forma e nos prazos estabelecidos no edital, em seus anexos e no contrato todas as obrigações assumidas, principalmente as relacionadas aos prazos constantes no edital.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

O eventual descumprimento – conforme o caso – implicará na aplicação de multas, rescisão do contrato, revogação da escritura pública de cessão e na perda de todos os direitos ora concedidos, ensejando a reintegração de posse do imóvel pelo Município, inclusive, das benfeitorias edificadas ou implantadas pela concessionária, sem direito a indenização.

Responder civil e criminalmente por si, seus empregados ou prepostos, por danos materiais e morais causados a terceiros, usuários e funcionários dentro do espaço de concessão, sem a responsabilidade solidária do Município.

Arcar, exclusivamente, com a responsabilidade pela contratação, subordinação, controle e fiscalização de sua mão de obra, que a ele, concessionário, exclusivamente se vinculará, pagando os correspondentes salários e encargos trabalhistas, sociais e fiscais. Caso o Município seja diretamente acionado por qualquer empregado do cessionário, a ele caberá indenizar a Fazenda Pública Municipal das verbas trabalhistas, sociais e indenizações que este venha, circunstancialmente, ser compelida a pagar.

Respeitar todas as determinações da legislação ambiental e, conseqüentemente, obter os licenciamentos dos órgãos competentes, inclusive junto ao IBAMA e IAT, se for o caso.

Não causar empecilho de qualquer espécie aos serviços no Distrito Industrial, atendendo às diretrizes da Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município, à legislação municipal, estadual e federal de regência e observando as determinações das Secretarias Municipais.

Efetuar o pagamento de todos os tributos federais, estaduais e municipais; encargos e outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre os imóveis que são objeto de cessão e sobre as atividades que neles venham a ser desenvolvidas.

Conservar a área permitida em boas condições de conversação, uso, higiene e limpeza.

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, as edificações, instalações ou a utilização do terreno quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, a critério da fiscalização do Município.

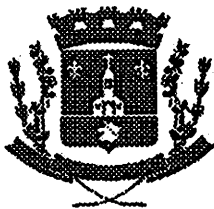
É vedado ao cessionário subconceder ou ceder o imóvel, no todo ou em parte, a terceiros, a qualquer título, gratuito ou oneroso, bem como as construções e edificações que nele serão erigidas, sob pena de rescisão do contrato, revogação da escritura e aplicação de outras sanções previstas na legislação de regência, salvo prévia autorização da Administração Municipal.

Fica vedada, também, a transferência da concessão de uso por atos intervivos, por sucessão legítima ou testamentária, sob pena de resolver-se a concessão antes de seu termo, com a revogação da escritura pública e o perdimento das benfeitorias para o Município, sem que assista, ao concessionário, direito ou indenização ou de retenção.

Não transferir o seu controle acionário sem prévia e expressa anuência do Município, sob pena de submeter-se às mesmas sanções cominadas no item “DAS PENALIDADES” do edital.

Adotar providências após a assinatura do contrato, para a emissão do Alvará de Projetos, Licença e Habite-se, junto a Prefeitura Municipal de Congonhinhas, arcando com todos os custos.

Comunicar o Fiscal do Município quanto ao início dos serviços de relevância do edital, de modo que o serviço não poderá ser iniciado/continuado sem a presença do Fiscal do Município, se este assim desejar.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

O Município manterá a fiscalização do contrato, zelando pelo correto cumprimento do contrato.

O interessado terá prazo de 6 (seis) meses após a concessão para iniciar a efetivação do projeto, envolvendo construção e demais ações necessárias para o início ou expansão das atividades do empreendimento e prazo total máximo de 18 (dezoito) meses para conclusão, a partir da concessão.

Não terá direito aos benefícios deste termo, quem, em exercícios anteriores, fora beneficiado com qualquer Incentivo do Município e não tenha atendido aos propósitos apresentados no projeto.

A concessionária deverá atender a todos os requisitos elencados em edital durante a vigência da concessão.

Não poderão se beneficiar da Concessão de Direito Real de Uso de Terreno às empresas que estejam em débito com o erário.

O imóvel cedido é inalienável significa que não pode ser vendido, doado, trocado ou transferido de qualquer forma.

5. DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência será de até 10 (dez) anos, podendo ser renovado uma vez por igual período, desde que cumpridas as metas apresentadas.

6. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Para análise do pedido, serão levados em consideração os seguintes critérios:

- IX – Consonância do projeto às diretrizes do Plano Diretor;
- X – Efeito multiplicador de atividade;
- XI – Geração de emprego;
- XII – Impacto ambiental do projeto;
- XIII – Incentivos concedidos ao requerente em exercícios anteriores;
- XIV – Previsão de faturamento e seu impacto fiscal, tributário e na renda;
- XV – Responsabilidade social do empreendimento;
- XVI – Viabilidade econômico-financeira do projeto;
- IX – Viabilidade técnica e adequabilidade do projeto;
- X – Nível de inovação aplicado ao projeto.

O julgamento se dará através da soma simples dos pontos, conforme tabela em anexo.

A avaliação da proposta técnica da empresa bem como a somatória dos pontos será feita pela Comissão de Licitação nomeada pela Portaria Nº 002/2023 a qual emitirá parecer com a pontuação final.

Além da documentação solicitada para essa modalidade de licitação;

- I – Cópia do Contrato Social;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

- V – Comprovante de Inscrição no CNPJ;
- VI – Cópia do RG e do CPF do representante legal da empresa ou procurador;
- VII – Certidões negativas: municipal, estadual, federal, trabalhista, FGTS e INSS;
- V – Balanço patrimonial e DRE de 2022 (para empresas que forem implantar nova sede no município ou que ampliem as suas atividades no Município);
- IX – Relação de funcionários registrados na empresa, sendo o prazo máximo de emissão do documento o mês anterior a realização da licitação (para empresas que forem implantar nova sede no município ou que ampliem as suas atividades Município);
- X – Memorial descritivo da obra e/ou planta da obra;
- XI – Projeto de viabilidade técnica e econômica, conforme anexo, devidamente preenchido.

As empresas constituídas em 2023 deverão apresentar balancete do mês anterior à da realização da licitação e em caso de ainda não possuir 1 (um) mês de funcionamento, deverão apresentar balanço de abertura da empresa.

As empresas que possuírem a intenção de implantar nova sede no município deverão apresentar as documentações referentes ao CNPJ da matriz.

7. DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do cumprimento das condições estabelecidas para a concessão dos incentivos será realizada pela Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente com parecer e análise.

A fiscalização de que trata o item anterior será realizada através de análise de relatórios e através de diligências e se dará da seguinte forma:

- I – O beneficiário deverá apresentar relatório até o terceiro mês do ano seguinte, demonstrando os resultados de sua atividade e como vem sendo utilizado o incentivo concedido, contendo como anexo, pelo menos: a relação de funcionários e o balanço do último exercício;
- II – A Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, poderá realizar, a qualquer tempo, diligências extraordinárias e/ou solicitar outros documentos a fim de verificar condições referentes ao benefício concedido.

Em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, deve-se analisar e emitir parecer de regularidade.

É dever da empresa beneficiada facilitar o acesso do Secretário Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente e outros servidores devidamente credenciados pelo Poder Executivo às dependências do estabelecimento, objeto do benefício, além de fornecer as informações solicitadas.

É dever de terceiros que tenham vínculo com a empresa beneficiada, prestar as informações necessárias, bem como fornecer fotocópia dos documentos solicitados pelo Secretário Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente outros servidores devidamente credenciados pelo Poder Executivo.

No caso de não cumprimento das obrigações por parte da empresa beneficiada, caberá a aplicação de uma ou mais das seguintes penalidades:

- I – **Advertência escrita, concedendo-se prazo para regularização;**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

- II – Devolução dos valores recebidos, direta ou indiretamente, atualizados monetariamente pelo INPC;**
- III – Reversão do benefício e multa pecuniária de 30% (trinta por cento) do benefício concedido.**

Resolve-se a concessão antes de seu termo, desde que o concessionário dê à imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato ou termo, ou descumpra cláusula resolutória do ajuste, perdendo, neste caso, as benfeitorias de qualquer natureza.

São ainda causas de cancelamento ou anulação dos benefícios:

- I – Falência, extinção, encerramento ou liquidação da empresa;**
- II – Fornecimento de informações ou documentação falsas;**
- III – Quando os imóveis não forem utilizados para as finalidades apresentadas no projeto técnico;**
- IV – Não cumprimento dos prazos estipulados;**
- V – Paralisação das atividades por período superior a 06 (seis) meses ou dissolução das atividades;**
- VI – Transferência do estabelecimento para outro Município;**
- VII – Venda ou alienação de imóvel recebido;**
- VIII – Descumprimento das cláusulas, projetos ou prazos previstos neste Termo de Referência.**

8. VISITA TÉCNICA

O interessado em participar desta Concorrência Pública poderá realizar visita técnica ao local. A declaração de visita, conforme modelo em anexo, deve ser feita pelo interessado e anexada aos documentos no envelope da habilitação.

Caso o interessado já conheça o local, deverá anexar a declaração de conhecimento ao local, conforme modelo em anexo, aos documentos no envelope da habilitação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

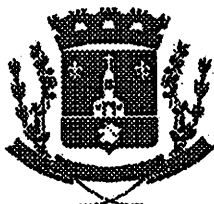
ANEXO II

PROJETO DE VIABILIDADE TÉCNICA/ECONÔMICA EMPRESAS EM INSTALAÇÃO OU EM EXPANSÃO DE SUAS ATIVIDADES

ATIVIDADE PRINCIPAL E SECUNDÁRIAS	
Obs.: Indique as atividades principal e secundárias exercidas pela sua empresa. Levar em consideração o código CNAE.	
MONTANTE INICIAL A INVESTIR	R\$ _____,00
Obs.: Indique o valor que será investido para abertura da sua empresa. Levar em consideração: máquinas e equipamentos, construções civis, fretes e montagens, móveis e utensílios, veículos, treinamento e contratação de mão de obra, estudos e projetos, entre outros.	
EMPRESA BENEFICIADA COM INCENTIVOS ECONÔMICOS EM ANOS ANTERIORES	
()	Não.
()	Sim. Especifique:
Obs.: Indique se a sua empresa já foi beneficiada em anos anteriores com o programa permanente de concessão de incentivos econômicos e fomento.	

PREVISÃO DE GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS

()	Até 10 empregos.
()	De 11 a 30 empregos.
()	De 31 a 50 empregos.
()	De 51 a 100 empregos.
()	Acima de 100 empregos.
Obs.: Assinale a opção que corresponde a quantidade de empregos gerados por sua empresa no primeiro ano de operação.	
PREVISÃO DE AUMENTO ANUAL NA GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS	
()	Até 10%.
()	Até 30%.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

☐	Até 50%.	
☐	Até 80%	
☐	Acima de 80%.	
Obs.: Assinale a opção que corresponde ao percentual de aumento nos empregos gerados por sua empresa a partir do segundo ano de operação.		
PREVISÃO DE FATURAMENTO ANUAL (R\$)		
☐	Até R\$ 500.000,00.	
☐	De R\$ 500.001,00 até R\$ 2.500.000,00.	
☐	De R\$ 2.500.001,00 até R\$ 5.500.000,00.	
☐	De R\$ 5.500.001,00 até R\$ 10.000.000,00.	
☐	Acima de R\$ 10.000.001,00.	
Obs.: Assinale a opção que corresponde ao faturamento da sua empresa no primeiro ano de operação.		
PREVISÃO DE AUMENTO ANUAL NO FATURAMENTO		
☐	Até 10%.	
☐	Até 30%.	
☐	Até 50%.	
☐	Até 80%	
☐	Acima de 80%.	
Obs.: Assinale a opção que corresponde ao percentual de aumento no faturamento da sua empresa a partir do segundo ano de operação.		
IMPACTO AMBIENTAL DO PROJETO		
☐	Nenhum.	
☐	Somente na instalação.	Especifique:
☐	Pequeno.	Especifique:
☐	Médio.	Especifique:
☐	Forte.	Especifique:
Obs.: Assinale a opção que corresponde ao impacto ambiental causado pela sua empresa, conforme Licenciamento Ambiental.		
TRATAMENTO E PRESERVAÇÃO		



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

☐	Tratamento parcial do resíduo de produção ou sanitário.
☐	Tratamento total do resíduo de produção ou sanitário.
☐	Destinação de área para preservação ambiental.
☐	Apoio a projetos de preservação ambiental no Município.
☐	Projetos de economia de água e/ou energia.

Obs.: Assinale as opções que correspondem às ações de tratamento e preservação realizadas pela sua empresa.

APOIO ECONÔMICO-FINANCEIRO A PROJETOS SOCIAIS, ESPORTIVOS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

☐	Nenhum.
☐	Até 1 projeto.
☐	Até 3 projetos.
☐	Até 5 projetos.
☐	Até 7 projetos.
☐	Acima de 10 projetos.

Obs.: Assinale a opção que corresponde ao número de projetos municipais apoiados pela sua empresa, sendo esse apoio econômico ou financeiro.

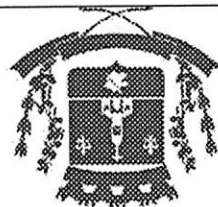
NATUREZA DA MATÉRIA-PRIMA (LOCAL DE AQUISIÇÃO)

Percentual adquirido dentro do Município.	
Percentual adquirido dentro do Estado.	
Percentual adquirido fora do Estado.	
Percentual de Importação.	

Obs.: Escreva em cada linha a porcentagem de compras por localidade. O total das quatro linhas deverá ser 100%. Não havendo aquisições em alguma das localidades, colocar 0 (zero).

DESTINAÇÃO FINAL DO PRODUTO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE



Percentual de venda destinado a consumidor final.		
Percentual de venda para dentro do Município.		
Percentual de venda para dentro do Estado.		
Percentual de venda para fora do Estado.		
Percentual de Exportação.		
Obs.: Escreva em cada linha a porcentagem de vendas por localidade. O total das cinco linhas deverá ser 100%. Não havendo vendas em alguma das localidades, colocar 0 (zero).		
PERCENTUAL DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DENTRO NO MUNICÍPIO (TERCEIROS)		
()	Até 10%.	
()	Até 30%.	
()	Até 50%.	
()	Até 80%.	
()	Acima de 80%.	
Obs.: Assinale a opção que corresponde ao percentual de bens e serviços de terceiros contratados pela sua empresa dentro de Congonhinhas. Não considerar a mão de obra direta.		
PERCENTUAL DE CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DIRETA DO MUNICÍPIO		
()	Até 10%.	
()	Até 30%.	
()	Até 50%.	
()	Até 80%.	
()	Acima de 80%.	
Obs.: Assinale a opção que corresponde ao percentual de mão de obra direta contratada de Congonhinhas.		
CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO		
Atividade	1º Trimestre	2º Trimestre
	3º Trimestre	4º Trimestre
	5º Trimestre	6º Trimestre



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

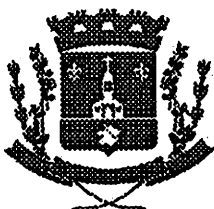
PARÂMETROS PARA CONCESSÃO						
PREVISÃO DE GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS						
5 pontos	15 pontos	25 pontos	35 pontos	50 pontos.		
Até 10 empregos.	De 11 a 30 empregos.	De 31 a 50 empregos.	De 51 a 100 empregos.	Acima de 100 empregos.		
PREVISÃO DE AUMENTO ANUAL NA GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS						
3 pontos	9 pontos	15 pontos	21 pontos	30 pontos		
Até 10%.	Até 30%.	Até 50%.	Até 80%.	Acima de 80%.		
PREVISÃO DE FATURAMENTO ANUAL (R\$)						
5 pontos	15 pontos	25 pontos	35 pontos	50 pontos		
Até R\$ 500.000,00.	De R\$ 500.001,00 até R\$ 2.500.000,00.	De R\$ 2.500.001,00 até R\$ 5.500.000,00.	De R\$ 5.500.001,00 até R\$ 10.000.000,00.	Acima de R\$ 10.000.001,00 .		
PREVISÃO DE AUMENTO ANUAL NO FATURAMENTO						
3 pontos	9 pontos	15 pontos	21 pontos	50 pontos		
Até 10%.	Até 30%.	Até 50%.	Até 80%.	Acima de 80%.		
IMPACTO AMBIENTAL DO PROJETO						
1 ponto.	3 pontos.	5 pontos.	7 pontos.	10 pontos		
Forte	Médio	Pequeno	Somente na instalação	Nenhum		
TRATAMENTO E PRESERVAÇÃO						



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

1 ponto	3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos
Apoio a projetos de preservação ambiental no Município	Tratamento parcial do resíduo de produção e sanitário	Projetos de economia de água e/ou energia	Destinação de área para preservação ambiental	Tratamento total do resíduo de produção ou sanitário
APOIO ECONÔMICO-FINANCEIRO A PROJETOS SOCIAIS, ESPORTIVOS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS				
1 ponto	3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos
Até 1 projeto	Até 3 projetos	Até 5 projetos	Até 7 projetos	Acima de 10 projetos
NATUREZA DA MATÉRIA-PRIMA (LOCAL DE AQUISIÇÃO)				
3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos	
Importada	Adquirida fora do Estado	Adquirida dentro do Estado	Adquirida dentro do Município	
DESTINAÇÃO FINAL DO PRODUTO				
1 ponto	3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos.
Destinada a consumidor final	Para dentro do Município	Para dentro do Estado	Para fora do Estado	Exportação.
PERCENTUAL DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DENTRO NO MUNICÍPIO (TERCEIROS)				
1 ponto	3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos.
Até 10%	Até 30%	Até 50%	Até 80%	Acima de 80%.
PERCENTUAL DE CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DIRETA DO MUNICÍPIO				
1 ponto	3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos.
Até 10%	Até 30%	Até 50%	Até 80%	Acima de 80%.
PARECER DA COMISSÃO				
EMPRESA SOLICITANTE:				
DATA:				



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

PARÂMETROS	PONTUAÇÃO
Previsão de geração de empregos diretos.	
Previsão de aumento anual na geração de empregos diretos.	
Previsão de faturamento anual (R\$).	
Previsão de aumento anual no faturamento.	
Impacto ambiental do projeto.	
Tratamento e preservação.	
Apoio econômico-financeiro a projetos sociais, esportivos e culturais do município de Congonhinhas.	
Natureza da matéria-prima (local de aquisição).	
Destinação final do produto.	
Percentual de contratação de bens e serviços dentro do Município (terceiros).	
Percentual de contratação de mão de obra do Município.	
TOTAL	
Comentários adicionais:	
Nome	Assinatura

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE****ANEXO III****CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 – PMC****PROCURAÇÃO**

_____**<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>**_____, por meio de _____**<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>**_____, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. _____**<NOME COMPLETO, RG, CPF>**_____, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação _____**<MODALIDADE, NÚMERO/ANO>**_____, outorgando ainda poderes específicos para interpor recursos e/ou desistir de sua interposição, prestar declarações, assinar Contratos e praticar todos os atos necessários a este procedimento licitatório.

< CIDADE/ESTADO> _____de_____de_____

<nome completo do representante legal>

<qualificação na empresa>

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE****ANEXO IV****CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 - PMC****MODELO DE DECLARAÇÃO (Decreto nº 4.358, de 05.09.2002)**

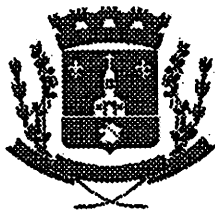
....., inscrito no CNPJ nº, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a),
portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF
nº, DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666,
de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega
menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
Representante legal

(* Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE****ANEXO V****CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° XXX/2023 – PMC****MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO DA LICITANTE**

A (O) _____ (licitante), inscrita no CNPJ n°. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n° _____ e do CPF n° _____, ao final firmado, DECLARA, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das hipóteses de impedimento para sua habilitação na presente licitação, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses previstas neste Edital de Concorrência Pública do Município de Congonhinhas N° 0001/2023, bem como de que está ciente da obrigatoriedade de declarar qualquer ocorrência posterior, caso sagre-se vencedora no presente certame.

Congonhinhas, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do representante legal do licitante

Nome do representante legal do licitante

Cargo

Nome do licitante

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE****ANEXO VI****CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 - PMC****MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS
INFORMAÇÕES E CONDIÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES**

A Empresa Licitante _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, ao final firmado, em conformidade com os termos do Edital de Concorrência nº 0001/2023, bem como por exigência da Lei nº 8666/93, art. 30, III, DECLARA estar ciente de todas as condições relativas ao objeto da referida Concorrência em curso, a qual destina-se a concessão de direito real gratuito de uso de bem público para fins industriais, eis que tomou conhecimento de todas as informações, bem como das condições para cumprimento das obrigações, objeto da licitação, através da aquisição do Edital e seus Anexos disponibilizados pelo Município.

Congonhinhas, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do representante legal da licitante

Nome do representante legal da licitante

Cargo

Nome da licitante



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO VII

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 - PMC

000121

DECLARAÇÃO QUADRO SOCIETÁRIO

_____(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____, sediada em
_____(ENDEREÇO
COMERCIAL)_____, declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário servidor
público ou da ativa, parlamentar ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista,
bem como, de que não possui impedimentos previstos nos artigos 36 e 85 da Lei Orgânica do Município
de Congonhinhas.

Congonhinhas (SC), ____< DATA> _____

Assinatura do representante legal da empresa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

000122

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO VIII

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 - PMC

MODELO DE ATESTADO DE VISITA

Atesto, para os devidos fins da Licitação referente à Concorrência Pública – Edital Nº 0001/2023, _____ que _____ a _____ empresa _____, através de seu representante _____ tomou conhecimento das condições atuais dos imóveis localizados no perímetro urbano desta cidade, mediante verificação “in loco”.

_____, ____ de _____ de 2023.
(Local)

Assinatura do Responsável (Representante do Município)

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO****ANEXO IX**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° XXX/2023 - PMC

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL

A empresa licitante _____, declara que tem conhecimento dos imóveis localizados no perímetro urbano desta cidade, declarando assim estar ciente de todas as suas condições bem como às relativas ao objeto da referida licitação, não podendo alegar desconhecimento posterior.

Declaro ter ficado ciente de todas as condições do objeto licitado.

Congonhinhas – PR, _____ de _____ de 2023.

Empresa:

Nome do representante:

RG:

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO****ANEXO X****CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2023 - PMC****1. DADOS DA EMPRESA:**

RAZÃO SOCIAL:	
NOME FANTASIA:	
DATA DA CONSTITUIÇÃO:	CNPJ:
ENDEREÇO:	
INSCRIÇÃO ESTADUAL:	INSCRIÇÃO MUNICIPAL:
TELEFONE:	

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº:
CPF/MF Nº:

3. DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO ELETRÔNICO DA EMPRESA E-MAIL:

Declaramos que o Domicílio Eletrônico da Empresa para o recebimento de informações do processo, alerta de avisos, notificações e decisões administrativas, é:
E-MAIL:

Obs.: Informar apenas 1 (um) e-mail como domicílio eletrônico da empresa. Havendo mais de um e-mail informado, será considerado somente o primeiro da lista.

4. DECLARAÇÃO DE ASSINATURA POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL:

Declaramos estar ciente que, o representante legal indicado neste documento, será o signatário do "Contrato", o qual deverá assinar o documento eletrônico em formato "PDF", por certificação digital, caso assim solicitado.

Local e Data

Nome e Assinatura do Representante da Empresa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO XI - Minuta do Contrato

CONTRATO Nº ____/____ (número/ano)

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE FORMA GRATUITA QUE ENTRE SI CELEBRAM:

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 75.825.828/0001-88, neste ato representado pelo Prefeito **José Olegário Ribeiro Lopes**, inscrito no CPF/MF sob nº _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/PR, residente e domiciliado à _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____.

CONCESSIONÁRIA: _____, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito(a) no CPF/MF sob nº _____, residente e domiciliado(a) à Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DA CONCESSÃO

Constitui objeto deste instrumento, a concessão de direito real de uso de forma gratuita do Lote ____ de propriedade do Município de Congonhinhas-PR, e que possui a seguinte descrição: _____.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DA CONCESSÃO

A presente concessão de uso se faz com base nos permissivos constitucionais e legais regedores da Administração Pública em geral, com fundamento na Lei Orgânica do Município de Congonhinhas-PR, Lei Municipal nº 936/2015, Edital de Concorrência Pública nº ____/2023 e Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - FINALIDADE DA CONCESSÃO

A finalidade principal desta concessão é justamente proporcionar o incentivo a geração de emprego, renda, e melhorando a atuação e competitividade dos beneficiados.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DA CONCESSÃO

O prazo desta concessão de uso será pelo período de 20 (vinte) anos, no caso de cumprimento das exigências dispostas na Lei Municipal nº 1.264, de 25 de outubro de 2023, podendo ser prorrogado por igual período, sendo que, ao término da concessão, as benfeitorias ficarão incorporadas ao imóvel de propriedade do Município, sem direito a retenção ou indenização.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO

O concessionário obriga-se as seguintes condições:

a) Iniciar a construção do prédio no prazo máximo de ____ (____) meses e dar início às atividades produtivas no prazo máximo de ____ (____) meses, a contar da data de assinatura deste contrato, conforme proposta técnica



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

anexa ao processo. Sendo que este prazo poderá ser prorrogado pelo Poder Público Municipal na hipótese de força maior ou outro motivo relevante e plenamente justificado;

b) Manter permanentemente a destinação do imóvel no desenvolvimento da atividade inicialmente prevista, salvo na hipótese de alteração previamente autorizada pelo Poder Público Municipal;

c) O bem objeto do contrato não poderá, em hipótese alguma, ser objeto de arrendamento mercantil ou qualquer outra figura jurídica que importe sua transferência a terceiros;

d) O concessionário deverá promover o uso do imóvel, zelosamente, mantendo-o limpo, executando às suas expensas todos os serviços de conservação que se façam necessários;

e) O concessionário torna-se responsável, a partir da data da assinatura do presente instrumento, pelo pagamento de quaisquer taxas ou impostos que incidam ou venham incidir sobre o imóvel, bem como pelas tarifas de água, telefone e energia elétrica;

f) Compete ao concessionário o recolhimento de todos os tributos correspondentes à atividade a ser desenvolvida no objeto do presente instrumento, sejam diretos e indiretos, inclusive suas obrigações previdenciárias e trabalhistas;

g) Compete ao concessionário a obtenção, junto aos órgãos competentes, das respectivas licenças ambientais, sem as quais não poderá instalar seu empreendimento, sendo que eventual demora na obtenção (por culpa exclusiva do poder público) pode ensejar prorrogação dos prazos de instalação previstos na Concorrência __/2023 e no presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

a) A presente concessão sujeita-se à fiscalização do poder concedente, com a cooperação do concessionário;

b) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais em caso de descumprimento das obrigações do concessionário;

c) Extinguir a concessão caso houver descumprimento das exigências legais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO LICENCIAMENTO DO EMPREENDIMENTO

O licenciamento ambiental e sanitário do empreendimento é de responsabilidade do CONCESSIONÁRIO.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O descumprimento das cláusulas constantes neste contrato importa em rescisão contratual, nos termos do artigo 78 e 79 da Lei 8666/1993 e sua alteração, devendo o lote cedido ser reincorporado ao patrimônio municipal, e as benfeitorias que forem construídas no imóvel revertidas ao patrimônio do Município, sem que caiba ao CONCESSIONÁRIO quaisquer direitos a indenizações.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

Fica ressalvado, à concedente o direito de visitar o imóvel e solicitar informações sobre as atividades desenvolvidas, as quais deverão ser prestadas no prazo de 10 (dez) dias, pertinentes ao conteúdo de todas as obrigações contidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Congonhinhas/PR para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato. E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Congonhinhas-PR, em __ de ____ de 2023.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

Prefeito Municipal
CONTRATANTE

(Razão Social e Nome do Representante Legal)
CONTRATADA

(Nome e número da OAB)
Assessor Jurídico

Testemunhas:

Nome:
RG.
CPF.

Nome:
RG.
CPF.

 ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS CNPJ: 75.825.828/0001-88 Telefone: (43) 3554-1212 Endereço: AVENIDA DR. DAVID XAVIER DA SILVA, 266 - CENTRO CEP: 86320-000 - Congonhinhas	Concorrência 2/2023
	Número Processo: 113/2023 Data do Processo: 10/11/2023

OBJETO DO PROCESSO

A PRESENTE CONCORRÊNCIA PÚBLICA TEM POR OBJETO A CONCESSÃO DE DIREITO REAL GRATUITO DE USO DOS BENS PÚBLICOS PARA FINS EMPRESARIAIS PARA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, QUE VENHA A SE ESTABELECEER NO MUNICÍPIO E/OU TENHA PROJETO DE AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADE, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1.264, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023 E CONFORME FIXADO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA. O IMÓVEL LOCALIZA-SE NO PERÍMETRO URBANO DESTA CIDADE, IDENTIFICADO COMO "FRAÇÃO DO IMÓVEL DA MATRÍCULA 6.623 DO CARTÓRIO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO DESTA COMARCA, A REALIZAR CONCESSÃO REAL DE USO DE 1,00 (UM) ALQUEIRE PAULISTA (FUNDOS) ", LOCALIZADOS NA RODOVIA PR 160 KM 42, EM CONGONHINHAS, ESTADO DO PARANÁ.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nº

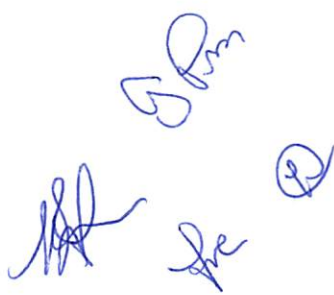
Reuniram-se no dia, 22 de dezembro de 2023 as 09h00min os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria Nº 002/2023, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para concessão de direito real gratuito de uso dos bens públicos descrito no Processo Licitatório Nº 113/2023 na modalidade de Concorrência. Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

PARECER DA COMISSÃO

Participante: G P DE MIRANDA LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Um terreno rural com área de 1,00 alqueire paulista, 1,000 denominado Sítio Santa Terezinha, situado na Rodovia PR 160 Km 42, neste Município e Comarca, PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS devidamente registrado na Matrícula sob nº. 6.623, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca. - Um terreno rural com área de 1,00 alqueire paulista, denominado Sítio Santa Terezinha, situado na Rodovia PR 160 Km 42, neste Município e Comarca, PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS devidamente registrado na Matrícula sob nº. 6.623, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.		UND		1,0000	1,00

Total do Participante: 1,00 Total
Geral: 1,00



Franciele Aparecida da Cruz (Presidente) Franciele

Jane Moreira Campos (Membro) J. Campos

Leonardo Dias Cardoso (Membro) Leonardo

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

G P DE MIRANDA LTDA


Gustavo Pinto de Miranda

ESTADO DO PARANÁ  PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS CNPJ: 75.825.828/0001-88 Telefone: (43) 3554-1212 Endereço: AVENIDA DR. DAVID XAVIER DA SILVA, 266 - CENTRO CEP: 86320-000 - Congonhinhas		Concorrência 2/2023
		Número Processo: 113/2023 Data do Processo: 10/11/2023

OBJETO DO PROCESSO

A PRESENTE CONCORRÊNCIA PÚBLICA TEM POR OBJETO A CONCESSÃO DE DIREITO REAL GRATUITO DE USO DOS BENS PÚBLICOS PARA FINS EMPRESARIAIS PARA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, QUE VENHA A SE ESTABELECEER NO MUNICÍPIO E/OU TENHA PROJETO DE AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADE, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1.264, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023 E CONFORME FIXADO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA. O IMÓVEL LOCALIZA-SE NO PERÍMETRO URBANO DESTA CIDADE, IDENTIFICADO COMO "FRAÇÃO DO IMÓVEL DA MATRÍCULA 6.623 DO CARTÓRIO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO DESTA COMARCA, A REALIZAR CONCESSÃO REAL DE USO DE 1,00 (UM) ALQUEIRE PAULISTA (FUNDOS) ", LOCALIZADOS NA RODOVIA PR 160 KM 42, EM CONGONHINHAS, ESTADO DO PARANÁ.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nº

Reuniram-se no dia, 22 de dezembro de 2023 as 09h00min os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria Nº 002/2023, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para concessão de direito real gratuito de uso dos bens públicos descrito no Processo Licitatório Nº 113/2023 na modalidade de Concorrência. Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

PARECER DA COMISSÃO**Participante: G P DE MIRANDA LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Um terreno rural com área de 1,00 alqueire paulista, 1,000 denominado Sítio Santa Terezinha, situado na Rodovia PR 160 Km 42, neste Município e Comarca, PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS devidamente registrado na Matrícula sob nº. 6.623, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca. - Um terreno rural com área de 1,00 alqueire paulista, denominado Sítio Santa Terezinha, situado na Rodovia PR 160 Km 42, neste Município e Comarca, PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS devidamente registrado na Matrícula sob nº. 6.623, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.		UND		1,0000	1,00

Total do Participante: 1,00 Total

Geral: 1,00



Franciele Aparecida da Cruz (Presidente) Franciele

Jane Moreira Campos (Membro) Jcampos

Leonardo Dias Cardoso (Membro) Leonardo

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

G P DE MIRANDA LTDA

Gustavo Pinto de Miranda
Gustavo Pinto de Miranda

**CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
UNIPESSOAL****G P DE MIRANDA LTDA**

Pelo presente instrumento particular de Contrato Social:

GUSTAVO PINTO DE MIRANDA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, EMPRESARIO, nascido(a) em 10/05/1995. nº do CPF 103.028.229-33, residente e domiciliado na cidade de Congonhinhas - PR, na RUA ALTA MARIA DA CONCEIÇÃO, nº 63, VILA RIBEIRO, CEP: 86320-000;

Resolve, constituir uma sociedade limitada unipessoal, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL (art. 997, II, CC)

A sociedade adotará como nome empresarial: **G P DE MIRANDA LTDA**, e usará a expressão **CERÂMICA MIRANDA** como nome fantasia.

CLÁUSULA II - DA SEDE (art. 997, II, CC)

A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: RODOVIA PR 435, nº SN, KM 12, ESTÂNCIA SANTA RITA, Congonhinhas - PR, CEP: 86320000.

CLÁUSULA III - DO OBJETO SOCIAL (art. 997, II, CC)

A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômica: 4744099 COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO 4744004 COMÉRCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS 0810006 EXTRAÇÃO DE AREIA, CASCALHO OU PEDREGULHO E BENEFICIAMENTO ASSOCIADO 4330499 OBRAS DE ACABAMENTO NA CONSTRUÇÃO CIVIL 2342702 FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CERÂMICA E BARRO COZIDO PARA USO NA CONSTRUÇÃO. EXCETO AZULEJOS E PISOS 2342701 FABRICAÇÃO DE AZULEJOS E PISOS

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de 0810006 EXTRAÇÃO DE AREIA, CASCALHO OU PEDREGULHO E BENEFICIAMENTO ASSOCIADO 4330499 OBRAS DE ACABAMENTO NA CONSTRUÇÃO CIVIL 2342702 FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CERÂMICA E BARRO COZIDO PARA USO NA CONSTRUÇÃO, EXCETO AZULEJOS E PISOS 2342701 FABRICAÇÃO DE AZULEJOS E PISOS.

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

CNAE Nº 0810-0/06 - Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado

CNAE Nº 2342-7/01 - Fabricação de azulejos e pisos

CNAE Nº 2342-7/02 - Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos

CNAE Nº 4330-4/99 - Outras obras de acabamento da construção

CNAE Nº 4744-0/04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas

CLÁUSULA IV - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO (art. 53, III, F, Decreto nº 1.800/96)

A sociedade iniciará suas atividades em 24/05/2022 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA V - DO CAPITAL (ART. 997, III e IV e ART. 1.052 e 1.055, CC)

O capital será de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 5000 quotas, no valor nominal de R\$ 10,00 (dez reais) cada uma, formado por R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em moeda corrente no País

Parágrafo único. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelos sócios da seguinte forma:

Nome do Sócio	Qtd Quotas	Valor Em R\$	%
GUSTAVO PINTO DE MIRANDA	5000	50.000,00	100,00
TOTAL:	5000	50.000,00	100,00

Érica Cristina de Lima
Escritor
Serviço Notarial e de Protesto
de Títulos e Documentos
Congonhinhas

**CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
UNIPESSOAL****G P DE MIRANDA LTDA****CLÁUSULA VI - DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 997, VI; 1.013, 1.015; 1.064, CC)**

A administração da sociedade será exercida pelo sócio **GUSTAVO PINTO DE MIRANDA** que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

CLÁUSULA VII - DO BALANÇO PATRIMONIAL (art. 1.065, CC)

Ao término de cada exercício, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (art. 1.011, § 1º CC e art. 37, II da Lei nº 8.934 de 1994)

O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA IX - DO PRÓ LABORE

O sócio poderá, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore para o sócio administrador, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA X - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

CLÁUSULA XI - DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO

Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s) na continuidade da sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA XII - DA CESSÃO DE QUOTAS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA XIII - DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA XIV - PORTE EMPRESARIAL

O sócio declara que a sociedade se enquadra como Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC nº 123, de 2006)

Érica Cristina de Lima
Escritor
Serviço Notarial e de Protesto
de Títulos e Documentos
Condomínio

Gustavo Miranda

GPm
pc

**CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
UNIPESSOAL
G P DE MIRANDA LTDA**

CLAUSULA XV - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Congonhinhas - PR, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Paraná.

FIRMA RECONHECIDA

Congonhinhas - PR, 24 de maio de 2022

Gustavo Pinto de Miranda

GUSTAVO PINTO DE MIRANDA
Sócio/Administrador



Selo nº F324X7LqtZdzDmc4JeP9azWrs
Consulte esse selo em <https://selo.funarpem.com.br>

Reconheço por verdadeira a assinatura de GUSTAVO PINTO DE MIRANDA. Dou fé. Emol.: R\$10,73(VRC 43,60), Funrejus: R\$2,68, Selo: R\$1,02, FUNDEP: R\$0,54, Total: R\$14,97. Congonhinhas-PR, 25 de maio de 2022

Em Teste *[assinatura]* da Verdade

[assinatura]
Erica Cristina de Lima
Escrevente
Serviço Notarial e de Protesto
de Títulos e Documentos
Congonhinhas - PR

[assinatura]
Erica Cristina de Lima - Escrevente



TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, WALTER JOAO FERREIRA DE OLIVEIRA, com inscrição ativa no CRC/PI, sob o nº 022504, registrado em 04/11/1983, inscrito no CPF nº 16183347949, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
16183347949	022504	WALTER JOAO FERREIRA DE OLIVEIRA

CERTIFICO O REGISTRO EM 02/06/2022 08:44 SOB Nº 41210780871.
PROTOCOLO: 223381047 DE 02/06/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12207024592. CNPJ DA SEDE: 46633654000153.
NIRE: 41210780871. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 24/05/2022.
G P DE MIRANDA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br



Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

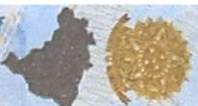
Nome Empresarial: G P DE MIRANDA LTDA NIRE : 41210780871 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada			Protocolo: PRC2318571707		
NIRE (Sede) 41210780871		CNPJ 46.633.654/0001-53		Data de Ato Constitutivo 02/06/2022	Início de Atividade 24/05/2022
Endereço Completo Rodovia PR 435, Nº SN, KM 12,, ESTÂNCIA SANTA RITA - Congonhinhas/PR - CEP 86320-000					
Objeto Social 0810006 EXTRAÇÃO DE AREIA, CASCALHO OU PEDREGULHO E BENEFICIAMENTO ASSOCIADO 4330499 OBRAS DE ACABAMENTO NA CONSTRUÇÃO CIVIL 2342702 FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CERÂMICA E BARRO COZIDO PARA USO NA CONSTRUÇÃO, EXCETO AZULEJOS E PISOS 2342701 FABRICAÇÃO DE AZULEJOS E PISOS					
Capital Social R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) Capital Integralizado R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)			Porte ME (Microempresa)		Prazo de Duração Indeterminado
Dados do Sócio					
Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
GUSTAVO PINTO DE MIRANDA	103.028.229-33	R\$ 50.000,00	Sócio	S	Indeterminado
Dados do Administrador					
Nome	CPF	Término do mandato			
GUSTAVO PINTO DE MIRANDA	103.028.229-33	Indeterminado			
Último Arquivamento					Situação
Data	Número	Ato/eventos			ATIVA
02/06/2022	20223381047	090 / 315 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA			Status SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 27/11/2023, às 08:44:12 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código G3IGQFMW.



PRC2318571707

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

2635433992

2635433992



2º NOME E SOBRENOME
GUSTAVO PINTO DE MIRANDA

1ª HABITAÇÃO
16/10/2013

1º DATA, LOCAL E UF DA HABILITAÇÃO
10/05/1995 SANTO ANTONIO DA PLATINA/PR

4ª DATA EMISSÃO 14/07/2023 **4ª VALIDADE** 23/05/2033 **4ª CATEGORIA** D

4ª DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF 10389016-9 SESP PR

4ª CNH 103.028.229-33 **5ª P. REGISTRO** 05906557402 **5ª CAT. HAB.** AD

NACIONALIDADE BRASILEIRO

PLACAO MARCELO PINTO DE MIRANDA

ASSINATURA DO DETENTOR ADRIANA RICARDO DE OLIVEIRA

	10	11	12
ACC			
A	23/05/2033		
A1			
B	23/05/2033		
B1			
C	23/05/2033		
C1			

13 OBSERVAÇÃO

14 ASSINATURA DO EMISSOR

15 DATA, LOCAL E UF DA HABILITAÇÃO
CURITIBA, PR

16 PARANA

17 ASSINATURA DO EMISSOR

18 DATA, LOCAL E UF DA HABILITAÇÃO
CURITIBA, PR

19 PARANA

20 DATA, LOCAL E UF DA HABILITAÇÃO
CURITIBA, PR

21 PARANA

22 DATA, LOCAL E UF DA HABILITAÇÃO
CURITIBA, PR

23 PARANA

3/10/20

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 46.633.654/0001-53 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 02/06/2022
NOME EMPRESARIAL G P DE MIRANDA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CERAMICA MIRANDA		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 08.10-0-06 - Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado 23.42-7-01 - Fabricação de azulejos e pisos 23.42-7-02 - Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos 43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção 47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO ROD PR 435	NÚMERO SN	COMPLEMENTO KM 12
CEP 86.320-000	BAIRRO/DISTRITO ESTÂNCIA SANTA RITA	MUNICÍPIO CONGONHINHAS
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTABIL.WALTER@GMAIL.COM		TELEFONE (43) 8414-2813/ (0000) 0000-0000
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 02/06/2022
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 22/11/2023 às 14:01:02 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



000140



RECEITA
ESTADUAL DO
PARANÁ



Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90949001-47	46.633.654/0001-53	06/2022

Empresa / Estabelecimento	
Nome Empresarial	G P DE MIRANDA LTDA
Título do Estabelecimento	CERAMICA MIRANDA
Endereço do Estabelecimento	ROD PR 435, SN, KM 12; - ESTANCIA SANTA RITA - CEP 86320-000 FONE: (43) 98414-2813
Município de Instalação	CONGONHINHAS - PR, DESDE 06/2022 (Estabelecimento Matriz)

Qualificação	
Situação Atual	ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 06/2022
Natureza Jurídica	206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	4744-0/99 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	2342-7/01 - FABRICACAO DE AZULEJOS E PISOS
	2342-7/02 - FABRICACAO DE ARTEFATOS DE CERAMICA E BARRO COZIDO PARA USO NA CONSTRUCAO, EXCETO AZULEJOS E PISOS
	4744-0/04 - COMERCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS
	0810-0/06 - EXTRACAO DE AREIA, CASCALHO OU PEDREGULHO E BENEFICIAMENTO ASSOCIADO
	4330-4/99 - OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUCAO

Quadro Societário			
Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	103.028.229-33	GUSTAVO PINTO DE MIRANDA	SÓCIO-ADMINISTRADOR

Este CICAD tem validade até 23/12/2023.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90949001-47

Emitido Eletronicamente via Internet
23/11/2023 8:51:59

 Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

Handwritten signature

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS**

ESTADO DO PARANÁ

ALVARÁ DE LICENÇA

Nº215/2023

O Prefeito Municipal de Congonhinhas, na forma da Lei, por este título concede Alvará de Licença :

NOME / RAZÃO SOCIAL

Nome/Razão Social

G P DE MIRANDA LTDA

CPF/CNPJ

46.633.654/0001-53

Cód. Econômico

947

ENDEREÇO

Logradouro RODOVIA PR 435, KM 12

Número: S/N

Bairro: ESTÂNCIA SANTA RITA

CEP: 86320-000

Cidade: Congonhinhas

UF: PR

ATIVIDADE

- 4744099 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
- 0810001 - Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado
- 2342702 - Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos
- 2342701 - Fabricação de azulejos e pisos
- 4330499 - Outras obras de acabamento da construção
- 4744004 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas

OBSERVAÇÃO: Sempre que houver alteração que modifique a categoria do estabelecimento ou mudança de local, o licenciado deverá apresentar este título para efeito de registro.

Emitido em: 23/11/2023

VÁLIDO ATÉ : 28/02/2024IVANI MARA BARRETO
DA SILVA:58820248972Assinado de forma digital por IVANI
MARA BARRETO DA SILVA:58820248972
Dados: 2023.11.23 16:44:55 -03'00'JEFERSON DO
NASCIMENTO
PENA:07999702986Assinado de forma digital por
JEFERSON DO NASCIMENTO
PENA:07999702986
Dados: 2023.11.23 16:42:39 -03'00'

Ivani Mara Barreto da Silva
Secretária Municipal de Fazenda

Jeferson do Nascimento Pena
Divisão de Lançadoria e Fiscalização Tributária

ESTE ALVARÁ É PESSOAL E INTRANSFERÍVEL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: G P DE MIRANDA LTDA
CNPJ: 46.633.654/0001-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:14:40 do dia 07/08/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/02/2024.

Código de controle da certidão: **0F71.7425.E7E1.48C5**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

000143

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 032279077-50

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **46.633.654/0001-53**
Nome: **G P DE MIRANDA LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 21/03/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS

ESTADO DO PARANÁ
Departamento de Tributação

000144

NÚMERO

195

VÁLIDO ATÉ

22/01/2024

CERTIDÃO NEGATIVA

Cadastro Municipal

947

CNPJ / CPF

46.633.654/0001-53

RAZÃO SOCIAL / NOME

G P DE MIRANDA LTDA

SITUADO À

Rodovia RODOVIA PR 435, KM 12, nº S/N - Bairro : ESTÂNCIA SANTA RITA

NOME FANTASIA

CERÂMICA MIRANDA

INÍCIO DE ATIVIDADE

20 / 06 / 2022

SITUAÇÃO DO CADASTRO

Em atividade

Cód. CNAE	Descrição CNAE
4744004	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
4330499	Outras obras de acabamento da construção
2342701	Fabricação de azulejos e pisos
2342702	Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos
0810001	Extração de ardósia e beneficiamento associado
4744099	Comércio varejista de materiais de construção em geral

CERTIFICAMOS, que verificando os arquivos do Cadastro Geral dos Contribuintes deste órgão consta que o referido cadastro NÃO está em atraso para com os cofres desta municipalidade, até a presente data, com referência a TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÍVIDA ATIVA DE SUAS ATIVIDADES ECONÔMICAS, ressalvo o direito da Fazenda Pública Municipal de cobrar as dívidas posteriormente, apuradas, mesmo referentes à períodos nesta Certidão compreendidos.

Congonhinhas (PR) , 23 de Novembro de 2023.

IVANI MARA BARRETO
DA SILVA:58820248972

Assinado de forma digital por IVANI
MARA BARRETO DA SILVA:58820248972
Dados: 2023.11.23 15:56:33 -03'00'

Divisão de Lançadoria e Fiscalização Tributária

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 46.633.654/0001-53
Razão Social: G P DE MIRANDA LTDA
Endereço: ROD PR 435 SN / ESTANCIA SANTA RITA / CONGONHINHAS / PR / 86320-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/12/2023 a 05/01/2024

Certificação Número: 2023120720042381655500

Informação obtida em 14/12/2023 08:25:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: G P DE MIRANDA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 46.633.654/0001-53

Certidão nº: 66296861/2023

Expedição: 22/11/2023, às 14:02:20

Validade: 20/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **G P DE MIRANDA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **46.633.654/0001-53**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO****Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica**

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 22/11/2023 14:20:36

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **G P DE MIRANDA LTDA**
CNPJ: **46.633.654/0001-53**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Erro**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Erro**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO****Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica**

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 22/12/2023 09:13:24

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **G P DE MIRANDA LTDA**
CNPJ: **46.633.654/0001-53**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



Consulta de Impedidos de Licitar

CPF: 10302822933

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Gloria' followed by a small circular stamp.



Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 46633654000153

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "Jm" or "Jm" followed by a flourish.

Data da consulta: 22/11/2023 14:20:23

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **46.633.654/0001-53**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **G P DE MIRANDA LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 02/06/2022**Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**[+ Mais informações](#)[Voltar](#)[Gerar PDF](#)

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO****CERTIDÃO NEGATIVA****DE****LICITANTES INIDÔNEOS**

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **GUSTAVO PINTO DE MIRANDA**

CPF/CNPJ: **103.028.229-33**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA** que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:18:02 do dia 22/11/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: A1HF221123141802

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Assinatura manuscrita em azul, com o nome 'Gustavo' e o sobrenome 'Pinto de Miranda' visíveis, acompanhada de um círculo de rascunho.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **G P DE MIRANDA LTDA**

CPF/CNPJ: **46.633.654/0001-53**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA** que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:16:37 do dia 22/11/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: N7LD221123141637

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Assinatura manuscrita em azul, com uma data '22' escrita ao lado.

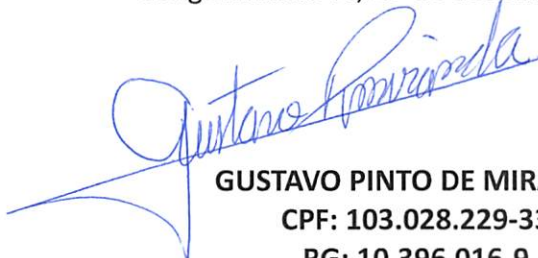
CERAMICA MIRANDA
G P DE MIRANDA LTDA
CNPJ: 46.633.654/0001-53
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90949001-47
ROD PR 435, KM 12, SN, ESTANCIA SANTA RITA, CONGONHINHAS – PR – 86.320-000

DECLARAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

A empresa licitante **G P DE MIRANDA LTDA**, representada por **GUSTAVO PINTO DE MIRANDA**, portador da Carteira de Identidade nº 10.396.016-9 e do CPF nº 103.028.229-33, residente e domiciliado à Rua Projetada A, nº 68, Vila Ribeiro, Congonhinas, Estado do Paraná, declara não possuir bem imóveis em seu patrimônio.

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Congonhinas-Pr, 19 de dezembro de 2023



GUSTAVO PINTO DE MIRANDA
CPF: 103.028.229-33
RG: 10.396.016-9
REPRESENTANTE LEGAL



CERAMICA MIRANDA
G P DE MIRANDA LTDA
CNPJ: 46.633.654/0001-53
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90949001-47
ROD PR 435, KM 12, SN, ESTANCIA SANTA RITA, CONGONHINHAS – PR – 86.320-000

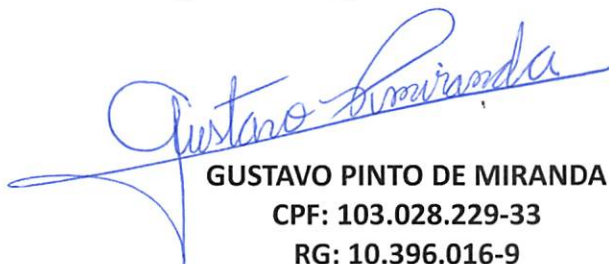
DECLARAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Eu, **GUSTAVO PINTO DE MIRANDA**, portador da Carteira de Identidade nº 10.396.016-9 e do CPF nº 103.028.229-33, residente e domiciliado à Rua Projetada A, nº 68, Vila Ribeiro, Congonhinhas, Estado do Paraná, declaro para os devidos fins que até a presente data o meu patrimônio é constituído pelo bem abaixo relacionado:

- Imóvel urbano localizado à Rua Projetada A, nº 68, Vila Ribeiro, Congonhinhas, sob a matrícula nº. 6.543, contendo construção de alvenaria de 40,00 m², informo ainda que o presente imóvel é objeto de financiamento.

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Congonhinhas-Pr, 19 de dezembro de 2023


GUSTAVO PINTO DE MIRANDA
CPF: 103.028.229-33
RG: 10.396.016-9





ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CONGONHINHAS
SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Haline Ottoni Alcântara Costa - Oficial

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

REGISTRO DE IMÓVEIS

CNPJ: 78.028.040/0001-39

Praça Nossa Senhora Aparecida, 27
Fone: (43) 3554-1134
CEP 86.320-000
Congonhinhas - Paraná

REGISTRO GERAL

MATRICULA Nº 6.543.

FICHA

RUBRICA

MATRICULA Nº. 6.543

DATA: 02 de Junho de 2015

Um terreno urbano com a área de 200,00 metros quadrados, constituído pelo lote nº 0803, da quadra nº 0084, com a inscrição municipal nº 01.04.001.0084.0803.001, denominado Área Desmembrada 05, situado na Rua Projetada, Bairro Vila Ribeiro, nesta cidade, obedecendo o seguinte Memorial Descritivo: Inicia-se no marco 82 cravado a 40,00 metros do cruzamento da Seila Pianelli Caetano Mota com Vilson Francisco Xavier; daí segue com AZ 270°00'00'' - 20,00 metros confrontando com Área Desmembrada 04 até o marco 77, daí segue com AZ 360°00'00'' - 10,00 metros confrontando com Rua Projetada até o marco 76; daí segue com AZ 270°00'00'' - 20,00 metros confrontando com a Área Desmembrada 06 até o marco 81; daí segue com AZ 180°00'00'' - 10,00 metros confrontando com Moacir Teixeira da Silva até o marco 82; início e fim deste levantamento. Nova Fátima 30 de outubro de 2.013. (a.) Luiz Carlos Xavier, Engenheiro Agrônomo - CREA/SP - 5061059350/D. PROPRIETÁRIO: **VILSON FRANCISCO XAVIER**, brasileiro, casado, agricultor, portador da CI. RG. nº 1.358.444-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 326.492.079-49, residente e domiciliado na Rua Ângelo Marcolini, nº 280, em Nova Fátima - Pr. TÍTULO ANTERIOR: Matrícula nº 6.333, de 30/10/2.013, do Livro nº 2, de Registro Geral, deste Cartório. Protocolo nº 42.134, de 02/06/2015. MMDF/Congonhinhas, 02 de junho de, 2015. Custas: 30,00 VRC. (R\$: 5,01). Eu, [Assinatura], (Michelly Marçon Dallamuta Figueiredo), Escrevente Substituta.

R-1/M-6.543: Protocolo nº 42.634 de 22 de fevereiro de 2.016. Nos termos da Escritura Pública de Venda e Compra, lavrada no Serviço Notarial desta cidade, no livro nº 142, folhas nºs 083/084, em data de 26 de janeiro de 2.016. O imóvel constante na presente matrícula, foi adquirido por **APARECIDA MARTINS DA CUNHA**, brasileira, viúva, aposentada, portadora da CI. RG. nº 19.846.611-0, expedida pela SSP/SP., em 31/08/2015, inscrita no CPF/MF. sob nº 174.474.148-10, residente e domiciliada na Avenida Duque de Caxias, nº 111, nesta cidade, por compra feita a **VILSON FRANCISCO XAVIER**, já qualificado, e sua mulher **ELIZABETE GONÇALVES DE OLIVEIRA XAVIER**, brasileira, casados pelo regime de comunhão de bens, em 21/02/1976, anterior a Lei nº 6515/77, aposentada, portadora da CI. RG. nº 2.262.268-4, expedida pela SSP/PR., inscrita no CPF/MF. sob nº 938.820.419-00, residentes e domiciliados na Rua Ângelo Marcolini, nº 280, na cidade de Nova Fátima-PR, pelo valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais). Pago o Imposto Inter-vivos (ITBI), 2% R\$ 600,00, em data de 25/01/2016. Certidão de Tributo Municipal nº 016/2016, expedido em 22/01/2016, pela Prefeitura Municipal desta cidade, validade por 60 dias. Relatórios de Consulta de Indisponibilidade, Resultados: Negativo, Códigos HASH: eb8d. b336. 33bf. db78. 3689. d29d. 3d17. 24ff. fecf. e9e6 e df28. ebf2. fc9e. ef28. 7cd9. 3dbf. 924c. 767c. 1050. 26fe, expedidos em 26/01/2016, pela Central Nacional de Indisponibilidade de Bens. Certifico que foram apresentadas todas as demais certidões exigidas por lei constantes na escritura e que Dispensa a apresentação das Certidões descritas na Lei 7.433/1.985, com nova redação dada pela Lei 13.097/2015. Taxa do funrejus: R\$ 60,00, paga pelo Serviço Notarial, conforme guia nº 24000000001252664-2, arquivada neste cartório sob nº 150, pasta nº 10. EMITIDA A DOI, por este Serviço Registral. Demais condições: as constantes na escritura. O Referido é verdade e dou fé.

SEGUIE NO VERSO

Certidão emitida pelo SREI
www.registradores.org.br

Registadores

Este documento foi assinado digitalmente por HALINE OTTONI ALCANTARA COSTA MONGE - 1207/2021 14:07



ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CONGONHINHAS
SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Haline Ottoni Alcântara Costa - Oficial

Para verificar a autenticidade, acesse <https://www.registradores.org.br/validacao.aspx> e digite o hash 4fecddbf-c57c-42cc-b359-443829098998

MMDF/Congonhinhas, 22 de fevereiro de 2.016. Custas: 3.652,00 VRC. (R\$: 664,68). Protocolo: 10,00 VRC. (R\$: 1,82). Arquivamento: 7,00 VRC. (R\$: 1,27) + R\$: 4,00 selo/funärpen + R\$ 0,77 Funrejus. SELO DIGITAL N° 11Pro. 9ApZ. 4k4ng, Controle: zFKL1. 8AVS. Eu, (Michelly Marçon Dallamuta Figueiredo), Escrevente Substituta.

AV-2/M-6.543: Protocolo nº 46.608 de 07/04/2021. **CONSTRUÇÃO.** À vista do Requerimento encaminhado pela proprietária à Oficial desta Serventia, 03/03/2021, em forma legal, instruído com Certidão Narrativa nº 05/2.021, datada de 06/04/2021, Alvará de Licença para Construção nº 000017, datado de 28/07/2016, Habite-se nº 000006, datado de 06/04/2021, todos expedidos pelo Município de Congonhinhas-Pr, Projeto arquitetônico, aprovado em data de 27/07/2016, RRT nº 000004562462, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e Declaração de Dispensa de Apresentação de CND, firmada pela proprietária, datada de 20/04/2016, procede-se a esta averbação para constar que sobre o imóvel da presente matrícula foi edificada uma construção residencial com 40,00 metros quadrados, em alvenaria de tijolos, avaliada em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Funrejus de 0.2%: Isento, nos termos do art. 3º, VII, letra b, item 14 da Lei 12.216/98. Emolumentos: R\$ 443,98, correspondentes a 4.092,00 VRC. Fundep: R\$ 22,20. ISS: R\$ 13,32. Selo: R\$ 5,25 SELO DIGITAL N° 1815185AVAA0000000040821L. MMDF/HOAC. Congonhinhas-PR, 14/04/2021. Eu, (Michelly Marçon Dallamuta Figueiredo), Escrevente.

Certidão emitida pelo SREI
www.registradores.org.br

Registradores

Esse documento foi assinado digitalmente por HALINE OTTONI ALCANTARA COSTA MONGE - 12/07/2021 14:07



ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CONGONHINHAS
SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Haline Ottoni Alcântara Costa - Oficial

Certifico, nos termos do art. 19, § 1º da Lei nº 6.015/73 e art. 582 do CNCGJPR, que a presente cópia reprográfica é reprodução fiel da Matrícula nº 6.543, desta Serventia.

O referido é verdade e dou fé.

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Haline Ottoni A. Costa Monge
Oficial Registradora Titular
Michelly Marçon Dallamuta Figueiredo
Escrevente Substituta
Praça Nossa Senhora Aparecida, 27
Centro - CEP: 86.320-000
CONGONHINHAS - PR
TEL: (43) 3554-1134

Congonhinhas, 12 de Julho de 2021.-

Emolumentos:

01 Certidão de Inteiro Teor..... R\$ 30,20 - 139,17 VRC
01 Selo Funarpen..... R\$ 5,25 - 24,19 VRC
05 Buscas: cada 10 (dez) anos..... R\$ 3,25 - 15,00 VRC
ISS R\$ 1,00
Funrejus: R\$ 8,36
Fadep: R\$ 1,67
Total: R\$ 49,74



Pedido/Guia nº: 10.937

Certidão emitida pelo SREI
www.registradores.org.br

Registradores

Esse documento foi assinado digitalmente por HALINE OTTONI ALCANTARA COSTA MONGE - 12/07/2021 14:07

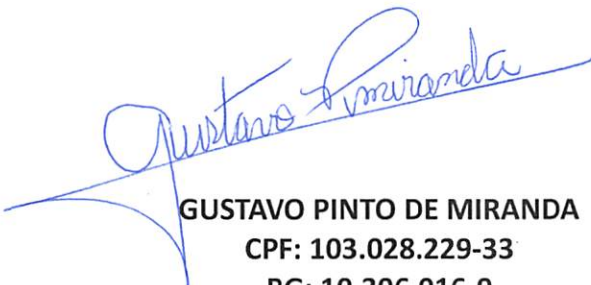
CERAMICA MIRANDA
G P DE MIRANDA LTDA
CNPJ: 46.633.654/0001-53
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90949001-47
ROD PR 435, KM 12, SN, ESTANCIA SANTA RITA, CONGONHINHAS – PR – 86.320-000

ANEXO III
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2023 – PMC

PROCURAÇÃO

G P DE MIRANDA LTDA, CNPJ nº 46.633.654/0001-53, Rod Pr 435, KM 12, Sn, Estancia Santa Rita, Congonhinas, Estado do Paraná, 86.320-000, por meio de seu Representante Legal o Sr. **GUSTAVO PINTO DE MIRANDA**, RG Nº 10.396.016-9 e CPF nº 103.028.229-33, Socio Administrador, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. **GUSTAVO PINTO DE MIRANDA**, RG n 10.396.016-9 e CPF nº 103.028.229-33, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Concorrência Publica nº 002/2023, outorgando ainda poderes específicos para interpor recursos e/ou desistir de sua interposição, prestar declarações, assinar Contratos e praticar todos os atos necessários a este procedimento licitatório.

Congonhinas-Pr, 19 de dezembro de 2023



GUSTAVO PINTO DE MIRANDA
CPF: 103.028.229-33
RG: 10.396.016-9
REPRESENTANTE LEGAL



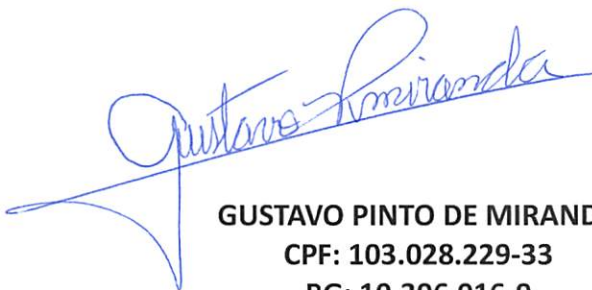
CERAMICA MIRANDA
G P DE MIRANDA LTDA
CNPJ: 46.633.654/0001-53
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90949001-47
ROD PR 435, KM 12, SN, ESTANCIA SANTA RITA, CONGONHINHAS – PR – 86.320-000

ANEXO IV
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2023 - PMC
DECLARAÇÃO (Decreto nº 4.358, de 05.09.2002)

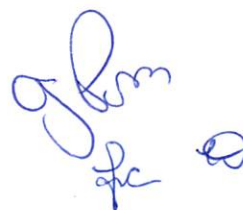
G P DE MIRANDA LTDA, inscrito no CNPJ nº 46.633.654/0001-53, por intermédio de seu representante legal o Sr. **GUSTAVO PINTO DE MIRANDA**, portador da Carteira de Identidade nº 10.396.016-9 e do CPF Nº 103.028.229-33, DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Congonhinhas-Pr, 19 de dezembro de 2023



GUSTAVO PINTO DE MIRANDA
CPF: 103.028.229-33
RG: 10.396.016-9
REPRESENTANTE LEGAL

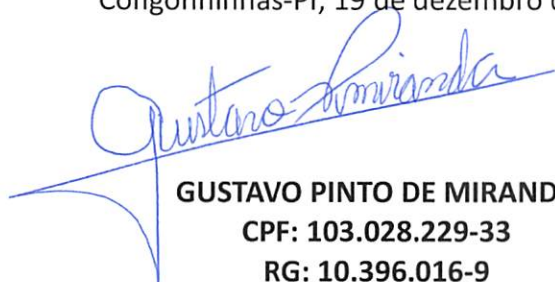


CERAMICA MIRANDA
G P DE MIRANDA LTDA
CNPJ: 46.633.654/0001-53
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90949001-47
ROD PR 435, KM 12, SN, ESTANCIA SANTA RITA, CONGONHINHAS – PR – 86.320-000

ANEXO V
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2023 – PMC
DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO DA LICITANTE

A **G P DE MIRANDA LTDA**, inscrito no CNPJ nº 46.633.654/0001-53, por intermédio de seu representante legal o Sr. **GUSTAVO PINTO DE MIRANDA**, portador da Carteira de Identidade nº 10.396.016-9 e do CPF Nº 103.028.229-33, ao final firmado, DECLARA, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das hipóteses de impedimento para sua habilitação na presente licitação, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses previstas neste Edital de Concorrência Pública do Município de Congonhinhas Nº 002/2023, bem como de que está ciente da obrigatoriedade de declarar qualquer ocorrência posterior, caso sagre-se vencedora no presente certame.

Congonhinhas-Pr, 19 de dezembro de 2023



GUSTAVO PINTO DE MIRANDA
CPF: 103.028.229-33
RG: 10.396.016-9
REPRESENTANTE LEGAL



CERAMICA MIRANDA
G P DE MIRANDA LTDA
CNPJ: 46.633.654/0001-53
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90949001-47
ROD PR 435, KM 12, SN, ESTANCIA SANTA RITA, CONGONHINHAS – PR – 86.320-000

ANEXO VI
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2023 - PMC
DECLARAÇÃO DE QUE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E CONDIÇÕES PARA
O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

A Empresa Licitante **G P DE MIRANDA LTDA**, inscrita no CNPJ nº. 46.633.654/0001-53, por intermédio de seu representante legal o Sr. **GUSTAVO PINTO DE MIRANDA**, portador da Carteira de Identidade nº 10.396.016-9 e do CPF nº 103.028.229-33, ao final firmado, em conformidade com os termos do Edital de Concorrência nº 002/2023, bem como por exigência da Lei nº 8666/93, art. 30, III, DECLARA estar ciente de todas as condições relativas ao objeto da referida Concorrência em curso, a qual destina-se a concessão de direito real gratuito de uso de bem público para fins industriais, eis que tomou conhecimento de todas as informações, bem como das condições para cumprimento das obrigações, objeto da licitação, através da aquisição do Edital e seus Anexos disponibilizados pelo Município.

Congonhinhas-Pr, 19 de dezembro de 2023



GUSTAVO PINTO DE MIRANDA
CPF: 103.028.229-33
RG: 10.396.016-9
REPRESENTANTE LEGAL

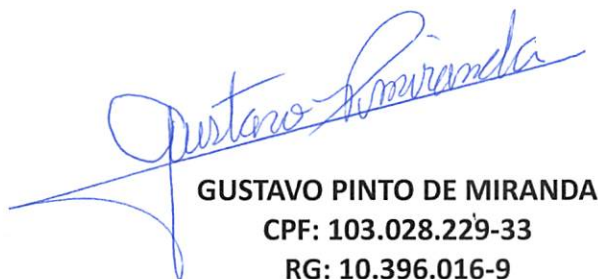


CERAMICA MIRANDA
G P DE MIRANDA LTDA
CNPJ: 46.633.654/0001-53
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90949001-47
ROD PR 435, KM 12, SN, ESTANCIA SANTA RITA, CONGONHINHAS – PR – 86.320-000

ANEXO VII
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2023 - PMC
DECLARAÇÃO QUADRO SOCIETÁRIO

G P DE MIRANDA LTDA, CNPJ nº 46.633.654/0001-53, sediada em Congonhinhas-Pr, sito a Rod PR 435, KM 12, Sn, Estancia Santa Rita, declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário servidor público ou da ativa, parlamentar ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, bem como, de que não possui impedimentos previstos nos artigos 36 e 85 da Lei Orgânica do Município de Congonhinhas.

Congonhinhas-Pr, 19 de dezembro 2023



GUSTAVO PINTO DE MIRANDA
CPF: 103.028.229-33
RG: 10.396.016-9
REPRESENTANTE LEGAL



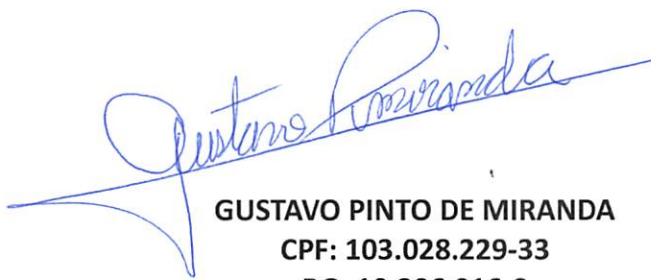
CERAMICA MIRANDA
G P DE MIRANDA LTDA
CNPJ: 46.633.654/0001-53
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90949001-47
ROD PR 435, KM 12, SN, ESTANCIA SANTA RITA, CONGONHINHAS – PR – 86.320-000

ANEXO IX
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2023 - PMC
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL

A empresa licitante **G P DE MIRANDA LTDA**, declara que tem conhecimento dos imóveis localizados no perímetro urbano desta cidade, declarando assim estar ciente de todas as suas condições bem como às relativas ao objeto da referida licitação, não podendo alegar desconhecimento posterior.

Declaro ter ficado ciente de todas as condições do objeto licitado.

Congonhinhas-Pr, 19 de dezembro de 2023



GUSTAVO PINTO DE MIRANDA
CPF: 103.028.229-33
RG: 10.396.016-9
REPRESENTANTE LEGAL



CERAMICA MIRANDA
G P DE MIRANDA LTDA
CNPJ: 46.633.654/0001-53
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90949001-47
ROD PR 435, KM 12, SN, ESTANCIA SANTA RITA, CONGONHINHAS – PR – 86.320-000

ANEXO X
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2023 – PMC

1. DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL: G P DE MIRANDA LTDA
NOME FANTASIA: CERAMICA MIRANDA
DATA DA CONSTITUIÇÃO: 02/06/2022 CNPJ: 46.633.654/0001-53
ENDEREÇO: ROD PR 435, KM 12, SN, ESTANCIA SANTA RITA, CONGONHINHAS – PR -
86.320-000
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90949001-47 INSCRIÇÃO MUNICIPAL:
TELEFONE: 43 98414-2813

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO: GUSTAVO PINTO DE MIRANDA
CARGO OU FUNÇÃO: SOCIO ADMINISTRADOR
IDENTIDADE Nº: 10.396.016-9
CPF/MF Nº.: 103.028.229-33

3. DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO ELETRÔNICO DA EMPRESA E-MAIL:

Declaramos que o Domicílio Eletrônico da Empresa para o recebimento de informações do processo, alerta de avisos, notificações e decisões administrativas, é:

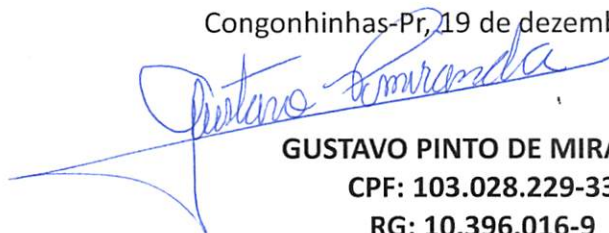
E-MAIL:

Obs.: Informar apenas 1 (um) e-mail como domicílio eletrônico da empresa. Havendo mais de um e-mail informado, será considerado somente o primeiro da lista.

4. DECLARAÇÃO DE ASSINATURA POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL:

Declaramos estar ciente que, o representante legal indicado neste documento, será o signatário do "Contrato", o qual deverá assinar o documento eletrônico em formato "PDF", por certificação digital, caso assim solicitado.

Congonhinhas-Pr, 19 de dezembro de 2023



GUSTAVO PINTO DE MIRANDA
CPF: 103.028.229-33
RG: 10.396.016-9
REPRESENTANTE LEGAL





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro autenticados automaticamente os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, em conformidade com o Art. 10 da IN DREI 82/2021 e com base nas informações prestadas pelo solicitante, sob a autenticidade nº 12316890345 em 27/11/2023, protocolo 238291308. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (<http://www.empresafacil.pr.gov.br>) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	G P DE MIRANDA LTDA
Número de Registro:	41210780871
CNPJ:	46633654000153
Município:	Congonhinhas

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	1
Período de Escrituração:	02/06/2022 - 31/12/2022

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
16183347949	WALTER JOAO FERREIRA DE OLIVEIRA	PRPR022504/O-9
46633654000153	G P DE MIRANDA LTDA	



CONFORME ART. 10 DA IN DREI 82/2021,
CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO AUTOMÁTICA EM 27/11/2023 08:52 SOB N°
20238291308.
PROTOCOLO: 238291308 DE 23/11/2023. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12316890345. NIRE: 41210780871.
G P DE MIRANDA LTDA

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
CURITIBA, 27/11/2023
empresafacil.pr.gov.br

Termo de Abertura

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 1

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 20, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa G P DE MIRANDA LTDA, município Congonhinhas, CNPJ nº 46.633.654/0001-53, Número de Registro (NIRE) 41210780871.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro(amos), sob as penas da Lei, que o livro apresentado para autenticação preenche todas as formalidades legais exigíveis, bem como que estou(amos) devidamente habilitado(s) para assinatura dos termos de abertura e de encerramento do livro.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 02/06/2022

Ato constitutivo: 41210780871

Congonhinhas, 02/06/2022

WALTER JOAO FERREIRA DE OLIVEIRA
CONTADOR
CRC/PR PR022504/O-9

G P DE MIRANDA LTDA
PESSOA JURÍDICA
CNPJ 46.633.654/0001-53

GP
pc *Q*

G P DE MIRANDA LTDA

CNPJ: 46.633.654/0001-53

Livro Diario

Fl. 2

Data	Devedora	Credora	Documento	Ordem	Historico	Valor
02/06/2022	9.1.01.001.02951	2.3.01.001.00600		0600001	Balanco de abertura em 02/06/2022	50.000,00
02/06/2022	1.2.03.001.00240	9.1.01.001.02951		0600002	Balanco de abertura em 02/06/2022	15.000,00
02/06/2022	1.2.03.001.00241	9.1.01.001.02951		0600003	Balanco de abertura em 02/06/2022	10.000,00
02/06/2022	1.2.03.001.00243	9.1.01.001.02951		0600004	Balanco de abertura em 02/06/2022	5.000,00
02/06/2022	1.2.03.001.00245	9.1.01.001.02951		0600005	Balanco de abertura em 02/06/2022	20.000,00
23/06/2022	1.1.01.001.00001	8.1.01.001.00770		0600006	Saidas do dia cf. nota	3.619,00
30/07/2022	1.1.01.001.00001	8.1.01.001.00770		0700005	Saidas de mercadorias	8.454,00
31/07/2022	8.5.02.001.02040	2.1.01.004.00520		0700001	SALARIO a pagar	3.774,00
31/07/2022	8.3.02.001.00988	2.1.01.005.00531		0700003	F.G.T.S. a pagar	301,92
31/07/2022	8.5.02.001.02049	2.1.01.005.00530		0700004	Desconto de I.N.S.S.	285,12
01/08/2022	8.2.03.001.00905	2.1.01.006.00540		0800009	Simples 08/2022	527,60
04/08/2022	1.1.01.001.00001	8.1.01.001.00770		0800010	Saidas do dia cf. nota	6.075,00
05/08/2022	2.1.01.004.00520	1.1.01.001.00001		0800006	Pgt. Salarios 07/2022	3.774,00
05/08/2022	1.1.01.001.00001	8.1.01.001.00770		0800011	Saidas do dia cf. nota	6.210,00
07/08/2022	2.1.01.005.00531	1.1.01.001.00001		0800007	Pgt. FGTS 07/2022	301,92
20/08/2022	2.1.01.005.00530	1.1.01.001.00001		0800008	Pgt. INSS 07/2022	285,12
22/08/2022	1.1.01.001.00001	8.1.01.001.00770		0800012	Saidas do dia cf. nota	7.700,00
31/08/2022	8.5.02.001.02040	2.1.01.004.00520		0800002	SALARIO a pagar	7.531,20
31/08/2022	8.3.02.001.00988	2.1.01.005.00531		0800004	F.G.T.S. a pagar	609,47
31/08/2022	8.5.02.001.02049	2.1.01.005.00530		0800005	Desconto de I.N.S.S.	574,58
01/09/2022	8.2.03.001.00905	2.1.01.006.00540		0900015	Simples 09/2022	21,12
05/09/2022	2.1.01.004.00520	1.1.01.001.00001		0900007	Pgt. Salarios 08/2022	7.531,20
07/09/2022	2.1.01.005.00531	1.1.01.001.00001		0900008	Pgt. FGTS 08/2022	609,47
20/09/2022	2.1.01.005.00530	1.1.01.001.00001		0900009	Pgt. INSS 08/2022	574,58
20/09/2022	2.1.01.006.00540	1.1.01.001.00001		0900010	Pgt. Simples 08/2022	527,60
21/09/2022	8.3.01.001.00920	1.1.01.001.00001		0900012	Entradas do dia cf. nota	1.900,00
26/09/2022	1.1.01.001.00001	8.1.01.001.00770		0900011	Saidas do dia cf. nota	800,00
26/09/2022	8.3.01.001.00920	1.1.01.001.00001		0900013	Entradas do dia cf. nota	11.000,00
30/09/2022	8.5.02.001.02040	2.1.01.004.00520		0900003	SALARIO a pagar	10.122,00
30/09/2022	8.3.02.001.00988	2.1.01.005.00531		0900005	F.G.T.S. a pagar	861,11
30/09/2022	8.5.02.001.02049	2.1.01.005.00530		0900006	Desconto de I.N.S.S.	823,29
30/09/2022	1.1.01.001.00001	8.1.01.001.00770		0900014	Saidas de mercadorias	12.208,00
01/10/2022	8.2.03.001.00905	2.1.01.006.00540		1000022	Simples 10/2022	177,55
05/10/2022	2.1.01.004.00520	1.1.01.001.00001		1000017	Pgt. Salarios 09/2022	10.122,00
07/10/2022	2.1.01.005.00531	1.1.01.001.00001		1000018	Pgt. FGTS 09/2022	861,11
17/10/2022	1.1.01.001.00001	8.1.01.001.00770		1000020	Saidas do dia cf. nota	650,00
20/10/2022	2.1.01.005.00530	1.1.01.001.00001		1000019	Pgt. INSS 09/2022	823,29
20/10/2022	2.1.01.006.00540	1.1.01.001.00001		1000023	Pgt. Simples 09/2022	21,12
25/10/2022	1.1.01.001.00001	8.1.01.001.00770		1000021	Saidas do dia cf. nota	6.075,00
31/10/2022	8.5.02.001.02040	2.1.01.004.00520		1000004	SALARIO a pagar	7.560,00
31/10/2022	8.3.02.001.00988	2.1.01.005.00531		1000007	F.G.T.S. a pagar	702,54
31/10/2022	8.5.02.001.02049	2.1.01.005.00530		1000016	Desconto de I.N.S.S.	616,76
01/11/2022	8.2.03.001.00905	2.1.01.006.00540		1100010	Simples 11/2022	146,65
05/11/2022	2.1.01.004.00520	1.1.01.001.00001		1100007	Pgt. Salarios 10/2022	7.560,00
07/11/2022	2.1.01.005.00531	1.1.01.001.00001		1100008	Pgt. FGTS 10/2022	702,54
20/11/2022	2.1.01.005.00530	1.1.01.001.00001		1100009	Pgt. INSS 10/2022	616,76
20/11/2022	2.1.01.006.00540	1.1.01.001.00001		1100012	Pgt. Simples 10/2022	177,55
25/11/2022	1.1.01.001.00001	8.1.01.001.00770		1100011	Saidas do dia cf. nota	5.554,95
30/11/2022	8.5.02.001.02040	2.1.01.004.00520		1100003	SALARIO a pagar	7.560,00
30/11/2022	8.3.02.001.00988	2.1.01.005.00531		1100005	F.G.T.S. a pagar	661,99
30/11/2022	8.5.02.001.02049	2.1.01.005.00530		1100006	Desconto de I.N.S.S.	635,63
05/12/2022	2.1.01.004.00520	1.1.01.001.00001		1200016	Pgt. Salarios 11/2022	7.560,00
07/12/2022	2.1.01.005.00531	1.1.01.001.00001		1200017	Pgt. FGTS 11/2022	661,99
20/12/2022	2.1.01.005.00530	1.1.01.001.00001		1200018	Pgt. INSS 11/2022	635,63
20/12/2022	2.1.01.006.00540	1.1.01.001.00001		1200019	Pgt. Simples 11/2022	146,65
30/12/2022	1.1.01.001.00001	8.1.01.001.00770		1200025	Saidas de mercadorias	13.945,00
31/12/2022	8.5.02.001.02040	2.1.01.004.00520		1200004	SALARIO a pagar	5.136,00
31/12/2022	8.3.02.001.00988	2.1.01.005.00531		1200006	F.G.T.S. a pagar	531,90
31/12/2022	8.5.02.001.02049	2.1.01.005.00530		1200015	Desconto de I.N.S.S.	434,96
31/12/2022	8.3.02.001.01004	1.2.03.001.00240		1200020	Depreciação instalações	1.500,00
31/12/2022	8.3.02.001.01004	1.2.03.001.00241		1200021	Depreciação moveis	1.000,00
31/12/2022	8.3.02.001.01004	1.2.03.001.00243		1200022	Depreciação eqto escritorio	500,00
31/12/2022	8.3.02.001.01004	1.2.03.001.00245		1200023	Depreciação ferramentas	2.000,00
31/12/2022	9.1.01.001.02952	2.3.04.001.00672		1200026	Lucro do periodo	3.795,56
31/12/2022	2.3.04.001.00674	2.1.01.007.00560		1200027	GUSTAVO PINTO DE MIRANDA	3.795,56
31/12/2022	2.1.01.007.00560	1.1.01.001.00001		1200028	GUSTAVO PINTO DE MIRANDA	3.795,56
31/12/2022	8.1.01.001.00770	9.1.01.001.02953		1200029	Encerramento do Exercício.	71.290,95
31/12/2022	9.1.01.001.02953	8.2.03.001.00905		1200030	Encerramento do Exercício.	872,92
31/12/2022	9.1.01.001.02953	8.3.01.001.00920		1200031	Encerramento do Exercício.	12.900,00
31/12/2022	9.1.01.001.02953	8.3.02.001.00988		1200032	Encerramento do Exercício.	3.668,93
31/12/2022	9.1.01.001.02953	8.3.02.001.01004		1200033	Encerramento do Exercício.	5.000,00
31/12/2022	9.1.01.001.02953	8.5.02.001.02040		1200034	Encerramento do Exercício.	41.683,20

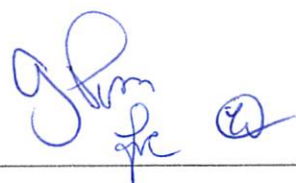
G P DE MIRANDA LTDA

CNPJ: 46.633.654/0001-53

Livro Diario

Fl. 3

Data	Devedora	Credora	Documento	Ordem	Historico	Valor
31/12/2022	9.1.01.001.02953	8.5.02.001.02049		1200035	Encerramento do Exercício.	3.370,34
31/12/2022	9.1.01.001.02953	9.1.01.001.02952		1200036	Encerramento do Exercício.	3.795,56



G P DE MIRANDA LTDA

CNPJ: 46.633.654/0001-53

Fl. 4

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO LEVANTADO EM 30/06/2022

Descricao	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo
ATIVO	50.000,00	3.619,00	0,00	53.619,00
CIRCULANTE	0,00	3.619,00	0,00	3.619,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	0,00	3.619,00	0,00	3.619,00
CAIXA GERAL	0,00	3.619,00	0,00	3.619,00
CAIXA	0,00	3.619,00	0,00	3.619,00
NÃO CIRCULANTE	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
IMOBILIZADO	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
BENS EM OPERAÇÃO	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
INSTALAÇÕES	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
MAQUINAS EQTO ESCRITÓRIO	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
FERRAMENTAS	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
PASSIVO	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
PATRIMONIO LIQUIDO	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
CAPITAL	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
CAPITAL SOCIAL	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
QUOTAS DE CAPITAL	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	3.619,00	3.619,00 -
RECEITAS	0,00	0,00	3.619,00	3.619,00 -
RECEITA BRUTA	0,00	0,00	3.619,00	3.619,00 -
VENDA DE MERCADORIAS	0,00	0,00	3.619,00	3.619,00 -
VENDA DE MERCADORIAS A VISTA	0,00	0,00	3.619,00	3.619,00 -
CONTAS TRANSITÓRIAS	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00
CONTAS TRANSITÓRIAS	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00
CONTAS TRANSITÓRIAS	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00
PTRIMONIAIS E RESULTADOS	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00
BALANÇO DE ABERTURA	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00



G P DE MIRANDA LTDA

CNPJ: 46.633.654/0001-53

Fl. 5

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO LEVANTADO EM 31/07/2022

Descricao	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo
ATIVO	53.619,00	8.454,00	0,00	62.073,00
CIRCULANTE	3.619,00	8.454,00	0,00	12.073,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.619,00	8.454,00	0,00	12.073,00
CAIXA GERAL	3.619,00	8.454,00	0,00	12.073,00
CAIXA	3.619,00	8.454,00	0,00	12.073,00
NÃO CIRCULANTE	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
IMOBILIZADO	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
BENS EM OPERAÇÃO	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
INSTALAÇÕES	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
MAQUINAS EQTO ESCRITÓRIO	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
FERRAMENTAS	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
PASSIVO	50.000,00 -	0,00	4.361,04	54.361,04 -
CIRCULANTE	0,00	0,00	4.361,04	4.361,04 -
OBRIGAÇÕES A PAGAR	0,00	0,00	4.361,04	4.361,04 -
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	0,00	0,00	3.774,00	3.774,00 -
SALARIOS A PAGAR	0,00	0,00	3.774,00	3.774,00 -
OBRIGAÇÕES COM ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	587,04	587,04 -
INSS A RECOLHER	0,00	0,00	285,12	285,12 -
FGTS A RECOLHER	0,00	0,00	301,92	301,92 -
PATRIMONIO LIQUIDO	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
CAPITAL	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
CAPITAL SOCIAL	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
QUOTAS DE CAPITAL	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.619,00 -	4.361,04	8.454,00	7.711,96 -
RECEITAS	3.619,00 -	0,00	8.454,00	12.073,00 -
RECEITA BRUTA	3.619,00 -	0,00	8.454,00	12.073,00 -
VENDA DE MERCADORIAS	3.619,00 -	0,00	8.454,00	12.073,00 -
VENDA DE MERCADORIAS A VISTA	3.619,00 -	0,00	8.454,00	12.073,00 -
CUSTOS	0,00	301,92	0,00	301,92
CUSTOS DOS SERVIÇOS	0,00	301,92	0,00	301,92
CUSTO SERVIÇOS VENDIDOS	0,00	301,92	0,00	301,92
FGTS	0,00	301,92	0,00	301,92
DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	4.059,12	0,00	4.059,12
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	4.059,12	0,00	4.059,12
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	4.059,12	0,00	4.059,12
SALARIOS E ORDENADOS	0,00	3.774,00	0,00	3.774,00
INSS	0,00	285,12	0,00	285,12

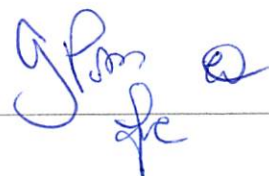
G P DE MIRANDA LTDA

CNPJ: 46.633.654/0001-53

Fl. 6

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO LEVANTADO EM 31/08/2022

Descricao	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo
ATIVO	62.073,00	19.985,00	4.361,04	77.696,96
CIRCULANTE	12.073,00	19.985,00	4.361,04	27.696,96
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.073,00	19.985,00	4.361,04	27.696,96
CAIXA GERAL	12.073,00	19.985,00	4.361,04	27.696,96
CAIXA	12.073,00	19.985,00	4.361,04	27.696,96
NÃO CIRCULANTE	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
IMOBILIZADO	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
BENS EM OPERAÇÃO	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
INSTALAÇÕES	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
MAQUINAS EQTO ESCRITÓRIO	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
FERRAMENTAS	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
PASSIVO	54.361,04 -	4.361,04	9.242,85	59.242,85 -
CIRCULANTE	4.361,04 -	4.361,04	9.242,85	9.242,85 -
OBRIGAÇÕES A PAGAR	4.361,04 -	4.361,04	9.242,85	9.242,85 -
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	3.774,00 -	3.774,00	7.531,20	7.531,20 -
SALARIOS A PAGAR	3.774,00 -	3.774,00	7.531,20	7.531,20 -
OBRIGAÇÕES COM ENCARGOS SOCIAIS	587,04 -	587,04	1.184,05	1.184,05 -
INSS A RECOLHER	285,12 -	285,12	574,58	574,58 -
FGTS A RECOLHER	301,92 -	301,92	609,47	609,47 -
OBRIGAÇÕES FISCAIS	0,00	0,00	527,60	527,60 -
SIMPLES A RECOLHER	0,00	0,00	527,60	527,60 -
PATRIMONIO LIQUIDO	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
CAPITAL	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
CAPITAL SOCIAL	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
QUOTAS DE CAPITAL	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
RESULTADO DO EXERCÍCIO	7.711,96 -	9.242,85	19.985,00	18.454,11 -
RECEITAS	12.073,00 -	0,00	19.985,00	32.058,00 -
RECEITA BRUTA	12.073,00 -	0,00	19.985,00	32.058,00 -
VENDA DE MERCADORIAS	12.073,00 -	0,00	19.985,00	32.058,00 -
VENDA DE MERCADORIAS A VISTA	12.073,00 -	0,00	19.985,00	32.058,00 -
DEDUÇÕES, ABATIMENTOS E AJUSTES	0,00	527,60	0,00	527,60
DEDUÇÕES	0,00	527,60	0,00	527,60
IMPOSTOS INCIDEN. S/ VENDAS	0,00	527,60	0,00	527,60
SIMPLES NACIONAL	0,00	527,60	0,00	527,60
CUSTOS	301,92	609,47	0,00	911,39
CUSTOS DOS SERVIÇOS	301,92	609,47	0,00	911,39
CUSTO SERVIÇOS VENDIDOS	301,92	609,47	0,00	911,39
FGTS	301,92	609,47	0,00	911,39
DESPESAS OPERACIONAIS	4.059,12	8.105,78	0,00	12.164,90
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	4.059,12	8.105,78	0,00	12.164,90
PESSOAL E ENCARGOS	4.059,12	8.105,78	0,00	12.164,90
SALARIOS E ORDENADOS	3.774,00	7.531,20	0,00	11.305,20
INSS	285,12	574,58	0,00	859,70



G P DE MIRANDA LTDA

CNPJ: 46.633.654/0001-53

Fl. 7

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO LEVANTADO EM 30/09/2022

Descrição	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo
ATIVO	77.696,96	13.008,00	22.142,85	68.562,11
CIRCULANTE	27.696,96	13.008,00	22.142,85	18.562,11
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	27.696,96	13.008,00	22.142,85	18.562,11
CAIXA GERAL	27.696,96	13.008,00	22.142,85	18.562,11
CAIXA	27.696,96	13.008,00	22.142,85	18.562,11
NÃO CIRCULANTE	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
IMOBILIZADO	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
BENS EM OPERAÇÃO	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
INSTALAÇÕES	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
MAQUINAS EQTO ESCRITÓRIO	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
FERRAMENTAS	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
PASSIVO	59.242,85 -	9.242,85	11.827,52	61.827,52 -
CIRCULANTE	9.242,85 -	9.242,85	11.827,52	11.827,52 -
OBRIGAÇÕES A PAGAR	9.242,85 -	9.242,85	11.827,52	11.827,52 -
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	7.531,20 -	7.531,20	10.122,00	10.122,00 -
SALARIOS A PAGAR	7.531,20 -	7.531,20	10.122,00	10.122,00 -
OBRIGAÇÕES COM ENCARGOS SOCIAIS	1.184,05 -	1.184,05	1.684,40	1.684,40 -
INSS A RECOLHER	574,58 -	574,58	823,29	823,29 -
FGTS A RECOLHER	609,47 -	609,47	861,11	861,11 -
OBRIGAÇÕES FISCAIS	527,60 -	527,60	21,12	21,12 -
SIMPLES A RECOLHER	527,60 -	527,60	21,12	21,12 -
PATRIMONIO LIQUIDO	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
CAPITAL	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
CAPITAL SOCIAL	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
QUOTAS DE CAPITAL	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
RESULTADO DO EXERCÍCIO	18.454,11 -	24.727,52	13.008,00	6.734,59 -
RECEITAS	32.058,00 -	0,00	13.008,00	45.066,00 -
RECEITA BRUTA	32.058,00 -	0,00	13.008,00	45.066,00 -
VENDA DE MERCADORIAS	32.058,00 -	0,00	13.008,00	45.066,00 -
VENDA DE MERCADORIAS A VISTA	32.058,00 -	0,00	13.008,00	45.066,00 -
DEDUÇÕES, ABATIMENTOS E AJUSTES	527,60	21,12	0,00	548,72
DEDUÇÕES	527,60	21,12	0,00	548,72
IMPOSTOS INCIDEN. S/ VENDAS	527,60	21,12	0,00	548,72
SIMPLES NACIONAL	527,60	21,12	0,00	548,72
CUSTOS	911,39	13.761,11	0,00	14.672,50
CUSTOS DAS MERCADORIAS	0,00	12.900,00	0,00	12.900,00
CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	0,00	12.900,00	0,00	12.900,00
COMPRA DE MERCADORIAS - A VISTA	0,00	12.900,00	0,00	12.900,00
CUSTOS DOS SERVIÇOS	911,39	861,11	0,00	1.772,50
CUSTO SERVIÇOS VENDIDOS	911,39	861,11	0,00	1.772,50
FGTS	911,39	861,11	0,00	1.772,50
DESPESAS OPERACIONAIS	12.164,90	10.945,29	0,00	23.110,19
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	12.164,90	10.945,29	0,00	23.110,19
PESSOAL E ENCARGOS	12.164,90	10.945,29	0,00	23.110,19
SALARIOS E ORDENADOS	11.305,20	10.122,00	0,00	21.427,20
INSS	859,70	823,29	0,00	1.682,99

G P DE MIRANDA LTDA

CNPJ: 46.633.654/0001-53

Fl. 8

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO LEVANTADO EM 31/10/2022

Descricao	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo
ATIVO	68.562,11	6.725,00	11.827,52	63.459,59
CIRCULANTE	18.562,11	6.725,00	11.827,52	13.459,59
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18.562,11	6.725,00	11.827,52	13.459,59
CAIXA GERAL	18.562,11	6.725,00	11.827,52	13.459,59
CAIXA	18.562,11	6.725,00	11.827,52	13.459,59
NÃO CIRCULANTE	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
IMOBILIZADO	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
BENS EM OPERAÇÃO	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
INSTALAÇÕES	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
MAQUINAS EQTO ESCRITÓRIO	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
FERRAMENTAS	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
PASSIVO	61.827,52 -	11.827,52	9.056,85	59.056,85 -
CIRCULANTE	11.827,52 -	11.827,52	9.056,85	9.056,85 -
OBRIGAÇÕES A PAGAR	11.827,52 -	11.827,52	9.056,85	9.056,85 -
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	10.122,00 -	10.122,00	7.560,00	7.560,00 -
SALARIOS A PAGAR	10.122,00 -	10.122,00	7.560,00	7.560,00 -
OBRIGAÇÕES COM ENCARGOS SOCIAIS	1.684,40 -	1.684,40	1.319,30	1.319,30 -
INSS A RECOLHER	823,29 -	823,29	616,76	616,76 -
FGTS A RECOLHER	861,11 -	861,11	702,54	702,54 -
OBRIGAÇÕES FISCAIS	21,12 -	21,12	177,55	177,55 -
SIMPLES A RECOLHER	21,12 -	21,12	177,55	177,55 -
PATRIMONIO LIQUIDO	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
CAPITAL	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
CAPITAL SOCIAL	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
QUOTAS DE CAPITAL	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
RESULTADO DO EXERCÍCIO	6.734,59 -	9.056,85	6.725,00	4.402,74 -
RECEITAS	45.066,00 -	0,00	6.725,00	51.791,00 -
RECEITA BRUTA	45.066,00 -	0,00	6.725,00	51.791,00 -
VENDA DE MERCADORIAS	45.066,00 -	0,00	6.725,00	51.791,00 -
VENDA DE MERCADORIAS A VISTA	45.066,00 -	0,00	6.725,00	51.791,00 -
DEDUÇÕES, ABATIMENTOS E AJUSTES	548,72	177,55	0,00	726,27
DEDUÇÕES	548,72	177,55	0,00	726,27
IMPOSTOS INCIDEN. S/ VENDAS	548,72	177,55	0,00	726,27
SIMPLES NACIONAL	548,72	177,55	0,00	726,27
CUSTOS	14.672,50	702,54	0,00	15.375,04
CUSTOS DAS MERCADORIAS	12.900,00	0,00	0,00	12.900,00
CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	12.900,00	0,00	0,00	12.900,00
COMPRA DE MERCADORIAS - A VISTA	12.900,00	0,00	0,00	12.900,00
CUSTOS DOS SERVIÇOS	1.772,50	702,54	0,00	2.475,04
CUSTO SERVIÇOS VENDIDOS	1.772,50	702,54	0,00	2.475,04
FGTS	1.772,50	702,54	0,00	2.475,04
DESPESAS OPERACIONAIS	23.110,19	8.176,76	0,00	31.286,95
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	23.110,19	8.176,76	0,00	31.286,95
PESSOAL E ENCARGOS	23.110,19	8.176,76	0,00	31.286,95
SALARIOS E ORDENADOS	21.427,20	7.560,00	0,00	28.987,20
INSS	1.682,99	616,76	0,00	2.299,75

G P DE MIRANDA LTDA

CNPJ: 46.633.654/0001-53

Fl. 9

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO LEVANTADO EM 30/11/2022

Descricao	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo
ATIVO	63.459,59	5.554,95	9.056,85	59.957,69
CIRCULANTE	13.459,59	5.554,95	9.056,85	9.957,69
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13.459,59	5.554,95	9.056,85	9.957,69
CAIXA GERAL	13.459,59	5.554,95	9.056,85	9.957,69
CAIXA	13.459,59	5.554,95	9.056,85	9.957,69
NÃO CIRCULANTE	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
IMOBILIZADO	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
BENS EM OPERAÇÃO	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
INSTALAÇÕES	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
MAQUINAS EQTO ESCRITÓRIO	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
FERRAMENTAS	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
PASSIVO	59.056,85 -	9.056,85	9.004,27	59.004,27 -
CIRCULANTE	9.056,85 -	9.056,85	9.004,27	9.004,27 -
OBRIGAÇÕES A PAGAR	9.056,85 -	9.056,85	9.004,27	9.004,27 -
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	7.560,00 -	7.560,00	7.560,00	7.560,00 -
SALARIOS A PAGAR	7.560,00 -	7.560,00	7.560,00	7.560,00 -
OBRIGAÇÕES COM ENCARGOS SOCIAIS	1.319,30 -	1.319,30	1.297,62	1.297,62 -
INSS A RECOLHER	616,76 -	616,76	635,63	635,63 -
FGTS A RECOLHER	702,54 -	702,54	661,99	661,99 -
OBRIGAÇÕES FISCAIS	177,55 -	177,55	146,65	146,65 -
SIMPLES A RECOLHER	177,55 -	177,55	146,65	146,65 -
PATRIMONIO LIQUIDO	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
CAPITAL	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
CAPITAL SOCIAL	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
QUOTAS DE CAPITAL	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.402,74 -	9.004,27	5.554,95	953,42 -
RECEITAS	51.791,00 -	0,00	5.554,95	57.345,95 -
RECEITA BRUTA	51.791,00 -	0,00	5.554,95	57.345,95 -
VENDA DE MERCADORIAS	51.791,00 -	0,00	5.554,95	57.345,95 -
VENDA DE MERCADORIAS A VISTA	51.791,00 -	0,00	5.554,95	57.345,95 -
DEDUÇÕES, ABATIMENTOS E AJUSTES	726,27	146,65	0,00	872,92
DEDUÇÕES	726,27	146,65	0,00	872,92
IMPOSTOS INCIDEN. S/ VENDAS	726,27	146,65	0,00	872,92
SIMPLES NACIONAL	726,27	146,65	0,00	872,92
CUSTOS	15.375,04	661,99	0,00	16.037,03
CUSTOS DAS MERCADORIAS	12.900,00	0,00	0,00	12.900,00
CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	12.900,00	0,00	0,00	12.900,00
COMPRA DE MERCADORIAS - A VISTA	12.900,00	0,00	0,00	12.900,00
CUSTOS DOS SERVIÇOS	2.475,04	661,99	0,00	3.137,03
CUSTO SERVIÇOS VENDIDOS	2.475,04	661,99	0,00	3.137,03
FGTS	2.475,04	661,99	0,00	3.137,03
DESPESAS OPERACIONAIS	31.286,95	8.195,63	0,00	39.482,58
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	31.286,95	8.195,63	0,00	39.482,58
PESSOAL E ENCARGOS	31.286,95	8.195,63	0,00	39.482,58
SALARIOS E ORDENADOS	28.987,20	7.560,00	0,00	36.547,20
INSS	2.299,75	635,63	0,00	2.935,38

G P DE MIRANDA LTDA

CNPJ: 46.633.654/0001-53

Fl. 10

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO LEVANTADO EM 31/12/2022

Descricao	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo
ATIVO	59.957,69	13.945,00	17.799,83	56.102,86
CIRCULANTE	9.957,69	13.945,00	12.799,83	11.102,86
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.957,69	13.945,00	12.799,83	11.102,86
CAIXA GERAL	9.957,69	13.945,00	12.799,83	11.102,86
CAIXA	9.957,69	13.945,00	12.799,83	11.102,86
NÃO CIRCULANTE	50.000,00	0,00	5.000,00	45.000,00
IMOBILIZADO	50.000,00	0,00	5.000,00	45.000,00
BENS EM OPERAÇÃO	50.000,00	0,00	5.000,00	45.000,00
INSTALAÇÕES	15.000,00	0,00	1.500,00	13.500,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10.000,00	0,00	1.000,00	9.000,00
MAQUINAS EQTO ESCRITÓRIO	5.000,00	0,00	500,00	4.500,00
FERRAMENTAS	20.000,00	0,00	2.000,00	18.000,00
PASSIVO	59.004,27 -	16.595,39	13.693,98	56.102,86 -
CIRCULANTE	9.004,27 -	12.799,83	9.898,42	6.102,86 -
OBRIGAÇÕES A PAGAR	9.004,27 -	12.799,83	9.898,42	6.102,86 -
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	7.560,00 -	7.560,00	5.136,00	5.136,00 -
SALARIOS A PAGAR	7.560,00 -	7.560,00	5.136,00	5.136,00 -
OBRIGAÇÕES COM ENCARGOS SOCIAIS	1.297,62 -	1.297,62	966,86	966,86 -
INSS A RECOLHER	635,63 -	635,63	434,96	434,96 -
FGTS A RECOLHER	661,99 -	661,99	531,90	531,90 -
OBRIGAÇÕES FISCAIS	146,65 -	146,65	0,00	0,00
SIMPLES A RECOLHER	146,65 -	146,65	0,00	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES	0,00	3.795,56	3.795,56	0,00
LUCROS A PAGAR	0,00	3.795,56	3.795,56	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	50.000,00 -	3.795,56	3.795,56	50.000,00 -
CAPITAL	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
CAPITAL SOCIAL	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
QUOTAS DE CAPITAL	50.000,00 -	0,00	0,00	50.000,00 -
LUCROS OU PREJUIZOS	0,00	3.795,56	3.795,56	0,00
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	0,00	3.795,56	3.795,56	0,00
LUCRO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	3.795,56	3.795,56 -
LUCRO DISTRIBUÍDO NO EXERCÍCIO	0,00	3.795,56	0,00	3.795,56
RESULTADO DO EXERCÍCIO	953,42 -	11.102,86	13.945,00	3.795,56 -
RECEITAS	57.345,95 -	0,00	13.945,00	71.290,95 -
RECEITA BRUTA	57.345,95 -	0,00	13.945,00	71.290,95 -
VENDA DE MERCADORIAS	57.345,95 -	0,00	13.945,00	71.290,95 -
VENDA DE MERCADORIAS A VISTA	57.345,95 -	0,00	13.945,00	71.290,95 -
DEDUÇÕES, ABATIMENTOS E AJUSTES	872,92	0,00	0,00	872,92
DEDUÇÕES	872,92	0,00	0,00	872,92
IMPOSTOS INCIDEN. S/ VENDAS	872,92	0,00	0,00	872,92
SIMPLES NACIONAL	872,92	0,00	0,00	872,92
CUSTOS	16.037,03	5.531,90	0,00	21.568,93
CUSTOS DAS MERCADORIAS	12.900,00	0,00	0,00	12.900,00
CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	12.900,00	0,00	0,00	12.900,00
COMPRA DE MERCADORIAS - A VISTA	12.900,00	0,00	0,00	12.900,00
CUSTOS DOS SERVIÇOS	3.137,03	5.531,90	0,00	8.668,93
CUSTO SERVIÇOS VENDIDOS	3.137,03	5.531,90	0,00	8.668,93
FGTS	3.137,03	531,90	0,00	3.668,93
DEPRECIACOES	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
DESPESAS OPERACIONAIS	39.482,58	5.570,96	0,00	45.053,54
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	39.482,58	5.570,96	0,00	45.053,54
PESSOAL E ENCARGOS	39.482,58	5.570,96	0,00	45.053,54
SALARIOS E ORDENADOS	36.547,20	5.136,00	0,00	41.683,20
INSS	2.935,38	434,96	0,00	3.370,34
CONTAS TRANSITÓRIAS	0,00	3.795,56	0,00	3.795,56

G P DE MIRANDA LTDA

CNPJ: 46.633.654/0001-53

Fl. 11

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO LEVANTADO EM 31/12/2022

Descricao	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo
CONTAS TRANSITÓRIAS	0,00	3.795,56	0,00	3.795,56
CONTAS TRANSITÓRIAS	0,00	3.795,56	0,00	3.795,56
PTRIMONIAIS E RESULTADOS	0,00	3.795,56	0,00	3.795,56
APURAÇÃO DE RESULTADO	0,00	3.795,56	0,00	3.795,56

Handwritten signature and initials in blue ink at the bottom right of the page.

G P DE MIRANDA LTDA

C.N.P.J.: 46.633.654/0001-53

Inscricao Estadual: 9094900147

Fl. 12

BALANCO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2022

ATIVO

CIRCULANTE

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

CAIXA GERAL

11.102,86

11.102,86

11.102,86

NÃO CIRCULANTE

IMOBILIZADO

BENS EM OPERAÇÃO

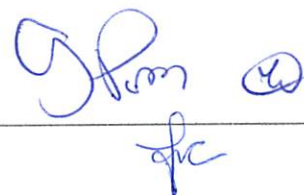
45.000,00

45.000,00

45.000,00

TOTAL DO ATIVO

56.102,86



G P DE MIRANDA LTDA

C.N.P.J.: 46.633.654/0001-53

Inscricao Estadual: 9094900147

Fl. 13

BALANCO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2022

PASSIVO

CIRCULANTE

OBRIGAÇÕES A PAGAR

OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	5.136,00		
OBRIGAÇÕES COM ENCARGOS SOCIAIS	966,86	6.102,86	6.102,86

PATRIMONIO LIQUIDO

CAPITAL

CAPITAL SOCIAL	50.000,00	50.000,00	
----------------	-----------	-----------	--

LUCROS OU PREJUIZOS

LUCROS ACUMULADOS			50.000,00
-------------------	--	--	-----------

TOTAL DO PASSIVO

56.102,86

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial no valor de R\$ 56.102,86 - Cinquenta e seis mil cento e dois reais e oitenta e seis centavos conforme documentos apresentados.

CONGONHINHAS-PR, 31 de DEZEMBRO de 2022.

G P DE MIRANDA LTDA
CNPJ: 46633654000153
EMPRESA

WALTER JOAO FERREIRA DE OLIVEIRA
CRC: PR-022504/O-9 CPF: 161.833.479-49
TÉCNICO CONTÁBIL

Handwritten signature and initials in blue ink.

G P DE MIRANDA LTDA

C.N.P.J.: 46.633.654/0001-53

Inscrição Estadual: 9094900147

Fl. 14

DEMONSTRACAO DO RESULTADO EXERCICIO EM 31/12/2022

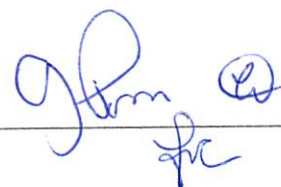
(+) RECEITA BRUTA	
VENDA DE MERCADORIAS.....	71.290,95
(-) DEDUÇÕES	
IMPOSTOS INCIDEN. S/ VENDAS.....	872,92
(=) RECEITA LIQUIDA.....	70.418,03
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS	
CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS.....	12.900,00
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS	
CUSTO SERVIÇOS VENDIDOS.....	8.668,93
(=) LUCRO BRUTO.....	48.849,10
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
PESSOAL E ENCARGOS.....	45.053,54
(=) RESULTADO ANTES PROVISAO IR E CSL.....	3.795,56
(=) LUCRO LIQUIDO EXERCICIO.....	3.795,56

Reconhecemos a exatidão da presente Demonst. do Resultado no valor de R\$ 3.795,56 - Três mil setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos conforme documentos apresentados.

CONGONHINHAS-PR, 31 de DEZEMBRO de 2022.

G P DE MIRANDA LTDA
CNPJ: 46633654000153
EMPRESA

WALTER JOAO FERREIRA DE OLIVEIRA
CRC: PR-022504/O-9 CPF: 161.833.479-49
TÉCNICO CONTÁBIL



G P DE MIRANDA LTDA

C.N.P.J.: 46.633.654/0001-53

Inscricao Estadual: 9094900147

Fl. 15

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS EM 31/12/2022

(+) LUCRO DO EXERCÍCIO.....	3.795,56
(-) LUCRO DISTRIBUÍDO NO EXERCÍCIO.....	3.795,56
SALDO FINAL DE LUCROS ACUMULADOS.....	0,00

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração Lucros ou Prejuízos no valor de R\$ 0,00 - conforme documentos apresentados.

CONGONHINHAS-PR, 31 de DEZEMBRO de 2022.

G P DE MIRANDA LTDA
CNPJ: 46633654000153
EMPRESA

WALTER JOAO FERREIRA DE OLIVEIRA
CRC: PR-022504/O-9 CPF: 161.833.479-49
TÉCNICO CONTÁBIL



G P DE MIRANDA LTDA

C.N.P.J.: 46.633.654/0001-53

I.E.: 9094900147

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - 31/12/2022

HISTÓRICO	CAPITAL SOCIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31/05/2022	50.000,00		50.000,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL	50.000,00		50.000,00
LUCRO DO EXERCÍCIO		3.795,56	3.795,56
LUCRO DISTRIBUÍDO NO EXERCÍCIO		-3.795,56	-3.795,56
SALDO FINAL	100.000,00	0,00	100.000,00

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 50.000,00 - cinquenta mil reais conforme documentos apresentados.

CONGONHINHAS-PR, 31 de DEZEMBRO de 2022.

G P DE MIRANDA LTDA
CNPJ: 46633654000153
EMPRESA

WALTER JOAO FERREIRA DE OLIVEIRA
CRC: PR-022504/O-9 CPF: 161.833.479-49
TÉCNICO CONTÁBIL

G P DE MIRANDA LTDA

C.N.P.J.: 46.633.654/0001-53

I.E.: 9094900147

Fl. 17

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2022

Nota 01 - Contexto Operacional

A empresa G P DE MIRANDA LTDA é uma sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Congonhinhas, Estado do Paraná, Brasil, na Rod PR 435, Sn - Estancia Santa Rita, CEP: 86320-000, inscrita no CNPJ 46.633.654/0001-53, e tem como principais operações o comércio varejista de materiais de construção em geral, tributada pelo simples nacional, com apuração anual.

Nota 02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As principais práticas contábeis na elaboração das Demonstrações contábeis levam em conta as características qualitativas e quantitativas conforme determina a NBC ITG 1000 (Res. Do CFC 1418/12).

Nota 03 - Sumário das Principais Práticas Contábeis

Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de reposição ou realização.

O Imobilizado está registrado ao custo e não inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção

Nota 04 - Demonstração do Resultado Abrangente

Não foi transcrita a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), pois não houve mutação no patrimônio líquido durante os exercícios comparados, resultante de transações e outros eventos que não são derivados de transação com os sócios.

Nota 05 - Eventos Subseqüentes

A empresa não incorreu em eventos subseqüentes favoráveis e desfavoráveis entre o final do período contábil e a data da aprovação das demonstrações contábeis.

Nota 06 - Continuidade dos Negócios

A empresa está operando em sua capacidade plena sob o critério da continuidade das suas atividades empresariais, não havendo previsão em contrário nos próximos 12 meses.

G P DE MIRANDA LTDA

CNPJ: 46633654000153

EMPRESA

WALTER JOAO FERREIRA DE OLIVEIRA

CRC: PR-022504/O-9 CPF: 161.833.479-49

TÉCNICO CONTÁBIL



G P DE MIRANDA LTDA

Plano de Contas

Fl. 18

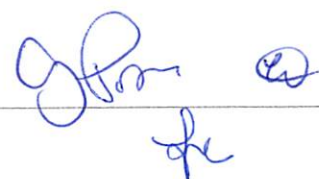
Classificacao	Codigo	Descricao	Encerra
1.		ATIVO	N
1.1. . . .		CIRCULANTE	N
1.1.01. . .		CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	N
1.1.01.001. .		CAIXA GERAL	N
1.1.01.001.00001	1	CAIXA	N
1.2. . . .		NÃO CIRCULANTE	N
1.2.03. . .		IMOBILIZADO	N
1.2.03.001. .		BENS EM OPERAÇÃO	N
1.2.03.001.00240	240	INSTALAÇÕES	N
1.2.03.001.00241	241	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	N
1.2.03.001.00243	243	MAQUINAS EQTO ESCRITÓRIO	N
1.2.03.001.00245	245	FERRAMENTAS	N
2.		PASSIVO	N
2.1. . . .		CIRCULANTE	N
2.1.01. . .		OBRIGAÇÕES A PAGAR	N
2.1.01.004. .		OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	N
2.1.01.004.00520	520	SALARIOS A PAGAR	N
2.1.01.005. .		OBRIGAÇÕES COM ENCARGOS SOCIAIS	N
2.1.01.005.00530	530	INSS A RECOLHER	N
2.1.01.005.00531	531	FGTS A RECOLHER	N
2.1.01.006. .		OBRIGAÇÕES FISCAIS	N
2.1.01.006.00540	540	SIMPLES A RECOLHER	N
2.1.01.007. .		OUTRAS OBRIGAÇÕES	N
2.1.01.007.00560	560	LUCROS A PAGAR	N
2.3. . . .		PATRIMONIO LIQUIDO	N
2.3.01. . .		CAPITAL	N
2.3.01.001. .		CAPITAL SOCIAL	N
2.3.01.001.00600	600	QUOTAS DE CAPITAL	N
2.3.04. . .		LUCROS OU PREJUÍZOS	N
2.3.04.001. .		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	N
2.3.04.001.00672	672	LUCRO DO EXERCÍCIO	N
2.3.04.001.00674	674	LUCRO DISTRIBUÍDO NO EXERCÍCIO	N
8.		RESULTADO DO EXERCÍCIO	S
8.1. . . .		RECEITAS	S
8.1.01. . .		RECEITA BRUTA	S
8.1.01.001. .		VENDA DE MERCADORIAS	S
8.1.01.001.00770	770	VENDA DE MERCADORIAS A VISTA	S
8.2. . . .		DEDUÇÕES, ABATIMENTOS E AJUSTES	S
8.2.03. . .		DEDUÇÕES	S
8.2.03.001. .		IMPOSTOS INCIDEN. S/ VENDAS	S
8.2.03.001.00905	905	SIMPLES NACIONAL	S
8.3. . . .		CUSTOS	S
8.3.01. . .		CUSTOS DAS MERCADORIAS	S
8.3.01.001. .		CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	S
8.3.01.001.00920	920	COMPRA DE MERCADORIAS - A VISTA	S
8.3.02. . .		CUSTOS DOS SERVIÇOS	S
8.3.02.001. .		CUSTO SERVIÇOS VENDIDOS	S
8.3.02.001.00988	988	FGTS	S
8.3.02.001.01004	1004	DEPRECIACOES	S
8.5. . . .		DESPESAS OPERACIONAIS	S
8.5.02. . .		DESPESAS ADMINISTRATIVAS	S
8.5.02.001. .		PESSOAL E ENCARGOS	S
8.5.02.001.02040	2040	SALARIOS E ORDENADOS	S
8.5.02.001.02049	20004	INSS	S
9.		CONTAS TRANSITÓRIAS	N
9.1. . . .		CONTAS TRANSITÓRIAS	N
9.1.01. . .		CONTAS TRANSITÓRIAS	N
9.1.01.001. .		PTRIMONIAIS E RESULTADOS	N

G P DE MIRANDA LTDA

Plano de Contas

Fl. 19

Classificacao	Codigo	Descricao	Encerra
9.1.01.001.02951	2951	BALANÇO DE ABERTURA	N
9.1.01.001.02952	2952	APURAÇÃO DE RESULTADO	S
9.1.01.001.02953	2953	ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO	N



Termo de Encerramento

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 1

O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 20, e serviu para escrituração no período de 02/06/2022 a 31/12/2022, da empresa G P DE MIRANDA LTDA.

Congonhinhas, 31/12/2022

WALTER JOAO FERREIRA DE OLIVEIRA
CONTADOR
CRC/PR PR022504/O-9

G P DE MIRANDA LTDA
PESSOA JURÍDICA
CNPJ 46.633.654/0001-53





MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

000187
Página 21 de 21

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa G P DE MIRANDA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
16183347949	WALTER JOAO FERREIRA DE OLIVEIRA
46633654000153	G P DE MIRANDA LTDA



CONFORME ART. 10 DA IN DREI 82/2021,
CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO AUTOMÁTICA EM 27/11/2023 08:52 SOB Nº
20238291308.
PROTOCOLO: 238291308 DE 23/11/2023. NIRE: 41210780871.
G P DE MIRANDA LTDA

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
CURITIBA, 27/11/2023
empresafacil.pr.gov.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria do Ofício Distribuidor e Anexos de CONGONHINHAS

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO – FINS GERAIS – CÍVEIS – FALÊNCIA – NEGATIVA

Certifico que revendo os livros, sistemas e arquivos de distribuição CÍVEIS, especificamente: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL desta Secretaria, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

GP DE MIRANDA LTDA
CNPJ: 46.633.654/0001-53
Local da Sede: Congonhinhas - PR

Orientações:

Esta certidão NÃO APONTA ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como Autor(a). São apontados os feitos em tramitação cadastrados no Sistema Informatizado referente à comarca de CONGONHINHAS. Não existe qualquer conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais.

Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do art. 8º, §2º da Resolução CNJ 121/2010.

A presente certidão menciona somente o registro de distribuição, para dados complementares do procedimento, deve-se dirigir até a Secretaria para onde foi distribuído e solicitar uma CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ.

A Busca de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL e EMPRESÁRIO INDIVIDUAL abrange também a pessoa física.

CONGONHINHAS, 23 de novembro de 2023



Oswaldo Saugo
Distribuidor

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS - PR
ENVELOPE nº. 01 (Documentos de Habilitação)
Concorrência Publica: 002/2023
Nome da empresa: G P DE MIRANDA LTDA
Endereço: Rod Pr 435, Km 12, Sn, Estancia Santa Rita
Cidade/Estado: Congonhinhas - Pr
CNPJ/MF: 46.633.654/0001-53
Telefone e/ou fax: 43 98414-2813
E-mail:

000189

Prefeitura Municipal de Congonhinhas
Estado do Paraná
PROTOCOLO
Nº 934/2023 Hora: 11:48
Data 20 / 12 / 2023
Mayara J. Dias
Assinatura

GUSTAVO PINTO DE MIRANDA
CPF: 103.028.229-33
RG: 10.396.016-9
REPRESENTANTE LEGAL DA PROPONENTE

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

CERAMICA MIRANDA
G P DE MIRANDA LTDA
CNPJ: 46.633.654/0001-53
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90949001-47
ROD PR 435, KM 12, SN, ESTANCIA SANTA RITA, CONGONHINHAS – PR – 86.320-000

ANEXO VIII
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2023 - PMC
ATESTADO DE VISITA

Atesto, para os devidos fins da Licitação referente à Concorrência Pública – Edital Nº 002/2023, que a empresa **G P DE MIRANDA LTDA**, através de seu representante **GUSTAVO PINTO DE MIRANDA**, tomou conhecimento das condições atuais dos imóveis localizados no perímetro urbano desta cidade, mediante verificação “in loco”.

Congonhinas-Pr, 19 de dezembro de 2023



GUSTAVO PINTO DE MIRANDA
CPF: 103.028.229-33
RG: 10.396.016-9
REPRESENTANTE LEGAL



CERAMICA MIRANDA
G P DE MIRANDA LTDA
CNPJ: 46.633.654/0001-53
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90949001-47
ROD PR 435, KM 12, SN, ESTANCIA SANTA RITA, CONGONHINHAS – PR – 86.320-000

ANEXO II

PROJETO DE VIABILIDADE TÉCNICA/ECONÔMICA EMPRESAS EM INSTALAÇÃO OU EM EXPANSÃO DE SUAS ATIVIDADES

ATIVIDADE PRINCIPAL E SECUNDÁRIAS	
Obs.: Indique as atividades principal e secundárias exercidas pela sua empresa. Levar em consideração código CNAE:	
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 08.10-0-06 - Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado 23.42-7-01 - Fabricação de azulejos e pisos 23.42-7-02 - Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos 43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção 47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas	
MONTANTE INICIAL À INVESTIR	R\$ 700.000,00
Obs.: Indique o valor que será investido para abertura da sua empresa. Levar em consideração: máquinas e equipamentos, construções civis, fretes e montagens, móveis e utensílios, veículos, treinamento e contratação de mão de obra, estudos e projetos, entre outros.	
EMPRESA BENEFICIADA COM INCENTIVOS ECONÔMICOS EM ANOS ANTERIORES	
(x)	Não.
()	Sim. Especifique:
Obs.: Indique se a sua empresa já foi beneficiada em anos anteriores com o programa permanente de concessão de incentivos econômicos e fomento.	
PREVISÃO DE GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS	
()	Até 10 empregos.
(x)	De 11 a 30 empregos.
()	De 31 a 50 empregos.
()	De 51 a 100 empregos.
()	Acima de 100 empregos.
Obs.: Assinale a opção que corresponde a quantidade de empregos gerados por sua empresa no primeiro ano de operação.	
PREVISÃO DE AUMENTO ANUAL NA GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS	
(x)	Até 10%.



☐	Até 30%.
☐	Até 50%.
☐	Até 80%
☐	Acima de 80%.

Obs.: Assinale a opção que corresponde ao percentual de aumento nos empregos gerados por sua empresa a partir do segundo ano de operação.

PREVISÃO DE FATURAMENTO ANUAL (R\$)

☐	Até R\$ 500.000,00.
☒	De R\$ 500.001,00 até R\$ 2.500.000,00.
☐	De R\$ 2.500.001,00 até R\$ 5.500.000,00.
☐	De R\$ 5.500.001,00 até R\$ 10.000.000,00.
☐	Acima de R\$ 10.000.001,00.

Obs.: Assinale a opção que corresponde ao faturamento da sua empresa no primeiro ano de operação.

PREVISÃO DE AUMENTO ANUAL NO FATURAMENTO

☒	Até 10%.
☐	Até 30%.
☐	Até 50%.
☐	Até 80%
☐	Acima de 80%.

Obs.: Assinale a opção que corresponde ao percentual de aumento no faturamento da sua empresa a partir do segundo ano de operação.

IMPACTO AMBIENTAL DO PROJETO

☒	Nenhum.	
☐	Somente na instalação.	Especifique:
☐	Pequeno.	Especifique:
☐	Médio.	Especifique:
☐	Forte.	Especifique:

Obs.: Assinale a opção que corresponde ao impacto ambiental causado pela sua empresa, conforme Licenciamento Ambiental.

TRATAMENTO E PRESERVAÇÃO

☐	Tratamento parcial do resíduo de produção ou sanitário.
☒	Tratamento total do resíduo de produção ou sanitário.
☐	Destinação de área para preservação ambiental.
☐	Apoio a projetos de preservação ambiental no Município.

Handwritten signatures and initials on the right margin.

()	Projetos de economia de água e/ou energia.	
Obs.: Assinale as opções que correspondem às ações de tratamento e preservação realizadas pela sua empresa.		
APOIO ECONÔMICO-FINANCEIRO A PROJETOS SOCIAIS, ESPORTIVOS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS		
(x)	Nenhum.	
()	Até 1 projeto.	
()	Até 3 projetos.	
()	Até 5 projetos.	
()	Até 7 projetos.	
()	Acima de 10 projetos.	
Obs.: Assinale a opção que corresponde ao número de projetos municipais apoiados pela sua empresa, sendo esse apoio econômico ou financeiro.		
NATUREZA DA MATÉRIA-PRIMA (LOCAL DE AQUISIÇÃO)		
Percentual adquirido dentro do Município.		100
Percentual adquirido dentro do Estado.		
Percentual adquirido fora do Estado.		
Percentual de Importação.		
Obs.: Escreva em cada linha a porcentagem de compras por localidade. O total das quatro linhas deverá ser 100%. Não havendo aquisições em alguma das localidades, colocar 0 (zero).		
DESTINAÇÃO FINAL DO PRODUTO		
Percentual de venda destinado a consumidor final.		20
Percentual de venda para dentro do Município.		70
Percentual de venda para dentro do Estado.		90
Percentual de venda para fora do Estado.		10
Percentual de Exportação.		
Obs.: Escreva em cada linha a porcentagem de vendas por localidade. O total das cinco linhas deverá ser 100%. Não havendo vendas em alguma das localidades, colocar 0 (zero).		
PERCENTUAL DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DENTRO NO MUNICÍPIO (TERCEIROS)		


 J. P. C.
 J. P. C.

☐	Até 10%.
☐	Até 30%.
☒	Até 50%.
☐	Até 80%
☐	Acima de 80%.

Obs.: Assinale a opção que corresponde ao percentual de bens e serviços de terceiros contratados pela sua empresa dentro de Congonhinhas. Não considerar a mão de obra direta.

PERCENTUAL DE CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DIRETA DO MUNICÍPIO

☐	Até 10%.
☐	Até 30%.
☐	Até 50%.
☐	Até 80%
☒	Acima de 80%.

Obs.: Assinale a opção que corresponde ao percentual de mão de obra direta contratada de Congonhinhas.

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

Atividade	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	5º Trimestre	6º Trimestre
TERRAPLANAGEM	X					
FUNDAÇÃO	X					
TIJOLAMENTO		X	X			
COBERTURA				X		

Handwritten signature and initials in blue ink.

PISO					X	
ACABAMENTO						X
PARÂMETROS PARA CONCESSÃO						
PREVISÃO DE GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS						
5 pontos	15 pontos	25 pontos	35 pontos	50 pontos.		
Até 10 empregos.	De 11 a 30 empregos.	De 31 a 50 empregos.	De 51 a 100 empregos.	Acima de 100 empregos.		
PREVISÃO DE AUMENTO ANUAL NA GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS						
3 pontos	9 pontos	15 pontos	21 pontos	30 pontos		
Até 10%.	Até 30%.	Até 50%.	Até 80%.	Acima de 80%.		
PREVISÃO DE FATURAMENTO ANUAL (R\$)						
5 pontos	15 pontos	25 pontos	35 pontos	50 pontos		
Até R\$ 500.000,00.	De R\$ 500.001,00 até R\$ 2.500.000,00.	De R\$ 2.500.001,00 até R\$ 5.500.000,00.	De R\$ 5.500.001,00 até R\$ 10.000.000,00.	Acima de R\$ 10.000.001,00		
PREVISÃO DE AUMENTO ANUAL NO FATURAMENTO						
3 pontos	9 pontos	15 pontos	21 pontos	50 pontos		
Até 10%.	Até 30%.	Até 50%.	Até 80%.	Acima de 80%.		
IMPACTO AMBIENTAL DO PROJETO						
1 ponto.	3 pontos.	5 pontos.	7 pontos.	10 pontos		
Forte	Médio	Pequeno	Somente na instalação	Nenhum		
TRATAMENTO E PRESERVAÇÃO						
1 ponto	3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos		





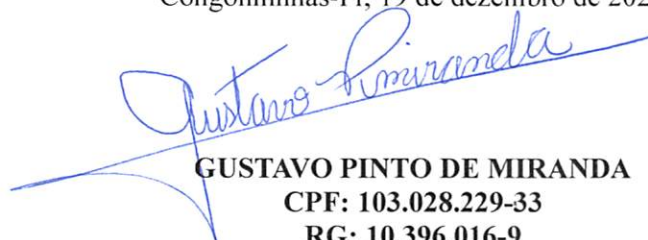
Apoio a projetos de preservação ambiental no Município	Tratamento parcial do resíduo de produção e sanitário	Projetos de economia de água e/ou energia	Destinação de área para preservação ambiental	Tratamento total do resíduo de produção ou sanitário
APOIO ECONÔMICO-FINANCEIRO A PROJETOS SOCIAIS, ESPORTIVOS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS				
1 ponto	3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos
Até 1 projeto	Até 3 projetos	Até 5 projetos	Até 7 projetos	Acima de 10 projetos
NATUREZA DA MATÉRIA-PRIMA (LOCAL DE AQUISIÇÃO)				
3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos	
Importada	Adquirida fora do Estado	Adquirida dentro do Estado	Adquirida dentro do Município	
DESTINAÇÃO FINAL DO PRODUTO				
1 ponto	3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos.
Destinada a consumidor final	Para dentro do Município	Para dentro do Estado	Para fora do Estado	Exportação.
PERCENTUAL DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DENTRO NO MUNICÍPIO (TERCEIROS)				
1 ponto	3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos.
Até 10%	Até 30%	Até 50%	Até 80%	Acima de 80%.
PERCENTUAL DE CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DIRETA DO MUNICÍPIO				
1 ponto	3 pontos	5 pontos	7 pontos	10 pontos.
Até 10%	Até 30%	Até 50%	Até 80%	Acima de 80%.
PARECER DA COMISSÃO				
EMPRESA SOLICITANTE: G P DE MIRANDA LTDA				
DATA: 07/12/2023				





PARÂMETROS	PONTUAÇÃO
Previsão de geração de empregos diretos.	15
Previsão de aumento anual na geração de empregos diretos.	3
Previsão de faturamento anual (R\$).	15
Previsão de aumento anual no faturamento.	3
Impacto ambiental do projeto.	10
Tratamento e preservação.	3
Apoio econômico-financeiro a projetos sociais, esportivos e culturais do município de Congonhinhas.	1
Natureza da matéria-prima (local de aquisição).	10
Destinação final do produto.	16
Percentual de contratação de bens e serviços dentro do Município (terceiros).	5
Percentual de contratação de mão de obra do Município.	10
TOTAL	91
Comentários adicionais:	
Nome	Assinatura
GUSTAVO PINTO DE MIRANDA	

Congonhinhas-Pr, 19 de dezembro de 2023


GUSTAVO PINTO DE MIRANDA
CPF: 103.028.229-33
RG: 10.396.016-9
REPRESENTANTE LEGAL





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

PARÂMETROS	PONTUAÇÃO
Previsão de geração de empregos diretos.	15
Previsão de aumento anual na geração de empregos diretos.	3
Previsão de faturamento anual (R\$).	15
Previsão de aumento anual no faturamento.	3
Impacto ambiental do projeto.	10
Tratamento e preservação.	3
Apoio econômico-financeiro a projetos sociais, esportivos e culturais do município de Congonhinhas.	1
Natureza da matéria-prima (local de aquisição).	10
Destinação final do produto.	16
Percentual de contratação de bens e serviços dentro do Município (terceiros).	5
Percentual de contratação de mão de obra do Município.	10
TOTAL	91
Comentários adicionais:	
Nome	Assinatura
Leonardo Elias Cordase	Leonardo
Jane Marinho Campos	Jcampos
Broncieli Ap. do Cruz Silva	Bronzieli

9/10
fe

ENVELOPE n.º 02 (Documentos Projeto)

Concorrência Pública: 002/2023

Nome da empresa: G P DE MIRANDA LTDA

Endereço: Rod Pr 435, Km 12, Sn, Estância Santa Rita

Cidade/Estado: Congonhinhas - Pr

CNPJ/MF: 46.633.654/0001-53

Telefone e/ou fax: 43 98414-2813

Prefeitura Municipal de Congonhinhas

Estado do Paraná

PROTOCOLO

Nº 935/2023 Hora: 11:49

Data 20 / 12 / 2023

mgpaca f. Dias

Assinatura

000200

GUSTAVO PINTO DE MIRANDA

CPF: 103.028.229-33

RG: 10.396.016-9

REPRESENTANTE LEGAL DA PROPONENTE

Robert

He
at
,

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS**

PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO FINAL

Número: 383/2023
Consulente: Divisão de Indústria e Comércio.
Referência: Concorrência Pública 2/2023.
Assunto: Homologação de Licitação.

EMENTA: PARECER JURÍDICO. ANÁLISE DE REGULARIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 113/2023. CONCORRÊNCIA PÚBLICA 2/2023 – DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS. PELA HOMOLOGAÇÃO

1. DO RELATÓRIO.

Trata-se de pedido realizado pelo Departamento de Licitação para emissão de parecer quanto à modalidade de licitação adotada para cessão de direito real de uso de forma gratuita de lotes urbanos de propriedade do Município de Congonhinhas-PR à pessoa jurídica de direito privado que venha e se estabelecer no Município de Congonhinhas-PR e/ou tenha projeto de ampliação de sua atividade, nos termos do ETP.

2. DO ATO DE HOMOLOGAÇÃO

A fim de delimitar o objeto do presente parecer, imprescindível que se realize, ao menos, uma sucinta digressão em relação ao ato administrativo de homologação do processo licitatório. Reza o artigo 43, VI, da Lei 8.666/93 que cabe à autoridade competente deliberar quanto à homologação da licitação. Por sua vez, dispõe o artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002 que



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

“homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido em edital” (grifei).

Marçal Justen Filho, em sua abalizada doutrina, ensina que “a homologação envolve duas ordens de considerações, uma no plano da legalidade, outra no plano da conveniência”, e, didaticamente, passa a explicar, *in verbis*:

Preliminarmente, examinam-se os atos praticados para verificar sua conformidade com a lei e o edital. Tratando-se de um juízo de legalidade, a autoridade não dispõe de competência discricionária. Verificando ter ocorrido nulidade, deverá adotar as providências adequadas a eliminar o defeito. A autoridade superior não pode substituir-se à Comissão, praticando atos em nome próprio, substitutivos daqueles viciados. A decretação da nulidade deverá ser proporcional à natureza e à extensão do vício. Apurando vício na classificação das propostas, a autoridade superior não poderá decretar a nulidade de toda a licitação. Será reaberta a oportunidade para a Comissão efetivar nova classificação. Concluindo pela validade dos atos integrantes do procedimento licitatório, a autoridade superior efetivará juízo de conveniência acerca da licitação. A extensão do juízo de conveniência contido na homologação depende do conceito que se adote para adjudicação [...]. Se reconhecer a validade dos atos praticados e a conveniência da licitação, a autoridade superior deverá homologar o resultado. A homologação possui eficácia declaratória enquanto confirma a validade de todos os atos praticados no curso da licitação. Possui eficácia constitutiva enquanto proclama a conveniência da licitação e exaure a competência discricionária sobre esse tema. (grifei) No mesmo sentido, Lucas Rocha Furtado assevera que “a homologação corresponde à manifestação de concordância da autoridade, competente para assinar o contrato, com os atos até então praticados pela comissão. Essa concordância se refere a dois aspectos: à legalidade



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

dos atos praticados pela comissão e à conveniência de ser mantida a licitação proclama a conveniência da licitação e exaure a competência discricionária sobre esse tema. (grifei) No mesmo sentido, Lucas Rocha Furtado assevera que "a homologação corresponde à manifestação de concordância da autoridade, competente para assinar o contrato, com os atos até então praticados pela comissão. Essa concordância se refere a dois aspectos: à legalidade dos atos praticados pela comissão e à conveniência de ser mantida a licitação"¹. Ante o exposto, cumpre destacar que o presente parecer visará ao exame da conformidade dos atos praticados com a lei e o edital, levando-se em consideração, caso constatada alguma irregularidade, a natureza e extensão do vício quando for recomendada a homologação, o saneamento de algum ato, bem como a eventual anulação do certame. Dessa forma, concluindo-se pela homologação do certame, esse parecer restringir-se-á tão-somente ao plano da legalidade, cabendo à autoridade competente deliberar acerca da conveniência da licitação.

3. DA ANÁLISE DO PROCESSO LICITATÓ-

RIO

A licitação em epígrafe teve início com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo o requerimento de abertura de licitação formulado pela Secretaria interessada, informando a descrição dos bens e destinação dos mesmos.

Foi realizado a necessidade e conveniência do pedido, a abertura da licitação foi realizada, já que autorizada pelo Prefeito Municipal.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

Foram elaboradas as minutas do instrumento convocatório e do Contrato, que foram submetidos à avaliação da Procuradoria Jurídica, que emitiu parecer (Parecer Jurídico 353/2023) e houve autorização do Edital pelo Prefeito Municipal.

Não houve nenhuma impugnação ao Edital.

Da apreciação dos documentos apresentados pelos licitantes relativos ao credenciamento, habilitação jurídica e fiscal, declarações firmadas, após acurado exame de sua compatibilidade com as exigências do instrumento convocatório, concluiu-se e atestou-se, pela Comissão de Licitação, que a licitação foi processada e julgada com observância dos procedimentos estabelecidos na Lei 8.666/93.

O certame prosseguiu com a declaração dos vencedores. Não houve recurso.

4. CONCLUSÃO

Considerando que o ato de homologação é o ato de controle da regularidade de todo o procedimento realizado como condição de validade da contratação, pelo qual se põe fim ao processo, e que não foi verificada irregularidade ou ilegalidade frente ao trâmite estabelecido pela legislação pertinente, cabe agora, à autoridade competente, segundo seus critérios de mérito, a apreciação do feito no presente processo administrativo.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

No que tangencia a emissão de parecer proferido por advogado no processo administrativo, cabe destacar que o mesmo

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****PROCURADORIA JURÍDICA**

apresenta natureza opinativa, sendo o Administrador, destinatário da consulta jurídica, responsável pela edição do ato decisório final, o qual tem por escopo o interesse público.

Saliente-se, contudo e ainda, que os critérios e a análise de mérito (oportunidade e conveniência do pedido) constituem análise técnica das secretarias solicitantes.

Eis o parecer, à consideração da autoridade competente.

Congonhinhas, 27 de dezembro de 2023.

RAONI PEREIRA
DO VAL
OLIVEIRA

Assinado de forma digital
por RAONI PEREIRA DO
VAL OLIVEIRA
Dados: 2023.12.27
10:56:34 -03'00'

Raoni Pereira Do Val Oliveira

Advogado do Município – Decreto 3.246/2021

OAB/PR nº. 87.061





000206

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS**GABINETE DO PREFEITO****Referência:** Concorrência 002/2023**Objeto:** Concessão de direito real de uso de 1,00 (um) alqueire paulista (fundos), localizados na Rodovia PR 160, km 42, neste Município de Congonhinhas.**DESPACHO****O MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS - ESTADO DO**

PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ/MF sob no 75.825.828/0001-88, com sede administrativa na Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, centro, Congonhinhas – Paraná, representado pelo seu Prefeito Municipal, José Olegário Ribeiro Lopes, no uso e gozo de suas prerrogativas, tendo transcorrido regularmente o processo licitatório em referência, após cumpridas todas as suas fases legais e administrativas com fundamentação legal na lei de regência, conforme parecer jurídico retro, **homologa** o procedimento e adjudica o (s) objeto (s) desta, declarando vencedora do certame a pessoa jurídica G P DE MIRANDA LTDA.

Encaminhe-se à Divisão de Licitação para as providências necessárias à formalização do instrumento contratual.

Congonhinhas, 27 de dezembro de 2023.



José Olegário Ribeiro Lopes

Prefeito Municipal

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO****RESULTADO DE LICITAÇÃO****PROCESSO Nº 113/2023 – LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 002/2023****DATA DA ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO: 27/12/2023**

A agente de contratação designada pela portaria nº 002/2023, Sra. Franciele Aparecida da Cruz e o Prefeito Municipal, Sr. José Olegário Ribeiro Lopes, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 14.133/2021, após analisado o resultado do Pregão acima especificado, resolvem **ADJUDICAR** e **HOMOLOGAR** a presente licitação nestes termos:

OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a concessão de direito real gratuito de uso dos bens públicos para fins empresariais para pessoa jurídica de direito privado, que venha a se estabelecer no Município e/ou tenha projeto de ampliação de atividade, conforme especificações no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital.

VENCEDORES:**G P DE MIRANDA LTDA – CNPJ 6.633.654/0001-53****ITEM: 01.**

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência será de até 10 (dez) anos, podendo ser renovado uma vez por igual período, desde que cumpridas as metas apresentadas.

Congonhinhas, 27 de dezembro de 2023.



Franciele Aparecida da Cruz Silva
Agente de Contratação



000209

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

CONTRATO Nº 114/2023

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE FORMA GRATUITA QUE ENTRE SI CELEBRAM:

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 75.825.828/0001-88, neste ato representado pelo Prefeito **José Olegário Ribeiro Lopes**, inscrito no CPF/MF sob nº 042.099.829-20, portador da cédula de identidade RG nº 652.029-SSP/PR, residente e domiciliado à Av. Dr. David Xavier da Silva, nº 567, neste Município de Congonhinhas, Estado do Paraná.

CONCESSIONÁRIA: G P DE MIRANDA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia PR 435, s/nº, KM 12, Estância Santa Rita, Cidade de Congonhinhas, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 46.633.654/0001-53, Inscrição Estadual nº 90949001-47, neste ato representada por **Gustavo Pinto de Miranda**, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.396.016-9, inscrito no CPF/MF sob nº 103.028.229-33, residente e domiciliado à Rua Projetada A, nº 68, Cidade de Congonhinhas, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DA CONCESSÃO

Constitui objeto deste instrumento, a concessão de direito real de uso de forma gratuita de uso dos bens públicos para fins empresariais para pessoa jurídica de direito privado, que venha a se estabelecer no Município e/ou tenha projeto de ampliação de atividade, possui a seguinte descrição:

Um terreno rural com área de 1,00 alqueire paulista, denominado Sítio Santa Terezinha, situado na Rodovia PR 160, Km 42, neste Município e Comarca, PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS devidamente registrado na Matrícula sob nº. 6.623, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

PARAGRAFO ÚNICO: O imóvel cedido é inalienável não poderá ser vendido, doado, trocado ou transferido de qualquer forma.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DA CONCESSÃO

A presente concessão de uso se faz com base nos permissivos constitucionais e legais regedores da Administração Pública em geral, com fundamento na Lei Orgânica do Município de Congonhinhas-PR, Lei Municipal nº 936/2015, Edital de Concorrência Pública nº 002/2023 e Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - FINALIDADE DA CONCESSÃO

A finalidade principal desta concessão é justamente proporcionar o incentivo a geração de emprego, renda, e melhorando a atuação e competitividade dos beneficiados.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DA CONCESSÃO

O prazo desta concessão de uso será pelo período de 10 (dez) anos, no caso de cumprimento das exigências dispostas na Lei Municipal nº 1.264, de 25 de outubro de 2023, podendo ser prorrogado por igual período, sendo que, ao término da concessão, as benfeitorias ficarão incorporadas ao imóvel de propriedade do Município, sem direito a retenção ou indenização.



CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO

O concessionário obriga-se as seguintes condições:

- a) Iniciar a construção do prédio no prazo máximo de 6 (seis) meses e dar início às atividades produtivas no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, a contar da data de assinatura deste contrato, conforme proposta técnica anexa ao processo. Sendo que este prazo poderá ser prorrogado pelo Poder Público Municipal na hipótese de força maior ou outro motivo relevante e plenamente justificado;
- b) Manter permanentemente a destinação do imóvel no desenvolvimento da atividade inicialmente prevista, salvo na hipótese de alteração previamente autorizada pelo Poder Público Municipal;
- c) O bem objeto do contrato não poderá, em hipótese alguma, ser objeto de arrendamento mercantil ou qualquer outra figura jurídica que importe sua transferência a terceiros;
- d) O concessionário deverá promover o uso do imóvel, zelosamente, mantendo-o limpo, executando às suas expensas todos os serviços de conservação que se façam necessários;
- e) O concessionário torna-se responsável, a partir da data da assinatura do presente instrumento, pelo pagamento de quaisquer taxas ou impostos que incidam ou venham incidir sobre o imóvel, bem como pelas tarifas de água, telefone e energia elétrica;
- f) Compete ao concessionário o recolhimento de todos os tributos correspondentes à atividade a ser desenvolvida no objeto do presente instrumento, sejam diretos e indiretos, inclusive suas obrigações previdenciárias e trabalhistas;
- g) Compete ao concessionário a obtenção, junto aos órgãos competentes, das respectivas licenças ambientais, sem as quais não poderá instalar seu empreendimento, sendo que eventual demora na obtenção (por culpa exclusiva do poder público) pode ensejar prorrogação dos prazos de instalação previstos na Concorrência 002/2023 e no presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

- a) A presente concessão sujeita-se à fiscalização do poder concedente, com a cooperação do concessionário;
- b) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais em caso de descumprimento das obrigações do concessionário;
- c) Extinguir a concessão caso houver descumprimento das exigências legais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO LICENCIAMENTO DO EMPREENDIMENTO

O licenciamento ambiental e sanitário do empreendimento é de responsabilidade do CONCESSIONÁRIO.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O descumprimento das cláusulas constantes neste contrato importa em rescisão contratual, nos termos do artigo 78 e 79 da Lei 8666/1993 e sua alteração, devendo o lote cedido ser reincorporado ao patrimônio municipal, e as benfeitorias que forem construídas no imóvel revertidas ao patrimônio do Município, sem que caiba ao CONCESSIONÁRIO quaisquer direitos a indenizações.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

Fica ressalvado, à concedente o direito de visitar o imóvel e solicitar informações sobre as atividades desenvolvidas, as quais deverão ser prestadas no prazo de 10 (dez) dias, pertinentes ao conteúdo de todas as obrigações contidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Congonhinhas/PR para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato. E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

000211

Congonhinhas-PR, em 27 de dezembro de 2023.

JOSE OLEGARIO RIBEIRO
LOPES:04209982920

Assinado de forma digital por JOSE OLEGARIO RIBEIRO
LOPES:04209982920
DN: cn=JO, ou=CP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil,
+RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=46349923000154,
ou=videoconferencia, cn=JOSE OLEGARIO RIBEIRO
LOPES:04209982920
Dados: 2023.12.28 11:32:07 -03'00'

MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
José Olegário Ribeiro Lopes - Prefeito Municipal
CONCEDENTE

Documento assinado digitalmente

gov.br

GUSTAVO PINTO DE MIRANDA
Data: 28/12/2023 12:51:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

G P DE MIRANDA LTDA
Gustavo Pinto de Miranda - Titular
CONCESSIONÁRIA

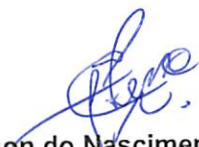
RAONI PEREIRA DO VAL
OLIVEIRA

Assinado de forma digital por RAONI
PEREIRA DO VAL OLIVEIRA
Dados: 2023.12.28 12:10:12 -03'00'

Raoni Pereira do Val Oliveira
OAB/PR nº 87.061
Advogado

Testemunhas:


Ana Célia de Almeida
RG.8.632.464-4-PR
CPF.053.086.089-97


Jeferson do Nascimento Pena
RG.12.420.313-9-PR
CPF.079.997.029



Prefeitura do Município de Congonhinhas

Estado do Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 114/2023

PROCESSO Nº 113/2023 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2023

CONTRATANTE: Município de Congonhinhas.

CONTRATADO: G P DE MIRANDA LTDA

OBJETO: Constitui objeto deste instrumento, a concessão de direito real de uso de forma gratuita de uso dos bens públicos para fins empresariais para pessoa jurídica de direito privado, que venha a se estabelecer no Município e/ou tenha projeto de ampliação de atividade, possui a seguinte descrição:

Um terreno rural com área de 1,00 alqueire paulista, denominado Sítio Santa Terezinha, situado na Rodovia PR 160, Km 42, neste Município e Comarca, **PROPRIETÁRIO:** MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS devidamente registrado na Matrícula sob nº. 6.623, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

PRAZO DA CONCESSÃO: O prazo desta concessão de uso será pelo período de 10 (dez) anos, no caso de cumprimento das exigências dispostas na Lei Municipal nº 1.264, de 25 de outubro de 2023, podendo ser prorrogado por igual período, sendo que, ao término da concessão, as benfeitorias ficarão incorporadas ao imóvel de propriedade do Município, sem direito a retenção ou indenização.

DATA DA ASSINATURA: Congonhinhas, 27 de dezembro de 2023. (a.) José Olegário Ribeiro Lopes
-Prefeito Municipal.

